



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 5860

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a notícias e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$	•	80\$
A 2.ª série	130\$	•	70\$
A 3.ª série	120\$	•	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4850 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral da Assistência

Por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Assistência Social de 30 do mês findo:

Alterada a denominação de Patronato-Oficina de S. José, de Braga, constante dos respectivos estatutos, cuja aprovação veio publicada no *Diário do Governo* n.º 76, 3.ª série, de 31 de Março próximo passado, para Patronato da Imaculada Conceição.

Direcção-Geral da Assistência, 8 de Julho de 1953.—O Director-Geral, *Agostinho Joaquim Pires*.

Hospitais Cíveis de Lisboa

Direcção dos Serviços de Abastecimentos

Venda de sucatas diversas, trapos de lã e algodão, papel rasgado, aparelhos diversos, tintas de esmalte e de folha, leitões de ferro, móveis de madeira, talha para azeite com capacidade para 2 000 l, bidões e comutadores, tudo considerado inútil e desnecessário para o serviço hospitalar.

Até às 15 horas do dia 20 do corrente aceitam-se propostas para o leilão do que acima consta, sendo as propostas abertas no dia 21, às 9 horas, e a licitação verbal terá lugar no dia 22, às 9 horas, estando as condições patentes na Direcção de Serviços de Abastecimentos, no Hospital de S. José, todos os dias úteis, das 9 às 12 e das 14 às 16 horas.

Direcção dos Serviços de Abastecimentos, 10 de Julho de 1953.—O Director, *L. Cardoso Torres*. *1 980

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Inspeccção-Geral de Crédito e Seguros

Inspeccção de Seguros

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de harmonia com o parecer favorável da Inspeccção-Geral de Crédito e Seguros, autorizar a Companhia de Seguros La Nationale—Incendie, a levantar da Caixa Geral de Depósitos,

Crédito e Previdência, a sair do depósito n.º 132, do cofre da sede, 45 obrigações do empréstimo consolidado dos Centenários, de 4 por cento, 1940.

Ministério das Finanças, 2 de Julho de 1953.—Pelo Ministro das Finanças, *António Manuel Pinto Barbosa*, Subsecretário de Estado do Tesouro. (3 182)

Cofre de Previdência

Éditos

Para cumprimento do disposto no artigo 21.º do Estatuto do Cofre de Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 14 553, de 10 de Novembro de 1927, correm éditos de trinta dias, a contar da publicação deste anúncio no *Diário do Governo*, convidando as pessoas que se julguem com direito a receber o subsídio a que se referem o artigo 20.º e suas alíneas do referido estatuto, na importância de 7.380\$, legado pelo sócio n.º 3 702, Manuel Narciso da Silva, fiel de armazém, aposentado, falecido em 2 de Julho de 1953, a apresentarem no referido prazo os documentos comprovativos dos seus direitos.

Direcção do Cofre de Previdência, 9 de Julho de 1953.—O Presidente da Direcção, *João da Cruz Filipe*.

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Repartição do Contencioso

Éditos

Processo n.º 7976-V. D. — Guilhermina da Cruz dos Santos, ou Guilhermina Cruz, viúva, pretende habilitar-se, como meeira de seu falecido marido, João dos Santos, aposentado n.º 28 135-F. C., a fim de levantar da Caixa Nacional de Previdência a quantia de 64\$, relativa a metade da pensão que ficou em dívida ao falecido aposentado.

Processo n.º 22 249. — Maria da Glória, que também usa Maria da Glória Fernandes, viúva, e Albino Gomes de Brito, solteiro, maior, pretendem habilitar-se, como meeira e herdeiro de seu falecido marido e pai, José de Brito, que também usava José Gomes de Brito, a fim de levantarem da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a quantia de 7.598\$80, relativa ao depósito n.º 1 034 da Caixa Económica Portuguesa, cofre de Oliveira do Hospital, que pertenciam ao falecido. *1 953

Processo n.º 22 236. — Rita de Cássia Pina Monteiro, viúva, e Albina Amélia Cássia Pina Monteiro da Silva Beirão e marido, Fernando da Silva Beirão, pretendem habilitar-se, como meeira e herdeiros de seu falecido marido, pai e sogro, Francisco Augusto Norberto Monteiro, a fim de levanta-

rem da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a quantia de 83.628\$20, relativa ao depósito n.º 74 822 da Caixa Económica Portuguesa, cofre da Caixa Económica Postal, que pertenciam ao falecido. *1 940

Processo n.º 22 291. — Emília Pires Xavier e marido, António Pedro Xavier, pretendem habilitar-se, como herdeiros testamentários de Beatriz do Carmo Lima, a fim de levantarem da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a quantia de 2.335\$80, relativa ao depósito n.º 22 643 da Caixa Económica Portuguesa, cofre do Calhariz, que pertenciam à falecida. *1 941

Quem tiver que opor aos indicados levantamentos deduza o seu direito no prazo de trinta dias, a contar desta publicação, findo o qual será resolvido como for de justiça.

Contencioso da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, 6 de Julho de 1953.—O Adjunto dos Serviços, *Paulo Amaro*.

Caixa Nacional de Previdência

Montepio dos Servidores do Estado

Éditos

Processo de pensão n.º 11 200. — Anuncia-se que se habilita Teresa Marques Lázaro, na qualidade de viúva do contribuinte n.º 80 do extinto Montepio da Guarda Fiscal, João Gomes Lázaro, segundo-cabo, reformado, domiciliado na Vila Cândida, 25, 1.º, desta cidade, falecido em 30 de Maio de 1953, para receber a pensão a que se julga com direito.

Correm éditos de trinta dias, a contar desta publicação, a fim de que, se houver mais algum interessado com direito à pensão requerida, venha deduzi-lo no indicado prazo, findo o qual será resolvida definitivamente a pretensão.

Repartição do Montepio dos Servidores do Estado, 6 de Julho de 1953.—O Chefe da Repartição, *M. Serra*.

AVISO

Avisam-se os seguintes contribuintes do Montepio dos Servidores do Estado, que se encontram na situação de licença ilimitada, de que devem, no prazo de trinta dias, regularizar e manter de futuro em dia o pagamento das quotas:

Contribuinte n.º 26 206 — Maria Alice Correia do Amaral, em atraso no pagamento de quotas desde Janeiro de 1952;

Contribuinte n.º 46 772 — Armando de Brito Albuquerque e Castro, em atraso no pagamento de quotas desde Julho de 1952;

Contribuinte n.º 50 199 — Alice Leonor Pereiro, em atraso no pagamento de quotas desde Julho de 1952.

A falta de cumprimento do estabelecido neste aviso conduz à eliminação de contribuintes do Montepio dos Servidores do Estado, com perda de todos os seus direitos, conforme o que dispõe o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 24 046, de 21 de Junho de 1934.

Repartição do Montepio dos Servidores do Estado, 7 de Julho de 1953. — O Chefe da Repartição, *M. Serra*.

Éditos

Processo de pensão n.º 11 160. — Anuncia-se que se habilita Maria Cândida, na qualidade de viúva do contribuinte n.º 8 502 da extinta Caixa de Auxílio dos Empregados Telégrafo-Postais, Jorge de Sousa, carteiro, aposentado, domiciliado na Rua dos Mourros, 37, 3.º, direito, freguesia da Encarnação, desta cidade, e falecido em 14 de Maio de 1953, para receber a pensão a que se julga com direito.

Processo de pensão n.º 11 204. — Anuncia-se que se habilita Maria Isabel Gigante Martins, na qualidade de viúva do contribuinte n.º 2 972 da extinta Caixa de Auxílio dos Empregados Telégrafo-Postais, Firmo Martins, carteiro, aposentado, domiciliado no lugar e freguesia da Ponte do Rol, concelho de Torres Vedras, e falecido em 4 de Junho de 1953, para receber a pensão a que se julga com direito.

Processo de pensão n.º 11 205. — Anuncia-se que se habilita Júlia de Sousa Vieira, que também usa Júlia da Silva Vieira, e Isaura Vieira Barbadinho, na qualidade de viúva e filha maior, solteira, do contribuinte n.º 10 011 do extinto Montepio dos Sargentos de Terra e Mar, Rodrigo Martinho Barbadinho, primeiro-sargento da Armada, falecido no Hospital da Marinha em 80 de Maio de 1953, para receber a pensão a que se julga com direito.

Correm éditos de trinta dias, a contar desta publicação, a fim de que, se houver mais algum interessado com direito às pensões requeridas, venha deduzi-lo no indicado prazo, findo o qual serão resolvidas definitivamente as pretensões.

Repartição do Montepio dos Servidores do Estado, 7 de Julho de 1953. — O Chefe da Repartição, *M. Serra*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários

Concurso público para a arrematação da empreitada de fornecimento e assentamento de móveis metálicos para alguns serviços da Faculdade de Medicina no Hospital Escolar de Lisboa.

Faz-se público que às 15 horas e 30 minutos do dia 3 de Agosto de 1953 se procederá, na sede da Comissão, na Avenida de António Serpa, 26, 3.º, direito, em Lisboa, ao concurso público acima designado.

O depósito provisório não pode ser inferior a 2,5 por cento do valor dos artigos que se propuserem fornecer.

O processo do concurso encontra-se patente na sede da Comissão e na delegação no Porto, Rua do Duque de Loulé, 96, 1.º, direito, todos os dias úteis, durante as horas do expediente.

Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, 11 de Julho de 1953. — O Vice-Presidente, *Fernando Galvão Jácome de Castro*. *1 993

Concurso público para a arrematação da empreitada de fornecimento e assentamento de móveis de madeira para alguns serviços da Faculdade de Medicina no Hospital Escolar de Lisboa.

Faz-se público que às 15 horas e 30 minutos do dia 29 de Julho de 1953 se procederá, na sede da Comissão, na Avenida de António Serpa, 26, 3.º, direito, em Lisboa, ao concurso público acima designado.

O depósito provisório não poderá ser inferior a 2,5 por cento do valor dos artigos que se propuserem fornecer.

O processo do concurso encontra-se patente na sede da Comissão e na delegação no Porto, Rua do Duque de Loulé, 98, 1.º, direito, todos os dias úteis, durante as horas do expediente.

Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, 9 de Julho de 1953. — O Vice-Presidente, *Fernando Galvão Jácome de Castro*. *1 960

Concurso público para a arrematação da empreitada de construção, assentamento e pintura da grade de vedação sobre o muro existente no contorno dos terrenos do Hospital Escolar de Lisboa.

Faz-se público que às 15 horas e 30 minutos do dia 30 de Julho de 1953 se procederá, na sede da Comissão, na Avenida de António Serpa, 26, 3.º, direito, em Lisboa, ao concurso público acima designado.

Base de licitação, 800.000\$.
Depósito provisório, 20.000\$.

O processo de concurso encontra-se patente na sede da Comissão e na delegação do Porto, Rua do Duque de Loulé, 98, 1.º, direito, todos os dias úteis, durante as horas de expediente.

Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, 9 de Julho de 1953. — O Vice-Presidente, *Fernando Galvão Jácome de Castro*. *1 961

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro
Secção Militar

Anuncia-se, em observância dos Decretos com força de lei de 5 de Dezembro de 1910 e de 24 de Março de 1911, haver Maria Joaquina Ferreira requerido o pagamento do que ficou em dívida a seu falecido marido, Manuel António, que foi primeiro-cabo, reformado, do extinto quadro das forças do ultramar.

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento ou a parte dele requeira por esta Secção dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Secção Militar, 8 de Julho de 1953. — O Chefe da Secção, *Vasco Gonçalves Branco*, tenente-coronel.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

2.ª Circunscrição Florestal

Matas do Sobral

Faz-se público que no dia 7 do próximo mês de Agosto, pelas 15 horas, na sede da 10.ª Administração Florestal, na Lousã, se procederá à venda em hasta pública dos medronhos existentes na mata do Sobral, na Lousã.

As condições para esta arrematação acham-se patentes na Direcção-Geral dos

Serviços Florestais e Aquícolas, em Lisboa, Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco, na secretaria da 2.ª Circunscrição Florestal, em Coimbra, Rua de Antero de Quental, 69, e na sede da referida 10.ª Administração Florestal, na Lousã, todos os dias úteis, durante as horas de expediente normal.

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 10 de Julho de 1953. — Pelo Engenheiro Silvicultor Director-Geral, o Chefe da 1.ª Repartição Técnica, *Egberto Rodrigues Pedro*. *1 965

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Transportes Terrestres
Direcção dos Serviços de Exploração e Material
3.ª Repartição

Por despachos de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações de 5 de Junho de 1953:

Prorrogada até 30 de Junho de 1953 a validade da concessão das carreiras de serviço público a seguir indicadas, ficando as respectivas concessionárias obrigadas ao cumprimento de todas as disposições do Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948):

Regular de passageiros entre Penafiel e Penafiel-Estação, classificada de afuente, e concedida à Empresa de Transportes Auto Penafiel, L.ª, com sede em Penafiel, por despacho ministerial de 2 de Março de 1949, publicado no *Diário do Governo* n.º 66, 2.ª série, de 22 de Março de 1949. (171)

Regular de passageiros entre Beja e Salvada, classificada de afuente, e concedida à Empresa Rodoviária Sotavento do Algarve, L.ª, com sede em Olhão, por despacho ministerial de 11 de Abril de 1951, publicado no *Diário do Governo* n.º 98, 3.ª série, de 30 de Abril de 1951. (172)

Regular de passageiros entre Benavente e Muge-Estação, classificada de afuente, e concedida a João Cândido Belo & C.ª, L.ª, com sede em Vila Fresca de Azeitão, Setúbal, por despacho ministerial de 31 de Dezembro de 1952, publicado no *Diário do Governo* n.º 8, 3.ª série, de 10 de Janeiro de 1953. (174)

Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 29 de Junho de 1953. — O Engenheiro Director-Geral *José António Miranda Coutinho*.

Por despachos de S. Ex.ª o Ministro das Comunicações de 5 de Junho de 1953:

Prorrogada até 30 de Junho de 1953 a validade da concessão das carreiras de serviço público a seguir indicadas, ficando as respectivas concessionárias obrigadas ao cumprimento de todas as disposições do Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948):

Regular de passageiros entre Évora-Estação e Redondo, classificada de afuente, e concedida a João Cândido Belo & C.ª, L.ª, com sede em Vila Fresca de Azeitão, Setúbal, por despacho ministerial de 26 de Abril de 1951, publicado no *Diário do Governo* n.º 101, 3.ª série, de 4 de Maio de 1951. (178)

Regular de passageiros entre Setúbal e Outão, classificada de afuente, e concedida a João Cândido Belo & C.ª, L.ª, com sede em Vila Fresca de Azeitão, Setúbal, por despacho ministerial de

19 de Dezembro de 1938, publicado no *Diário do Governo* n.º 297, 2.ª série, de 23 de Dezembro de 1938. (175)

Regular de passageiros e mercadorias entre Lousã e Pomares, classificada de afuente, e concedida a Jorges, Mariano & C.ª, L.ª, com sede em Arganil, por despacho ministerial de 26 de Outubro de 1936, publicado no *Diário do Governo* n.º 255, 2.ª série, de 30 de Outubro de 1936. (170)

Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 30 de Junho de 1953. — O Engenheiro Director-Geral, José António Miranda Coutinho.

Edital

Eu, José António Miranda Coutinho, engenheiro director-geral de Transportes Terrestres:

Faço saber que a Empresa de Transportes Gondomarense, L.ª, com sede em Atães, Jovim, concelho de Gondomar, distrito do Porto, requereu licença para exploração de uma carreira regular de passageiros entre Boca da Foz do Sousa e Esposado, passando por Zebreiros.

Nos termos da legislação em vigor (Regulamento de Transportes em Automóveis), e dentro do prazo de vinte dias, a contar da data da publicação deste edital no *Diário do Governo*, podem todas as pessoas e entidades interessadas dirigir à Direcção-Geral de Transportes Terrestres representações sobre a concessão da carreira requerida e examinar o respectivo processo na Direcção dos Serviços de Exploração e Material, em Lisboa, Rua de S. Mamede ao Caldas, 21.

Direcção-Geral de Transportes Terrestres, 7 de Julho de 1953. — O Engenheiro Director-Geral, José António Miranda Coutinho. *1978

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Direcção dos Serviços Administrativos

4.ª Repartição

Editos

Anuncia-se, em observância do disposto no Decreto-Lei n.º 24 432, de 28 de Agosto de 1934, que Eduarda Augusta Lopo Sabino, Eduardo Vitoriano Lopo Sabino, João Vitoriano Lopo Sabino, Ana Vitoriano Lopo Sabino, Leticia Vitoriano Lopo Sabino e Francisco Manuel Lopo Sabino, na qualidade de únicos herdeiros, requerem o pagamento do que ficou em dívida a sua falecida mãe, Leticia Maria Vitoriano Lopo Sabino, que era operador desta Administração-Geral.

Qualquer pessoa que também se julgue com direito a esse pagamento, ou a parte dele, deve apresentar a sua reclamação na 4.ª Repartição desta Direcção dentro do prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão.

Processo n.º E-6/1/1.

Direcção dos Serviços Administrativos da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, 9 de Julho de 1953. — Pelo Director, José Cordeiro.

CAMARA MUNICIPAL DE CONDEIXA-A-NOVA

Concurso para a adjudicação do fornecimento de cento e cinquenta contadores volumétricos de 12 mm (1/2") para água.

Dr. Carlos Madeira Lopes, vice-presidente, em exercício, da Câmara Municipal do concelho de Condeixa-a-Nova:

Faz público, de harmonia com a deliberação tomada em reunião da Câmara do

dia 7 do corrente mês, que no dia 11 de Agosto de 1953, pelas 14 horas, nesta Câmara Municipal, se procederá à arrematação, por meio de concurso público, do fornecimento de cento e cinquenta contadores volumétricos de 12 mm (1/2") para água, destinados à rede de abastecimento de água a esta vila.

Para ser admitido ao concurso é necessário que o proponente efectue na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, até às 15 horas da véspera do dia da adjudicação, o depósito provisório de 500\$, mediante guia passada na secretaria da Câmara Municipal deste concelho.

O programa do concurso e caderno de encargos estão patentes todos os dias úteis, às horas oficiais de serviço, na secretaria desta Câmara Municipal.

Paços do Concelho de Condeixa-a-Nova, 8 de Julho de 1953. — O Vice-Presidente da Câmara, em exercício, Carlos Madeira Lopes. *1954

CAMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso

A Câmara Municipal do concelho do Fundão, para os devidos efeitos, torna pública a lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso para provimento, por provas documentais e práticas, de um lugar vago de escriturário de 2.ª classe do quadro privativo da sua secretaria, aberto por anúncios publicados no *Diário do Governo* n.º 7, 8, 41 e 82, 3.ª série, respectivamente de 9 e 10 de Janeiro, 18 de Fevereiro e 7 de Abril últimos:

José Nunes Tavares.

As provas práticas terão lugar no edifício dos Paços do Concelho, sala das reuniões da Câmara, no dia 27 do corrente mês de Julho, pelas 10 horas.

Paços do Concelho do Fundão, 8 de Julho de 1953. — O Presidente do Júri, Fernando Alberto Garcia Carneiro. *1955

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Lista provisória dos candidatos ao concurso para arquitecto de 3.ª classe do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo* n.º 113, 3.ª série, de 13 de Maio do corrente ano:

Candidatos admitidos:

Fernando Rafael Máximo Miranda.

João de Barros e Vasconcelos Esteves.

Candidatos a admitir se completarem no prazo de oito dias, a contar da publicação desta lista no *Diário do Governo*, o processo respectivo com a junção dos documentos que a seguir se indicam:

António Joaquim Teixeira Moreira Veloso (a) e (b).

Celestino Joaquim de Abreu Castro (b).

José Frederico Bravo de Drumond Ludovice (c).

(a) Certidão de nascimento do teor;

(b) Documento comprovativo da sua situação militar (certidão passada pelos serviços competentes do Ministério do Exército ou título de isenção ou pública-forma deste);

(c) Carta ou sua pública-forma do curso de Arquitectura.

Candidato a admitir se fizer reconhecer por notário as assinaturas contidas nos documentos juntos ao processo em que solicita a admissão ao concurso:

José Rafael Santos Nunes Botelho.

Paços do Concelho de Lisboa, 4 de Julho de 1953. — O Vice-Presidente, Luís Pastor de Macedo. *1956

CAMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

Aviso

Para os devidos efeitos e conhecimento dos interessados se publica a lista definitiva do único candidato admitido ao concurso de provimento do lugar de aspirante do quadro privativo da secretaria desta Câmara, aberto por anúncio publicado no *Diário do Governo* n.º 125, 3.ª série, de 27 de Maio de 1953:

Francisco Hilário Barbosa de Melo, escriturário de 2.ª classe da secretaria da mesma Câmara, com toda a sua documentação em ordem.

Fica assim e por esta forma avisado o referido candidato de que as provas práticas do mesmo concurso terão lugar no dia 17 do corrente mês de Julho, pelos 10 horas, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho.

Paços do Concelho de Paredes de Coura, 7 de Julho de 1953. — O Presidente do Júri, José Manuel Pereira. *1957

CAMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Aviso

A Câmara Municipal de Pombal faz público que, nos termos do artigo 463.º do Código Administrativo, se acha aberto concurso, pelo espaço de trinta dias, a contar da data da publicação deste anúncio no *Diário do Governo*, para provimento de um lugar de aspirante do quadro privativo da sua secretaria, o qual se encontra vago em virtude de o anterior serventário ter passado à situação de inactividade fora do quadro, por lhe haver sido concedida licença ilimitada.

O vencimento mensal ilíquido atribuído àquele lugar é de 700\$, acrescido do suplemento de 90 por cento.

A este concurso podem concorrer os funcionários com provimento definitivo no mesmo quadro e da classe imediatamente inferior.

Os concorrentes deverão apresentar, dentro do prazo indicado, os seus requerimentos, escritos pelo próprio punho, com a assinatura devidamente reconhecida por notário e instruídos nos termos do artigo 460.º do Código Administrativo.

Paços do Concelho de Pombal, 9 de Julho de 1953. — O Presidente da Câmara, Ernesto Domingues Tavares. *1958

CAMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Aviso

A Câmara Municipal de Pombal faz público que, nos termos do artigo 463.º do Código Administrativo, se acha aberto concurso, pelo espaço de trinta dias, a contar da data da publicação deste anúncio no *Diário do Governo*, para provimento de um lugar de escriturário de 2.ª classe do quadro privativo da secretaria desta Câmara Municipal, o qual se encontra vago por motivo de promoção do anterior serventário.

O vencimento mensal ilíquido atribuído àquele lugar é de 600\$, acrescido do suplemento de 90 por cento.

A este concurso podem concorrer os funcionários com provimento definitivo no mesmo quadro e da classe imediatamente inferior.

Os concorrentes deverão apresentar, dentro do prazo indicado, os seus requerimentos, escritos pelo próprio punho, com a assinatura devidamente reconhecida por notário e instruídos nos termos do artigo 460.º do Código Administrativo.

Paços do Concelho de Pombal, 9 de Julho de 1953. — O Presidente da Câmara, Ernesto Domingues Tavares. *1959

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

3.ª vara cível

Por sentença de 10 do corrente, com trânsito em julgado, foi decretada a separação de pessoas e bens entre Maria Luísa Damásio Gama Ramos Santos e Manuel Ramos Santos.

Lisboa, 21 de Março de 1953.— O Chefe da Secção, *Jordão Meneses de Azevedo*.

O Juiz Corregedor, *Sousa Monteiro*. *3 066

(Esta publicação anula e substitui a inserida no *Diário do Governo* n.º 157, 3.ª série, de 7 de Julho de 1953).

TRIBUNAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS DE LISBOA

Execução n.º 2 783, de 1953

1.º bairro

Pelo juízo das execuções fiscais de Lisboa, 1.º distrito, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação deste no *Diário do Governo*, citando Alberto Fernando Novo e João Novo, moradores que foram na Rua do Passadiço, 53, 3.º, direito, na qualidade de dois gerentes e responsáveis pela firma Metalúrgica Internacional, L.ª, actualmente ausentes em parte incerta, para, no prazo de dez dias imediatos aos trinta, satisfazerem na tesouraria do Tribunal das Execuções Fiscais desta cidade a quantia de 5.124\$, além dos juros de mora, selos e custas do processo, proveniente de contribuição industrial, grupo C, do ano de 1952, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa e Tribunal das Execuções Fiscais, 1.º distrito, à Rua da Emenda, 46, 1.º, 3 de Julho de 1953.— E eu, *Bartolomeu da Costa*, escrevivo, o subscrevi.

Verifiquei.— O Juiz, *Manuel de Carvalho*. *1 963

TRIBUNAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS DE LISBOA

Execução n.º 3 793, de 1953

1.º bairro

Pelo juízo das execuções fiscais de Lisboa, 1.º distrito, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação deste no *Diário do Governo*, citando os herdeiros incertos do executado José Tomás, morador que foi na Calçada dos Barbadinhos, 172-176, para, no prazo de dez dias imediatos aos trinta, satisfazerem na tesouraria do Tribunal das Execuções Fiscais desta cidade a quantia de 1.370\$, além dos juros de mora, selos e custas do processo, proveniente de contribuição industrial, grupo C, do ano de 1953, sob pena de seguir a execução seus termos.

Lisboa e Tribunal das Execuções Fiscais, 1.º distrito, à Rua da Emenda, 46, 1.º, 3 de Julho de 1953.— E eu, *Bartolomeu da Costa*, escrevivo, o subscrevi.

Verifiquei.— O Juiz, *Manuel de Carvalho*. *1 964

UNICINE — UNIÃO DE CINEMAS, L.ª

Para os devidos efeitos se publica que, por escritura do dia 30 de Junho de 1953, lavrada nas notas do 14.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Dr. Luís de Faria Teixeira Lopes, se constituiu entre as firmas Sintra Cinema, L.ª, e Cine-Teatro de Sintra, L.ª, a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação de Unicine — União de Cinemas, L.ª, nos termos dos artigos seguintes:

(Por minuta)

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação de Unicine — União de Cinemas, L.ª

ARTIGO 2.º

A sua sede é em Sintra, no Cine-Teatro de Sintra, L.ª

ARTIGO 3.º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o início desde 1 de Julho próximo.

ARTIGO 4.º

O seu objecto é a exploração de cinemas ou de qualquer outro ramo de comércio ou indústria para que não seja necessária autorização especial, desde que seja aprovado pela assembleia geral.

ARTIGO 5.º

O capital social é de 5.000\$, integralmente realizado em dinheiro e está dividido em duas quotas de 2.500\$ cada, subscritas pelos sócios Cine-Teatro de Sintra, L.ª, e a sociedade Sintra Cinema, L.ª

ARTIGO 6.º

Não haverá prestações suplementares de capital, mas poderão os sócios fazer os suprimentos à sociedade, quando ela deles careça e nisso convierem, aos juros e condições que oportunamente forem estipulados em assembleia geral.

ARTIGO 7.º

A cessão total ou parcial de quota para estranhos fica dependente da autorização do outro sócio, que, no caso de não dar o seu acordo, se obriga a efectuar a sua venda pelo valor que constar do balanço a realizar para esse fim.

ARTIGO 8.º

As assembleias gerais são convocadas, salvo nos casos especiais em que a lei exija outros requisitos, por carta registada, com oito dias, pelo menos, de antecedência.

§ 1.º Da carta da convocação constará o objecto da reunião.

§ 2.º De todas as reuniões será lavrada a respectiva acta.

§ 3.º As deliberações sociais, com excepção da que se refere à dissolução, serão tomadas por mais de 50 por cento dos votos do capital social.

ARTIGO 9.º

A administração da sociedade e a sua representação, activa e passivamente, ficam a cargo de uma gerência, composta por dois gerentes, eleitos de três em três anos pela assembleia geral ordinária.

§ 1.º A sociedade fica obrigada com a assinatura de dois gerentes.

§ 2.º Os gerentes são dispensados de caução e as suas retribuições serão fixadas pela assembleia geral que os eleger.

§ 3.º Terminado o período de gerência, podem os mesmos gerentes ser reeleitos.

ARTIGO 10.º

Os gerentes podem ser destituídos do cargo antes de terminar o mandato nos casos previstos na lei, e bem assim quando em assembleia geral seja votada a demissão por mais de 50 por cento dos votos do capital social.

ARTIGO 11.º

Anualmente será dado um balanço, com data de 31 de Dezembro, e dos lucros, líquidos de todos os encargos, deduzir-se-á a percentagem necessária para formação ou reintegração do fundo de reserva e quaisquer outras aplicações ou remunerações determinadas por deliberação da assembleia geral, dividindo-se o restante pelos sócios proporcionalmente às suas quotas.

§ único. Os prejuízos, se os houver, serão suportados pelos sócios na mesma proporção.

ARTIGO 12.º

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos previstos na lei e também desde que

com a dissolução concordem 50 por cento dos votos do capital social.

§ único. Dissolvida a sociedade, serão liquidatários os sócios, podendo qualquer deles fazer-se representar por terceira pessoa, com prévio acordo do outro sócio.

ARTIGO 13.º

Ficam desde já constituindo o conselho de gerência para o triénio que finda em 30 de Junho de 1956 o Sr. Dr. Venâncio de Figueiredo Vieira, casado, advogado, morador em Lisboa, na Avenida do Duque de Ávila, 93, 3.º, e Francisco Vasco da Cruz, casado, empregado comercial, morador na Praça de S. Paulo, 3, 4.º, com as retribuições que vierem oportunamente a ser fixadas.

ARTIGO 14.º

Em tudo o omissso regularão as disposições legais em vigor e especialmente a Lei de 11 de Abril de 1901.

Lisboa, 10 de Julho de 1953.— O Primeiro-Ajudante do 14.º Cartório Notarial, *Manuel Ferreira Alves Salgado*. (3 165)

R. S. CONTRERAS, L.ª

Para os devidos efeitos se publica que, por escritura de 9 de Julho de 1953, lavrada nas notas do 14.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Dr. Luís de Faria Teixeira Lopes, e por virtude de diversas cessões de quotas operadas entre os respectivos sócios, foi alterado totalmente o pacto social desta sociedade, o qual ficou substituído pelo constante dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade continua a adoptar a firma R. S. Contreras, L.ª, tem a sua sede em Lisboa e estabelecimento na Rua da Glória, 4, 2.º, e Rua de Santo António da Glória, 95, 95-A e 95-B, conta o seu início desde 1 de Julho de 1946 e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto é o comércio de comissões, consignações e representações, podendo explorar qualquer outro ramo de comércio ou indústria em que os sócios acordem e para que não seja precisa autorização especial.

3.º

O capital social é de 30.000\$, corresponde à soma das quotas dos sócios, todas distintas e integralmente realizadas em dinheiro e nos demais valores da sociedade, pertencendo uma, de 12.000\$, ao sócio Remigio Suarez Contreras, outra, de 12.000\$, à sócia D. Eulalia Suarez Contreras, e outra, de 6.000\$, ao sócio Alejandro Suarez Contreras.

4.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo, porém, qualquer dos sócios fazer à caixa social os suprimentos de que ela carecer, mediante as condições a fixar em acta.

5.º

A cessão total ou parcial de quotas fica dependente do consentimento recíproco dos sócios.

6.º

A administração e gerência de todos os negócios da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, serão exercidas por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com dispensa de caução.

7.º

Aos gerentes é expressamente proibido usar a firma social em actos e contratos que não digam respeito aos negócios da sociedade, tais como abonações, fianças, le-

tras de favor e outros semelhantes, sob pena de o infractor ser responsável para com a sociedade pelos prejuizos que lhe causar com esse uso.

8.º

As assembleias gerais, quando devam reunir e a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de oito dias, indicando sempre o assunto a deliberar.

9.º

Em 31 de Dezembro de cada ano será dado um balanço geral dos negócios da sociedade, que deverá estar concluído e aprovado nos noventa dias subsequentes, e os lucros líquidos nele apurados, deduzidos previamente 5 por cento, pelo menos, para fundo de reserva legal, ou os prejuizos, serão divididos ou suportados pelos sócios na proporção das suas quotas.

10.º

Ocorrendo o falecimento de qualquer sócio, a sociedade continuará com o sobrevivente e os herdeiros e demais representantes do falecido, devendo estes nomear de entre si um que a todos represente na sociedade, sem o que não terão nela qualquer ingerência.

11.º

A sociedade dissolve-se unicamente nos casos legais, e em qualquer caso de dissolução a assembleia que a votar nomeará os liquidatários e providenciará acerca da liquidação e partilha.

12.º

Nos casos omissos regularão a Lei de 11 de Abril de 1901 e demais legislação aplicável, e as questões emergentes deste contrato serão dirimidas no foro da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Lisboa, 9 de Julho de 1953. — O Ajudante do 14.º Cartório Notarial de Lisboa, *João Varão Botelho*. (3 166)

JOSÉ MENDES & SOBRINHO, L.ª

(Por minuta)

Para os devidos efeitos se publica que, por escritura de 7 de Maio de 1953, lavrada nas notas do 14.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Dr. Luís de Faria Teixeira Lopes, foi constituída entre os Srs. José Mendes Dias e Alberto Mendes Dias uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade adopta a firma José Mendes Dias & Sobrinho, L.ª, tem a sua sede em Lisboa e o seu estabelecimento na Rua do Marechal Saldanha, 19.

2.º

O seu objecto é o comércio de mercearia, podendo explorar qualquer outro ramo, mediante prévia deliberação, com excepção daqueles que dependem de autorização especial.

3.º

O seu capital é de 30.000\$, em dinheiro, que já deu entrada na caixa social, completamente realizado e dividido em duas quotas, sendo uma de 15.000\$, subscrita pelo sócio José Mendes Dias, e outra de 15.000\$, subscrita pelo sócio Alberto Mendes Dias.

4.º

O seu início conta-se desta data e a sua duração será por tempo indeterminado, contando-se os anos sociais pelos anos civis.

5.º

A gerência e administração dos negócios sociais e a representação da sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, ficam a cargo de ambos os sócios, sem remuneração e sem caução, podendo qualquer deles representar a sociedade em assuntos de mero expediente, mas em actos que envolvam obrigação a cumprir em data futura será imprescindível a assinatura do sócio José Mendes Dias, que fica sendo o único que poderá obrigar a sociedade em tais actos, assim como assinar cheques, letras e fazer a caixa.

6.º

A sociedade não poderá ser envolvida em fianças, abonações, letras de favor e actos semelhantes, nem em assuntos que lhe não respeitem e interessem directamente.

§ único. Aquele dos gerentes que infringir o disposto no corpo deste artigo responderá individualmente pelos danos que causar à sociedade, indemnizando-a de todos os prejuizos que ela sofra.

7.º

Aos sócios reserva-se o direito de preferência na aquisição de quotas quando se pretendam ceder a estranhos, o que não poderá ser feito sem prévia autorização dos sócios não cedentes.

Em qualquer dos casos o preço da cessão será sempre igual ao valor nominal da quota.

§ único. O sócio José Mendes Dias, porém, fica desde já autorizado a todo o tempo ceder a sua quota, no todo ou em parte, a quem ele entender.

8.º

Anualmente, referido a 31 de Dezembro, será feito um balanço de todo o activo e passivo social e serão feitos os mais balanços e balancetes que qualquer dos sócios exija.

9.º

Dos lucros apurados em cada balanço anual, líquido de todas as despesas e encargos, serão retirados 5 por cento para fundo de reserva.

A restante parte dos lucros será dividida em partes iguais.

Proporcionalmente às quotas de cada um serão divididos os prejuizos, quando os haja.

10.º

A sociedade poderá amortizar quaisquer quotas nos casos seguintes:

a) Quando o sócio tenha cometido qualquer irregularidade ou tenha prejudicado a sociedade no seu crédito ou interesse;

b) Quando a quota tiver sido arretada, penhorada, arrolada ou por qualquer forma envolvida em processo judicial;

c) Quando o sócio tenha deixado de cumprir na sociedade os cargos, deveres e obrigações assumidas no presente pacto social, e ainda quando, sem motivo justificado, lhe deixe de prestar assistência permanente.

§ único. Em qualquer dos casos o preço da amortização será o do valor nominal, acrescido da parte que lhe corresponder no fundo de reserva pelo último balanço anual aprovado, bastando, para que a amortização se efective, que seja depositado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência o preço da amortização, com observância dos meios e formalidades legais.

11.º

No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios os seus herdeiros ou representantes serão obrigados a transferir para a sociedade ou para os outros sócios todos os direitos que ao falecido ou interdito nela pertenciam.

§ único. A transferência dos direitos indicados no corpo deste artigo será feita

pelo valor nominal da quota respectiva, acrescido da correspondente parte do fundo de reserva e dos suprimentos que o falecido ou interdito haja feito à sociedade.

12.º

Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à caixa os suprimentos de que ela carecer, ao juro, prazo e mais condições em que forem acordados e constem do livro de actas.

13.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada ou por telegrama, dirigidos por um dos sócios aos outros com a antecipação não inferior a oito dias, salvo unicamente os casos para que a lei exija outra forma de convocação.

14.º

Nos casos omissos regularão a Lei de 11 de Abril de 1901 e demais legislação aplicável.

Lisboa, 27 de Junho de 1953. — O Ajudante do 14.º Cartório Notarial, *João Varão Botelho*. (3 158)

ORAUTO, LPA

Para os devidos efeitos se publica que, por escritura lavrada hoje no 14.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Dr. Luís de Faria Teixeira Lopes, foi alterado parcialmente o pacto social desta sociedade, que tem sede e domicílio na vila da Chamusca, ficando os artigos 4.º, 6.º e 7.º a ter a seguinte redacção:

4.º

O capital social é de 30.000\$, acha-se integralmente realizado e representado nos diversos valores sociais e corresponde à soma de uma quota de 28.000\$, pertencente ao sócio Alberto Cid Leão Cabreira, e de uma de 2.000\$, pertencente ao sócio João Pinto Albuquerque.

6.º

A quota do sócio Alberto Cid Leão Cabreira, enquanto lhe pertencer, poderá ser livremente dividida e cedida a estranhos, no todo ou em parte.

Qualquer outra quota não poderá ser cedida a estranhos sem autorização escrita dos restantes sócios.

7.º

É nomeado único gerente da sociedade, com os mais amplos poderes e com dispensa de caução, o sócio Alberto Cid Leão Cabreira, que, além de único gerente, fica sendo a única pessoa que pode fazer uso da firma social e obrigar e representar a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele.

§ único. Poderá, todavia, aquele sócio delegar em uma ou mais pessoas todos ou parte dos poderes que, como gerente, lhe são atribuídos por este pacto social e pela lei.

Lisboa, 28 de Julho de 1950. — O Ajudante do 14.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Dr. Luís de Faria Teixeira Lopes, *Raul Augusto Moreira*. (3 152)

SOCIEDADE IMPORTADORA DE AUTOMÓVEIS, L.ª

Por escritura de 12 de Junho de 1953, lavrada a fl. 69 do livro n.º 754 das notas do 4.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário bacharel Eduardo Caetano Nunes, na Rua da Assunção, 99, 1.º, foi alterado o § 1.º do artigo 8.º desta sociedade, passando aquele parágrafo a ter a seguinte redacção:

§ 1.º Para que a sociedade se considere válidamente obrigada em todos os

actos e contratos de responsabilidade é sempre necessária a intervenção e assinatura dos dois gerentes.

Lisboa, 9 de Julho de 1953.— O Segundo-Ajudante do Cartório, *Fernando Soares Carinhas*. (3 180)

FÁBRICA DE SEDAS GLOBO, L. DA

Sede no Porto

Por escritura desta data, lavrada nas notas do 2.º cartório notarial do Porto, a cargo do notário Dr. Francisco Maria de Sousa, a sede da sociedade comercial por quotas sob a denominação acima foi transferida para a Rua de Bernardim Ribeiro, 27, desta cidade, ficando, por consequência, alterado, neste sentido, o artigo 1.º do respectivo pacto social.

Porto, 1 de Julho de 1953.— O Ajudante do 2.º Cartório Notarial do Porto, *Severo M. Santos*. (3 184)

JOSÉ VALENTIM & C. A, L. DA

Por escritura de 16 de Junho do corrente ano, exarada no livro n.º 83-B, de fs. 5 v.º a 8, das notas do 5.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Dr. Avelino de Faria, Manuel António Mendonça Delicado Tavares e D. Maria Clotilde Mendonça Delicado, como únicos sócios que ficaram sendo desta sociedade, alteraram parcialmente o seu pacto pela maneira seguinte:

1.º O artigo 1.º passou a ter a redacção seguinte:

1.º

A sociedade passa a adoptar a firma Mendonça Delicado & Irmã, L. da, e continua a ter a sua sede nesta cidade, na Avenida de D. Afonso III, 68-A e 68-B.

2.º O artigo 4.º passou a ter a seguinte redacção:

4.º

O capital social é de 175.000\$, integralmente realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita e corresponde à soma de duas quotas iguais, uma de cada sócio.

3.º O § 1.º do artigo 10.º passou a ter a seguinte redacção:

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada é suficiente a assinatura da firma feita por qualquer dos gerentes.

Lisboa, 9 de Julho de 1953.— O Segundo-Ajudante, *Maria Carlota de Carvalho*. (3 183)

CIR, L. DA

Por escritura de 17 de Junho de 1953, exarada de fs. 83 a 87 do livro n.º 305-C deste cartório, Fernando Gouveia Correia, Manuel Gouveia Correia, Octávio Cardoso Pereira e Raul Alves Mineiro cederam as quotas do valor nominal de 50.000\$ que cada um possuía nesta sociedade, respectivamente, a Aníbal da Silva David, João dos Santos Matos, José Aprígio Gomes Júnior e Nuno Gonçalves Ferreira.

Que todas estas cessões foram feitas pelos seus valores nominais, tendo os mencionados cedentes deixado de fazer parte da sociedade e renunciando à gerência.

Lisboa, 30 de Junho de 1953.— A Ajudante do 13.º Cartório Notarial, a cargo do Notário Valente de Araújo, *Isaltina da Conceição Silva Penegue*. (3 164)

GOMES & CASIMIRO, L. DA

Por escritura de 18 de Junho de 1953, em notas do 3.º cartório notarial de Lisboa,

a cargo do notário Mariano da Maia e Vasconcelos de Castro e Mendes, ficaram sendo únicos sócios nesta sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Lisboa, constituída por escritura de 14 de Junho de 1944, Armando Marques da Cruz e António Marques da Cruz e foi substituído pelo seguinte o artigo 6.º do pacto social:

6.º

A gerência e a administração dos negócios da sociedade ficam a cargo do sócio Armando Marques da Cruz, que fica nomeado gerente, com o uso da firma e com os mais amplos poderes, incluindo os de traspasar o estabelecimento social e alienar, onerar ou obrigar os bens e haveres da sociedade.

O Ajudante, *F. de Castro e Albufeira*. (3 173)

COMPANHIA MINEIRA DE PRODUTOS RADIOACTIVOS

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Capital 1:000.000\$

Sede provisória: Travessa do Forte da Areia, 6 Lisboa

Nos termos dos artigos 12.º e 20.º dos estatutos, é convocada a assembleia geral dos accionistas desta Companhia para reunir extraordinariamente no dia 31 de Julho do corrente ano, pelas 16 horas, a fim de proceder à alteração dos seus estatutos e eleição dos corpos gerentes e da mesa da assembleia geral.

Lisboa, 11 de Julho de 1953.— Os Directores: *António Tovar de Lemos — Luis Alexandre Branquinho*. (3 183)

BANCO DE PORTUGAL

AVISO

Para esclarecimento dos interessados, o Banco de Portugal, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 38 659, de 26 de Fevereiro de 1952, comunica que o crédito de Portugal sobre a União Europeia de Pagamentos em 30 de Junho findo, segundo o respectivo apuramento feito e agora comunicado por este último organismo, era de 38 459 000 unidades de conta, correspondentes a 1.105.696.250\$, e que a conta a que se refere o artigo 4.º do citado decreto-lei apresentava naquela data o saldo de 148.644.890.

Lisboa, 11 de Julho de 1953. (3 190)

NIPOLI — MINAS DE PONTE DE LIMA, S. A. R. L.

Relatório e contas do exercício de 1952

Relatório

Srs. Accionistas. — Conforme determinam as respectivas disposições legais e estatutárias, vimos hoje submeter à vossa apreciação o relatório e contas respeitantes ao exercício de 1952.

Continuamos na fase de preparação, traçagem e apetrechamento, justificando-se, por isso, não se poder ainda apresentar a conta de resultados, correspondendo o saldo da conta de exploração aos trabalhos de preparação e traçagem já referidos e que transitam para o exercício seguinte.

Cumpre-nos agradecer a valiosa colaboração e auxílio que nos têm sido prestados pelas entidades oficiais e que nos faz encarar com muita confiança, ao lado dos resultados dos trabalhos feitos, o futuro desta empresa.

Ponte de Lima, 26 de Fevereiro de 1953.— O Conselho de Administração: *Gabriel Ferreira Marques — Júlio Ramalho Matos do Nascimento — Gaspar Fernandes Reguengo de Queirós*.

Balanco em 31 de Dezembro de 1952

ACTIVO

Caixa	28.726\$34
Exploração	1.612.597\$25
Mercadorias	798.000\$00
Bens diversos	2.284.932\$85
Acções	2.420.000\$00
	<hr/>
	7.144.256\$44

PASSIVO

Devedores e credores	1.144.256\$44
Capital	6.000.000\$00
	<hr/>
	7.144.256\$44

Gabriel Ferreira Marques — Júlio Ramalho Matos do Nascimento — Gaspar Fernandes Reguengo de Queirós. 340**

HABILITAÇÃO

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 179.º e seus parágrafos da Lei n.º 2 049, de 6 de Agosto de 1951, faz-se publico que, por escritura lavrada hoje, de fl. 82 v.º a fl. 84 v.º do livro n.º 47 do notário desta secretaria notarial licenciado Manuel Soares Craveira, Custódia de Jesus, ou Custódia de Jesus Martinho, viúva, doméstica, residente nesta vila de Odemira, foi declarada única e universal herdeira do seu filho legítimo Jorge de Jesus Martinho, de 13 anos de idade, falecido em Porto Molho, freguesia de Santa Maria, deste concelho, no dia 29 de Maio do corrente ano.

Odemira, 9 de Julho de 1953.— O Ajudante da Secretaria Notarial de Odemira, *António da Glória Martins Baptista*. (3 171)

SECRETARIA NOTARIAL DO FUNCHAL

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 179.º e seguintes da Lei n.º 2 049, se publica que, por escritura de 30 de Junho de 1953, lavrada a fl. 20 do livro n.º 94 de minhas notas, foi titulada a habilitação de D. Amélia de Oliveira Faria Sarmiento, também conhecida por Amélia de Oliveira Faria, viúva, dona de casa, moradora à Rua da Carreira, freguesia de S. Pedro, concelho do Funchal, e de D. Margarida Henriques Sarmiento, viúva, dona de casa, moradora à Rua de Santa Luzia, freguesia de Santa Luzia, concelho do Funchal, como únicas herdeiras de Alberto Artur Sarmiento, falecido em 4 de Março do corrente ano, nesta cidade.

Funchal, 6 de Julho de 1953.— O Notário, *José Acciaiuoli Leite Monteiro*. 409**

HERANÇA DE GASPAR DOS REIS CUNHA

De harmonia com o disposto no § 1.º do artigo 179.º da Lei n.º 2 049, de 6 de Agosto de 1951, se faz saber que, por escritura lavrada neste cartório em 3 de Julho corrente, Jaime Luís Cóias Cunha, casado, comerciante, natural da freguesia de Santo André, desta cidade, e na mesma morador, foi habilitado como único herdeiro de seu pai, Gaspar dos Reis Cunha, natural da dita freguesia de Santo André, onde faleceu em 30 de Junho de 1952 e casado que foi com D. Olímpia da Graça Palmeiro Cóias Cunha.

Qualquer pessoa que se julgue com melhor ou igual direito ao do habilitado herdeiro poderá impugnar a referida habilitação, nos termos das disposições do § 2.º do citado artigo 179.º e do artigo 1 117.º do Código de Processo Civil.

Cartório Notarial de Estremoz, 3 de Julho de 1953.— O Ajudante, em exercício, *Petúgio Pedro Fragoso General*. 410**

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Capital 170:300.000\$

Relatório do conselho de administração e parecer do conselho fiscal relativos ao exercício de 1952, apresentados à assembleia geral ordinária em 30 de Junho de 1953.

Srs. Accionistas. — Vimos apresentar-vos, e submeter à vossa apreciação, o relatório da Administração da Companhia durante o ano de 1952, seu trigésimo sexto exercício, o balanço referido a 31 de Dezembro desse ano e as conclusões que os acompanham.

Relações com as Autoridades

Nenhuma alteração se nos oferece fazer ao exposto nos relatórios próximos anteriores sobre a generalidade das relações da Companhia com as autoridades da Província, da maioria das quais continuámos recebendo a colaboração indispensável a assegurar a verdadeira associação de esforços e interesses, que, em cumprimento dos contratos em vigor, deve existir entre o Estado e esta Empresa sua concessionária.

Se é certo que essa colaboração interessa à Companhia, ao progressivo desenvolvimento da sua actividade industrial e à obra de colonização a que ela se tem dedicado, é verdade, também, que o facto não interessa menos ao Estado, pela participação que lhe cabe nos lucros da Sociedade, pelos benefícios resultantes da acção civilizadora por ela realizada na vasta zona da sua influência na Lunda e, ainda, pelo forte estímulo que as crescentes exigências dos seus variados serviços exerce em outras muitas actividades económicas da Província. Assim é que, dos lucros da gerência a que nos reportamos, arrecada o Estado, este ano, mais de 86:000 contos; e para melhor se avaliar, sob este aspecto, do reflexo da prosperidade da Companhia na vida da Província e quanto essa prosperidade lhe interessa, não será descabido lembrar, referindo-nos somente a anos mais próximos, que o montante das participações nos lucros por ela auferidos no último quinquénio (1947 a 1951) ascende à impressionante cifra de 888 870 contos. A esta soma acresce a dos dividendos que à Província couberam no mesmo período, como grande accionista da Companhia, no valor de 21 000 contos.

E se, do valor material do contributo da nossa Empresa para as finanças da Província, volvermos ao da obra de colonização referida, sob uma das múltiplas modalidades por que a Companhia a vem exercendo, ou seja, a da acção assistencial por ela dispensada às populações da Lunda, não são menos lisonjeiras as conclusões a tirar. No lugar próprio se dirá do desenvolvimento que tem assumido a assistência médica e cirúrgica prestada por esta Empresa a toda a população da circunscrição do Chitato. Aqui bastará dizer-vos que, à parte as avultadas despesas que, por esse título, a Companhia suporta, ainda, paralelamente, temos feito inscrever nos nossos Balanços provisões para análogos objectivos, que somam 85 000 contos, parte dos quais (10 000 contos) entregámos ao Governo-Geral de Angola, que os aplicou na montagem da assistência sanitária no território do Distrito, a circunscrição do Chitato exceptuada.

Cabe, ainda, referir, neste lugar, que largamente tem a Companhia concorrido para a manutenção e desenvolvimento das missões católicas, instituições de beneficência e organismos de natureza cultural, com donativos que nos últimos cinco anos subiram a 12 652 contos.

Tem a Companhia timbrado sempre, como se vê, em promover, dentro das suas possi-

bilidades e esfera de acção, o bem-estar da população indígena, não apenas na zona das suas Explorações mas em toda a área da sua influência, por meio de diligente e cada vez mais desenvolvida assistência material e espiritual e dos persistentes cuidados postos na elevação do seu nível de vida.

Para tão complexa finalidade, uma grande parte da nossa actuação traduz-se, como sabeis, nos porfiados esforços com que procuramos facilitar às autoridades administrativas o exercício da sua missão protectora e orientadora dos nativos — mas nem por isso podemos abstrair da colaboração que para esse fim e os demais, de ordem legal e moral, temos recebido, como atrás referimos, da maioria dos funcionários da Província com quem mantivemos relações ou estivemos em contacto.

A esses funcionários e autoridades, que, com perfeita compreensão das suas atribuições, nos prestaram leal e inteligente cooperação, aqui deixamos os nossos agradecimentos.

Visitas às Explorações

Tal como nos anos anteriores, foi-nos dada a honra, no período relativo a este exercício, da visita que, em meados de Setembro último, fez às nossas Explorações o Governador de Malange, Ex.^{mo} Sr. Raul de Lima.

S. Ex.^a, que viajava acompanhado de sua esposa, o Intendente do Distrito da Lunda e alguns funcionários superiores de Malange, chegou a Portugaláia em 14 daquele mês e instalou-se com a sua comitiva na Sede da Circunscrição, onde, no dia seguinte, lhe foram apresentados cumprimentos pelo nosso Director-Geral e Directores dos Serviços de Administração e dos Serviços Técnicos de Exploração. Com eles tratou S. Ex.^a de vários assuntos relativos à Companhia, em cuja apreciação, como sempre, se mostrou compreensivo, tendo tomado acerca deles as resoluções que, de harmonia com as disposições legais, eram de aconselhar.

S. Ex.^a, que, nesta viagem à Lunda, se deslocou, durante dois dias, aos Postos Administrativos do Lóvua e do Luia, visitou no dia 18 o nosso Museu do Dundo e a Estação Meteorológica, que não conhecia ainda e lhe mereceram palavras de louvor.

Nesse mesmo dia foi-lhe oferecido pelo nosso Director-Geral, na Casa da Representação, um jantar, para o qual foram convidados os membros da sua comitiva, bem como o Administrador do Chitato e esposa, e a que igualmente assistiram os empregados superiores da Companhia no Dundo e suas senhoras.

No dia seguinte, e acompanhado por membros da nossa Direcção-Geral, transportou-se S. Ex.^a à Zona Leste, onde visitou as minas de Catongula e Nzárgi II e as aldeias dos trabalhadores contratados desta última mina e da de Luxilo 7. Em 20, regressou a Saurimo, com destino a Malange.

Deu-nos, igualmente, o prazer da sua visita, durante dois dias, o Dr. Albino Tavares de Almeida, Chefe dos Serviços de Imprensa do Secretariado Nacional da Informação.

S. Ex.^a, acompanhado pelo Ajudante de Campo do Governador-Geral, fez a viagem de avião e utilizou para aterragem o Campo de Aviação da Companhia no Dundo, onde chegou em 14 de Maio, sendo aguardado pelo nosso pessoal superior. Nesse mesmo dia, visitou, no Dundo, a Casa do Pessoal, Museu, Estação Emissora, Armazéns e Oficinas; no dia seguinte, acompanhado pelo Director-Geral, deslocou-se à Zona das Explorações, e ali esteve nos Centros Urbanos de Cassanguidi, Andrada e Malúdi, tendo visitado as minas de Luxilo I, Catongula e Mussolégi, a Estação Central de Escolha e a Casa de Repouso do Cossa.

De regresso ao Dundo, na tarde desse dia, foi-lhe oferecido um jantar na Casa da Representação, a que assistiram os empregados superiores da Companhia e suas esposas. Em 16, pela manhã, partiu S. Ex.^a, no mesmo avião em que viera, para Malange, tendo-nos manifestado, com cativantes expressões de apreço, a sua satisfação por tudo o que lhe fora dado observar na sua visita.

Foi outrossim com especial satisfação que recebemos, em fins de Agosto último, durante três dias, a visita às nossas Explorações do Engenheiro Charles W. Boise, Presidente do «Consolidated African Selection Trust» e da Companhia de diamantes da Serra Leoa, que em tempos já distantes foi nosso distinto colaborador e cujo nome figura, entre os pioneiros da Companhia na Lunda, como um dos mais antigos e dedicados.

Acompanhado do Dr. Carl Spycher e do Director da Forminière em Tahikapa, o Sr. Armand Van Herp e esposa, chegou o Engenheiro Boise ao Dundo no dia 24 de Agosto e logo no dia seguinte, acompanhado pelo Chefe do Serviço de Prospeccão, se deslocou à Zona das Explorações.

Ali visitou os centros de Cassanguidi, Luaco e Cossa, fazendo curtas paragens na mina de Cassanguidi 2 e Museu do Luaco e, também, na mina de Mussolégi, junto da qual o Engenheiro Boise, em interessante troca de impressões com os circunstantes, comparou, sob o ponto de vista geológico, as ideias de 1920, que tão intensamente viveu e que orientaram, ao tempo, a sua actividade, com as actuais e os novos processos de exploração que lhes estão ligados.

Na Casa de Repouso do Cossa, de cuja *farm* foi o Engenheiro Boise o fundador, relembrou o nosso ilustre hóspede o passado, já longínquo, em que ele próprio escolhera o local daquela encantadora estância.

Durante o almoço, que ali foi servido, dissertou o Engenheiro Boise largamente, por vezes em animada e interessante discussão, sobre a pré-história da Lunda, de que é conhecedor, como tal mantendo estreito contacto, e até relações de amizade, com o sábio Professor Leakey, de Nairobi, que em 1948 permaneceu na nossa Zona Mineira para estudos da geologia e pré-história da região.

A visita do Engenheiro Boise à Lunda teve bem o cunho sentimental de saudade do homem que, preso pelo coração a gratas recordações daquelas paragens, sente que não terá ocasião de tornar a ver os locais onde arduamente trabalhou durante a sua juventude — o que o fez dizer, da ponte do Chiumba, olhando, recolhidamente, para as águas do rio: «This is the last time I see the Chiumba!», e repetir, amiadadas vezes: «This was a beautiful day!».

Evocando tempos idos e as pessoas que ali conheceu e com quem trabalhou, em especial o Administrador-delegado, Comandante Ernesto de Vilhena, os nossos saudosos cotejas General Paiva de Andrada e Coronel Brandão de Melo, os pioneiros Horrie, Grant, Brugger, Hermans e tantos outros, o Engenheiro Boise manifestou o desejo, a que estamos procurando dar o conveniente seguimento, de se identificar o local onde o prospector George Young encontrou o primeiro diamante, na região nordeste da Lunda, e de, na hipótese de o riacho onde a pedra foi encontrada pertencer a Angola — o que, na altura, não era possível saber-se, por a fronteira não estar ainda demarcada —, se perpetuar o facto com um pequeno monumento nesse ponto, a ser de fácil acesso, ou, de contrário, com uma placa comemorativa no Museu do Dundo.

Se o achado tivesse ocorrido em território belga, então teria sido ele, Boise, o

primeiro a encontrar diamantes em Angola, num dos afluentes do Luachimo—facto que deu lugar ao nascimento da Companhia de Pesquisas Mineiras (Pema), de que derivou a de Diamantes, e contribuiu mesmo, embora indirectamente, para a formação de outras empresas que, com sorte diversa, muito trabalharam, também, para o progresso económico da Província.

Vivamente impressionado com as nossas realizações, que não se cansou de louvar, deixou o Engenheiro Boise a Lunda no dia 26, regressando a Tshikapa, com as pessoas que o acompanhavam.

Poucos dias depois, ao chegar a Londres, em carta que dali nos dirigiu, com cativantes expressões de apreço pela hospitalidade que lhe foi dispensada, dizia que, durante a sua estada no Dundo, essa bela e bem arrumada pequena cidade, como ele a classificou, se lembrava vivamente da observação que, em Maio de 1914, quando em Kimberley, lhe fora feita acerca da obra da «De Beers», nestes termos:

«You know, De Beers always does everything so well».

Pois bem, acrescenta, agora, o Engenheiro Boise:

«I must apply it to the work being carried out under your direction in Lunda».

Diversas outras individualidades, nacionais e estrangeiras, nos deram, igualmente, o prazer da sua visita às Explorações, no período a que nos reportamos—a todos tendo merecido a organização dos nossos Serviços as mais elogiosas referências, em especial a assistência sanitária que, pelos nossos hospitais, dispensários e ambulâncias itinerantes, se estende hoje, em alto grau de eficiência, a toda a Circunscrição do Chitato; e, de modo geral, a acção social e colonizadora que a Companhia, sob os aspectos de ordem material e espiritual, vem desenvolvendo na extensa área da sua influência na Lunda.

Cabe, ainda, citar neste lugar, embora se não trate, propriamente, de visitas, que estiveram nas nossas Explorações os Srs. Capitão Alberto Feliciano Marques Pereira, Professor da Escola Superior Colonial e do Instituto Nacional de Educação Física, e seu irmão, Capitão Celestino Feliciano Marques Pereira, Inspector Nacional de Educação Física e Director dos Serviços de Educação Física e Desportos da Mocidade Portuguesa.

Estes dois distintos técnicos, que em missão oficial de serviço se deslocaram em Agosto último a Angola para estudo dos problemas relativos à educação física no Ultramar, demoraram-se oito dias no Dundo em trabalhos da sua especialidade, mediante programa previamente estabelecido com a Sede; em Lisboa, de que adiante vos daremos pormenorizado conhecimento.

Ali lhes foi dado ver algumas das principais realizações da Companhia, entre elas os Centros Urbanos, Hospitais, Museu do Dundo, a Estação Emissora, Estação Meteorológica, Casa do Pessoal, Oficinas e Armazéns, a Piscina do Mussungue e Campos Desportivos, toda a nossa organização mineira, Estação Central de Escolha e Casa de Repouso no Cossa—tendo-lhes merecido calorosas manifestações de admiração e apreço todas essas realizações, em especial a projecção da actividade colonizadora da nossa Empresa, que os levou a classificá-la, pela vastidão da obra realizada, um dos elementos mais fecundos da acção social dos últimos trinta anos da vida ultramarina.

Estiveram, ainda, nas Explorações, no período a que nos reportamos, os Administradores da Companhia, Sr. Paul Gillet, Governador da «Société Générale de Belgique», e o Sr. Firmin Van Brée, Director honorário da mesma Sociedade, o primeiro em

meados de Julho último, juntamente com o Sr. Maurice Arend, Representante em Tshikapa da «Société Internationale Forestière et Minière du Congo» (Forminière), e o segundo nos fins de Dezembro e primeiros dias de Janeiro deste ano, acompanhado pelo Dr. Léopold Mottouille, antigo Director da «Union Minière du Haut Katanga».

O Sr. Paul Gillet, que pela primeira vez ia à Lunda, demorando-se no Dundo apenas um dia, ficou muito agradavelmente impressionado com a ordem e disciplina observadas em toda a nossa organização, lamentando não lhe ser possível mais longa permanência que lhe permitisse deslocar-se aos outros Centros Urbanos e Zona das Minas.

O Sr. Van Brée, que na ida para o Dundo fez a sua viagem por Vila Lusó e Vila Henrique de Carvalho, com descanso de um dia nas instalações da Companhia em cada uma daquelas localidades, visitou, a caminho do Dundo, e acompanhado pelo Director-Geral na Lunda e Director dos Serviços Técnicos de Exploração-Adjunto, a brecha kimberlítica recentemente descoberta próximo do rio Chicapa, entre Camissoambo e Capaia.

No Dundo, o Sr. Van Brée e Dr. Mottouille visitaram o Museu, Hospitais, Armazéns e Oficinas, a Piscina do Mussungue e Reserva da Cacanda, cujas instalações lhes deixaram a melhor impressão. Tendo-se deslocado, em 31 de Dezembro, ao Cossa, ali passaram, na Casa de Repouso, o fim do ano e dia de Ano Bom, regressando em 2 de Janeiro ao Dundo e, no dia seguinte, a Tshikapa.

Também, e pela quarta vez, esteve nas Explorações, desde 24 a 28 de Junho do ano findo, o Engenheiro Consulor da Companhia, Sr. A. Royden Harrison, Consulor-Chefe da «Anglo American Corporation of South Africa», acompanhado do Engenheiro Cornelius P. Andriens Louwrens, Director da «Consolidated Diamond Mines of South West Africa».

Durante os quatro dias que permaneceu nas Explorações, visitou o Engenheiro Harrison os nossos trabalhos mineiros, e conferenciou com a Direcção-Geral sobre os vários empreendimentos e aperfeiçoamentos de ordem técnica que ali temos em curso, em especial o aproveitamento hidroeléctrico do Luachimo, a mecanização das minas e a aplicação do método de «separação gravítica em meio denso» para a recuperação de diamantes («Sink and Float»), assunto de que ele já na sua anterior visita à Lunda, em 1951, se havia ocupado, e de que veio, posteriormente à sua estada no Dundo, a tratar nos Estados Unidos da América, nomeadamente no que respeita ao material, de elevado custo e em grande quantidade, que para aquele fim ali temos encomendado.

Representação em África e Direcção-Geral na Lunda

A Representação da Companhia em África, por ausência do titular das respectivas funções, Capitão Mário Augusto da Costa, que, como sabeis, em 21 de Fevereiro de 1951 partira para a Metrópole, ficou, interinamente, a cargo do Representante-Adjunto, Dr. Sílvio Guimarães, até 27 de Fevereiro do ano passado, data em que o Representante regressou a Lunda e assumiu de novo as suas funções, continuando a exercê-las no restante período da gerência a que nos estamos referindo e, subsequentemente, no ano que está decorrendo.

As funções de Director-Geral na Lunda continuaram confiadas ao Engenheiro Rolando Sucena Baptista de Sousa até 4 de Junho de 1952, véspera da sua partida do Dundo, de regresso à Metrópole, tendo nessa data feito entrega do cargo ao Sr. José Tavares Paulo, que o ficou desempenhando durante o resto do período a que nos repor-

tamos e no exercício do qual se mantém ainda.

Também, desempenhando as funções de Director dos Serviços Técnicos da Exploração, se manteve o Engenheiro Gijsbert Paz Andringa, mas apenas até 8 de Abril de 1952, data em que saiu do Dundo para a Metrópole e Missão de serviço de que o encomendamos nos Estados Unidos da América, tendo sido substituído durante a sua ausência, que se prolongou até 6 de Fevereiro passado, pelo Engenheiro Adrião de Moura Forjaz de Gusmão, que pouco antes voltara ao Dundo e, em 19 de Março, ascendera da categoria de Subdirector Técnico à de Director dos Serviços Técnicos da Exploração-Adjunto.

Exploração

O programa de trabalhos de exploração previamente elaborado para 1952, segundo o qual deveria manter-se em laboração durante o ano a totalidade das lavarias disponíveis, foi, pode dizer-se, integralmente cumprido, visto apenas uma lavaria ter deixado de funcionar durante o último mês, por esgotamento das reservas locais. Este facto, porém, não prejudicou a obtenção dos resultados previstos naquele programa, tendo estes sido, mesmo, largamente excedidos pelos que se obtiveram, os quais, ao contrário do que era de esperar das perspectivas que o normal prosseguimento das operações anteriormente nos oferecia, vieram, afinal, a elevar-se um pouco acima dos alcançados no ano precedente.

O volume de estéril removido nas minas em 1952 subiu a 5 581 755 m³, cifra que, excedendo cerca de 5,5 por cento, que lhe correspondeu em 1951 (5 290 818), é a mais alta das anualmente registadas desde o início dos nossos trabalhos na Lunda.

Nesta operação empregámos as sete máquinas escavadoras, do tipo «dragline», de que já dispúnhamos no fim do exercício precedente, e, ainda, embora apenas acidentalmente, algumas das de outros tipos que também possuímos («shovel» e «dozer-shovel»), às quais adiante nos referiremos, a propósito das operações de desmonte de cascalho em que elas foram normalmente utilizadas.

Em relação ao volume global do estéril desmontado durante o ano, a parte removida mecanicamente representa uma percentagem de 13,6 por cento, que se compara com a de 12,8 por cento relativa a 1951. E tendo, por outro lado, sido possível remover por processos hidráulicos, com a habitual eficiência, 49,5 por cento desse volume global (contra 50,2 por cento em 1951), veio a manter-se, praticamente, no mesmo alto nível já anteriormente atingido o rendimento geral da mão-de-obra empregada neste serviço, o qual, com efeito, se cifrou em 10,76 m³ por homem-dia, contra 10,86 m³ no ano precedente.

Quanto às dez novas «draglines» de grande potência, encomendadas na América, a que nos referimos no relatório anterior, três delas foram já enviadas para a Lunda, esperando-se que mais outras duas possam para ali ser expedidas ainda dentro do trimestre em curso, e as restantes depois, sucessivamente, à razão de uma em cada trimestre.

A cubagem de cascalho desmontada e tratada nas minas durante o ano elevou-se a 1 328 368 m³, não incluindo alguns milhares de toneladas de antigos rejeitados, de novo submetidos ao trabalho das máquinas. Essa cifra, que excede em cerca de 10,5 por cento a que lhe correspondeu no ano precedente (1 202 480), representa a maior das cubagens anualmente tratadas, até agora, nas explorações.

Como dissemos, as quarenta e cinco lavarias existentes mantiveram-se em laboração durante todo o ano, à excepção de uma, que deixou de funcionar em 3 de

Dezembro, por se haverem esgotado as reservas diamantíferas circunjacentes ao local onde estava instalada. Como, em 30 do mesmo mês, foi também suspensa a laboração de outra lavaria, as instalações mecânicas para tratamento de cascalho que tínhamos em serviço efectivo no fim de 1952 eram em número de quarenta e três e encontravam-se distribuídas por trinta e seis minas.

As duas referidas lavarias, logo que deixaram de funcionar, foram sucessivamente desmontadas e rapidamente reparadas e transferidas para novas áreas, onde já reentraram em laboração, respectivamente, em Março e Abril últimos; e assim, à data em que escrevemos, encontram-se de novo em actividade todas as quarenta e cinco lavarias de que dispomos, distribuídas pelas trinta e oito minas actualmente em exploração.

O volume médio de cascalho tratado, por mês e por trabalhador indígena ao serviço nas minas, elevou-se, em 1952, a 14,89 m³, contra 14,64 m³ no ano precedente.

No desmonte do cascalho — onde, como nos anos anteriores, utilizámos alguns milhares de pás manuais, barras de mina e ferramentas pneumáticas — empregámos, também, além da pequena pa mecânica, de tipo «shovel», e das duas «dozer-shovels» de que já anteriormente dispúnhamos, uma nova «shovel», de maior capacidade do que aquela, e mais duas «dozer-shovels», ultimamente adquiridas, iguais às que já possuíamos.

O número de máquinas escavadoras utilizadas na referida operação elevava-se, assim, no fim do exercício, a 6 (contra 3 no fim de 1951), número que virá a elevar-se a 13, quando conseguirmos fazer entrar em laboração todo o material adicional que já encomendámos com destino a este serviço, e que compreende 3 «shovels» e 4 «dozer-shovels».

Se a esse número adicionarmos as 7 escavadoras actualmente utilizadas na remoção do estéril, mais as 3 grandes «draglines» ultimamente expedidas para a Lunda e, ainda, as 7, iguais a essas, já encomendadas na América, que para ali serão expedidas, sucessivamente, até ao terceiro trimestre de 1954, verifica-se que, num futuro próximo, deverá vir a elevar-se a 30 o número de unidades mecânicas utilizadas, exclusivamente, nas operações de remoção de estéril e de desmonte de cascalho.

No transporte do cascalho e dos rejeitados, utilizávamos nas explorações, no fim do exercício, 115,2 km de via e 1 613 vagoneiras, números que se compararam, respectivamente, com 115,9 km e 1 545, em igual época de 1951. Em duas minas, também então empregávamos 6 camiões basculantes de 15 t, e, noutra, transportadores mecânicos.

Além dos seis referidos camiões, já dispúnhamos na Lunda, no fim de 1952, de mais quatro do mesmo tipo, que reservamos, intactos, para utilizar, juntamente com alguns daqueles, em serviço conjugado com a laboração da projectada instalação de «separação gravítica em meio denso».

Os 21 veículos munidos de lagartas, a que aludimos no relatório precedente, compreendendo 7 tractores de grande potência e 14 reboques, destinados ao transporte de cascalho em terrenos lamacentos, foram, já no corrente ano, expedidos para a Lunda, devendo ali chegar muito brevemente.

O tratamento do cascalho continuou a ser feito, exclusivamente, em instalações mecânicas providas de «pans» de 6, 8 e 10 pés de diâmetro, com subsequente reconcentração em gigas «Harz», excepto em uma mina onde, na respectiva lavaria, de «pans» de 10 pés, se utilizou normalmente, em vez de gigas, um grupo de duas pequenas «pans»

reconcentradoras, de 1,07 m de diâmetro, dispostas em série. Novos progressos foram, porém, realizados, quanto ao aperfeiçoamento das condições técnicas de trabalho do nosso material mecânico.

Assim, o sistema de extracção automática dos concentrados das «pans», já referido em relatórios precedentes, foi montado e posto a funcionar em mais onze instalações, o que fez elevar a trinta e uma o número daquelas em que tal sistema já funciona normalmente.

Além disso, numa das nossas lavarias onde se estava tratando cascalho de elevada argilidade — característica que, como é sabido, faz reduzir consideravelmente a eficiência do trabalho das máquinas, dando origem a importantes perdas de diamantes —, instalámos um novo dispositivo, constituído por um crivo vibrante e um lavador, de tipo especial.

Pela aplicação desse dispositivo, adoptado depois de laboriosos estudos e ensaios de que há muito se vinham ocupando os nossos Serviços Técnicos da Lunda, os elementos dos rejeitados argilosos são classificados em duas categorias de tamanho, submetendo-se a novo tratamento, no referido lavador, apenas os de maiores dimensões. Durante os poucos meses decorridos desde a sua entrada em serviço, verificou-se que o seu emprego fez aumentar sensivelmente a eficiência da referida lavaria, tendo as perdas de diamantes sido reduzidas a proporções mínimas, perfeitamente admissíveis.

As experiências efectuadas, na Estação Central de Escolha, de Vila Paiva de Andrada, com a assistência de três técnicos especializados que ali fizemos deslocar da África do Sul, sobre a aplicabilidade de correias engorduradas móveis no tratamento dos nossos concentrados diamantíferos, não conduziram a resultados satisfatórios. Foi, porém, resolvido introduzir na unidade experimentada certas modificações, que poderão eventualmente fazer melhorar a eficiência do seu funcionamento, estando actualmente em curso novos ensaios, que deverão esclarecer-nos, em definitivo, sobre as possibilidades de utilizarmos máquinas dessa espécie na referida Estação.

Quanto à instalação para «separação gravítica em meio denso», a que nos referimos no relatório precedente, já chegou ao Dundo uma primeira parte do respectivo material, adquirida na América do Norte, devendo ali ser recebida brevemente outra parte, já expedida da África do Sul. Mas a sua entrada em laboração só poderá vir a ter lugar no próximo ano, por estar dependente da entrega, infelizmente ainda demorada, de várias máquinas accesorias que terão de funcionar em conjugação com ela.

Tendo julgado muito conveniente que o Director dos nossos Serviços Técnicos da Exploração efectuasse uma visita aos Estados Unidos da América do Norte, para estudo dos mais modernos sistemas de exploração mineira ali adoptados e de tudo o que pudesse interessar ao desenvolvimento e maior eficiência das nossas operações na Lunda, proporcionámos-lhe, em Agosto e Setembro últimos, um estágio naquele país, de cerca de mês e meio, durante o qual o Engenheiro Paz Andringa colheu numerosas e interessantes informações, designadamente quanto ao material mecânico ali utilizado, que em parte estamos já aproveitando, para ensaio de novos aperfeiçoamentos, recentemente concebidos, em alguns dos nossos métodos de trabalho.

Quanto ao necessário reforço das disponibilidades de força motriz na área das nossas explorações, temos a comunicar-vos que, havendo sido concluído o projecto definitivo, a que nos referimos no relatório precedente, relativo aos trabalhos hidráu-

licos do aproveitamento hidroeléctrico do rio Luachimo e ao equipamento electromecânico da respectiva Central, já abrimos concursos, limitados a alguns empreiteiros e fabricantes de reconhecida categoria, para a adjudicação dos trabalhos de engenharia civil (construção do açude descarregador, tomada de água, canal de derivação, câmara de carga, condutas forçadas e edifício da Central) e para o fornecimento de comportas, adufas, ensecadeiras, grades, turbinas, alternadores e transformadores de potência, devendo as respectivas propostas ser-nos entregues até ao fim do mês corrente.

Por conveniência de ordem técnica, os concursos para o fornecimento do restante material necessário para completar o equipamento da Central, designadamente a ponte rolante e diverso material eléctrico, só serão abertos depois de adjudicado o fornecimento das máquinas a instalar.

Para o estudo das linhas de transporte da energia eléctrica, desde o local do aproveitamento até às regiões das minas, e das subestações a estabelecer no seu percurso, obtivemos a colaboração de um conceituado engenheiro especializado, de nacionalidade portuguesa, que deverá apresentar-nos o respectivo projecto dentro de três meses a contar da data do recebimento de certos elementos, actualmente em rápida preparação na Lunda, relativos aos perfis longitudinais das mesmas linhas. O concurso para adjudicação da montagem destas será aberto ainda no ano em curso, prevendo-se que, assim, todos os trabalhos relativos ao aproveitamento hidroeléctrico do rio Luachimo possam ser concluídos dentro de três anos e que a energia a fornecer pela respectiva Central principie a ser utilizada em 1956.

Prospecção

Na Lunda, a par das operações de exploração, continuaram as de prospecção e desenvolvimento, a cargo de nove missões, as quais prosseguiram nos seus trabalhos em diferentes sectores das duas margens dos rios Lumbé, Chicapa e Lóvuca e da margem oriental do Chumbe.

As pesquisas realizadas, além de haverem conduzido à descoberta a que mais adiante nos referiremos com o devido relevo, permitiram localizar várias pequenas áreas diamantíferas, onde ulteriormente deverão ser efectuados trabalhos suplementares para averiguação da sua eventual explorabilidade. E os resultados das operações de desenvolvimento, efectuadas sobre alguns depósitos cuja existência já anteriormente havia sido reconhecida, permitiram adicionar às reservas, no fim do exercício, três novas áreas, cuja capacidade global foi computada, aproximadamente, em 261 000 m³ de cascalho, contendo cerca de 281 000 quilates de diamantes.

Por outro lado, na região do Alto Zambeze prosseguiram, também, os trabalhos suplementares de prospecção, ali iniciados em Agosto de 1949.

Esses trabalhos estiveram, durante todo o ano, a cargo de duas missões, que operaram em diversos tributários e subtributários dos rios Luanguinga e Cuando.

Contrariamente ao que certos indícios observados no ano precedente haviam deixado prever, os resultados obtidos em 1952 foram francamente desanimadores, embora mais alguns pequenos diamantes tivessem sido colhidos, esporadicamente, em alguns pontos da área pesquisada.

Desde o início das operações até ao fim do exercício de que nos estamos ocupando, ou seja, durante quase três anos e meio de aturadas pesquisas, as duas referidas missões apenas colheram, ao todo, em locais muito dispersos, 82 pedras, com o peso global de cerca de 9 quilates, não tendo sido

encontrada, em parte alguma, qualquer zona de concentração de diamantes.

Se, como já agora é de esperar, as operações ainda em curso não vierem a conduzir a resultados mais satisfatórios, daremos, muito em breve, por definitivamente concluídos os trabalhos no Alto Zambeze, e, provavelmente, transferiremos as missões que ali têm operado para outra região, no Norte de Angola, ainda não suficientemente estudada, onde anteriormente foram reconhecidas certas condições geológicas que, só depois de novas e demoradas pesquisas, permitirão excluir a hipótese de nela existirem depósitos diamantíferos em condições de explorabilidade económica.

Quanto ao material utilizado nas operações de prospecção, nenhuma alteração importante lhe foi introduzida, por dele havermos continuado a obter rendimento satisfatório.

A escavadora, de tipo especial, destinada à prospecção de certos troços dos leitos dos maiores rios da Lunda, a que nos referimos no relatório precedente, foi ali recebida em Dezembro último, estando actualmente a ser utilizada, a título experimental, em trabalhos de desassoreamento do reservatório da barragem do ribeiro Nzári.

A sonda, de fabricação belga, que, conforme antecipadamente vos dissemos no último relatório, entrou em laboração em princípios de 1952, tem funcionado, desde Fevereiro desse ano, na região circunjacente à mina de Mussolégi, tendo com ela sido abertos, até ao fim do ano, 37 poços, que correspondem a um total de 1306,61 m de perfuração. As sondagens efectuadas forneceram indicações de alto valor, permitindo a melhor orientação a dar ao avanço dos trabalhos mineiros na referida região.

Finalmente, quanto às sondagens de grande diâmetro, a que temos aludido em relatórios anteriores, resolvemos, depois da visita, a que atrás nos referimos, do Director dos nossos Serviços Técnicos da Exploração aos Estados Unidos da América do Norte, adquirir ali uma sonda, de tipo especial, igual a outras que naquele país estão sendo utilizadas com resultados inteiramente satisfatórios, e que permitem a abertura de furos de 36 polegadas de diâmetro até à profundidade de 180 pés. A unidade desse material, que imediatamente encomendámos, já foi, recentemente, expedida para a Lunda.

Durante o exercício, prosseguiram, na Lunda, com grande actividade, os estudos geológicos referidos nos relatórios anteriores, os quais continuaram, como sempre, a ser atentamente acompanhados pelo Engenheiro Freire de Andrade e pelo geólogo Edmond Polinard.

Como dissemos no relatório precedente, as investigações levadas a efeito em 1951 haviam revelado que a zona de fracturas e afundimento orientada na direcção E. N. E.—O. S. O., onde afloram rochas da chamada Formação de Luana e que o Engenheiro Freire de Andrade havia reconhecido, em 1946, entre os rios Luembe e Luana, se prolongava para Oés-Sudoeste, até ao rio Chicapa; e que o alinhamento de depósitos diamantíferos de alto teor, existente ao longo da parte anteriormente reconhecida da mesma zona, se prolongava, também, até ao mesmo rio, o que fez sugerir a hipótese de que os diferentes depósitos descobertos nesse alinhamento viessem de várias origens situadas sobre uma mesma falha profunda, orientada na referida direcção, que tivesse dado origem à intrusão de uma rocha ígnea fortemente diamantífera.

Admitida essa hipótese, foram iniciadas, em princípio de 1952, na região em que a referida zona de fracturas é atravessada pelo rio Chicapa, intensas pesquisas no sen-

tido de reconhecer quaisquer vestígios de tal rocha ígnea, as quais, ao fim de algum tempo, vieram a ser coroadas de pleno êxito. Com efeito, foi ali descoberto, em meados do ano, um afloramento kimberlítico, o que, revestindo-se de excepcional importância sob mais de um ponto de vista, constituiu, sem dúvida, no relativo a investigações geológicas, o mais notável acontecimento ocorrido durante o exercício de que nos estamos ocupando.

Os numerosos poços de pesquisa, subseqüentemente abertos na referida região, revelaram que a intrusão kimberlítica do Chicapa se apresenta em dois maciços distintos, de aspectos texturais diferentes, os quais se estendem por ambas as margens desse rio e parecem, pelos resultados das investigações até agora efectuadas, ser independentes um do outro.

O primeiro desses maciços, aparentemente muito maior que o segundo, ocupa uma área total, já averiguada, de cerca de 36 ha e é dividido pelo rio Chicapa — que o atravessa numa extensão de 400 m — em duas partes de muito desiguais dimensões, das quais é muito mais extensa a da margem direita, que abrange parte do ribeiro Camafuca e todo o ribeiro Camazambo, tributários daquele rio. E o segundo maciço, de extensão ainda desconhecida, por só há pouco haver sido reconhecida a sua existência, está situado cerca de 800 m ao Sul do primeiro e abrange parte dos ribeiros Chiungo e Caidjamba, também tributários, respectivamente das margens esquerda e direita, do rio Chicapa.

A rocha eruptiva, que pelas suas características poderá designar-se por kimberlite basáltica, apresenta-se de diferentes tipos — kimberlite, kimberlite brechóide e brecha kimberlítica —, oferecendo o aspecto de «blue ground» alterado na zona de planície aluvial e o de «yellow ground» nas zonas de colina, onde a alteração vai até 7 ou 8 m de profundidade. Os teores obtidos do tratamento do material até agora colhido variam, consideravelmente, de local para local, tendo sido calculado, para o maior maciço, acima referido, de 36 ha de superfície, um valor médio de 0,14 quilates/m³; mas não há dúvida de que existem nele várias zonas de concentração, ainda não delimitadas, cujas condições são manifestamente favoráveis a uma exploração económica.

Para reconhecimento, com o necessário rigor, das possibilidades que a este respeito nos oferece a área dos afloramentos descobertos, já encomendámos uma sonda com características adequadas, de fabricação belga, que contamos possa ser expedida para a Lunda dentro de poucos dias.

Na referida região — onde, pela primeira vez desde o início das nossas investigações geológicas na Lunda, se encontraram formações que podem ser atribuídas ao Andar de Cassange — foram reconhecidos sete jazigos fossilíferos. Neles colhemos numerosas amostras, já enviadas para a Europa, cujo estudo, a iniciar muito em breve, virá, possivelmente, a proporcionar-nos importantes esclarecimentos sobre a idade dos acontecimentos tectónicos que originaram a intrusão kimberlítica.

Se é certo que a descoberta que acabamos de referir, e que pela primeira vez nos revelou um dos jazigos primários dos diamantes da Lunda, é, por si só, muito interessante sob o ponto de vista económico — visto que o novo campo diamantífero averiguadamente existente na região do afloramento kimberlítico reconhecido, embora de capacidade ainda indeterminada, virá, em todo o caso, seguramente, a proporcionar-nos um reforço de reservas diamantíferas de, pelo menos, algumas centenas de milhares de quilates —, não é menos certo que ela oferece ainda maior interesse por nos haver mostrado que, nos longos e

laboriosos trabalhos que a precederam, se havia seguido o bom caminho, tendo demonstrado que as hipóteses em que as investigações se apoiaram correspondiam, de facto, a realidades geológicas. E estas realidades, conjugadas com outros elementos de informação anteriormente obtidos, permitirão estabelecer agora, com mais segurança do que nunca, um método científico a seguir na pesquisa de outros jazigos da mesma espécie, não restando já quaisquer dúvidas sobre a estrita correlação existente entre as intrusões kimberlíticas e o importante sistema de fracturas que designamos por «Graben Lucapa» e sobre o facto de as zonas de fractura serem testemunhadas pela presença das Formações de Luana e de Lutõe.

Dentre vários outros trabalhos de investigação geológica que, além dos já referidos, foram efectuados, em 1952, em seguimento dos mencionados no relatório precedente, e que incidiram, principalmente, sobre o Andar da Lunda e o de Lutõe e sobre o Complexo-Base, os primeiros conduziram a resultados de especial valor, pois revelaram a existência, confirmada por sondagens posteriormente realizadas, na região de Mussolégi, de uma importante depressão, orientada para Nordeste, onde é muito provável virem a encontrar-se importantes depósitos de cascalho diamantífero.

Já em aproveitamento dos ensinamentos colhidos no decorrer dos trabalhos realizados sobre o afloramento kimberlítico do Chicapa, foi um dos nossos geólogos, ultimamente, encarregado de estudar um troço do rio Luachimo abrangendo o ribeiro Chambugue, onde anteriormente foi descoberto um pequeno depósito diamantífero de alto teor, isolado no meio de áreas praticamente estéreis e próximo de uma zona de falhas já reconhecida pela presença de afloramentos da Formação de Luana, circunstâncias que, já agora, não podem deixar de ser consideradas como indicativas de que, muito provavelmente, virá a encontrar-se, nessa região, um novo jazigo primário.

Por outro lado, tendo-se verificado, na zona kimberlítica do Chicapa, que os cristais de dióxido cromífero desaparecem a poucas dezenas de metros dos limites das áreas onde se observa a kimberlite, é razoável admitir que os cristais desse mesmo mineral colhidos em 1950, como oportunamente vos comunicámos, nos rejeitados da antiga Estação Central de Escolha do Chingufo — situada na margem direita do rio Chicapa, cerca de 80 km ao Norte da referida zona — indicam a presença de um jazigo primário nas suas proximidades, visto na referida Estação apenas haverem sido tratados concentrados provenientes de cascalhos colhidos em minas exploradas na região a ela circunjacente. As pesquisas no sentido de encontrar tal jazigo primário estão, por isso, incluídas no programa de trabalhos a executar num futuro próximo.

Dada a nova situação criada, no campo dos nossos conhecimentos sobre a geologia da Lunda, pela descoberta a que atrás nos referimos, julgámos de grande conveniência que, independentemente do prosseguimento das investigações em curso, efectuadas pelos técnicos pertencentes aos quadros do nosso pessoal privativo, que delas se têm ocupado do maneira altamente satisfatória, fosse realizado, por um geólogo de renome, um novo estudo de conjunto da área das nossas explorações, à luz de todos os elementos de informação geológica até agora obtidos e de outros que, suplementarmente, ele próprio julgasse conveniente mandar colher.

Nessa ordem de ideias, encarregámos, recentemente, do referido estudo o Professor Dr. E. Willard Berry, Presidente do Departamento de Geologia da «Duke University», de Durham (E. U. A.), o qual, havendo partido de Nova Iorque em 24 de Maio último, chegou ao Dundo em 2 do

corrente, tendo iniciado imediatamente os seus trabalhos, que deverão prolongar-se até princípios do próximo mês de Setembro.

Produção

Ao aumento, a que atrás nos referimos, observado em 1952 na cubagem de cascalho tratada, correspondeu um acréscimo na produção obtida, embora menos sensível do que aquele, devido a ter-se verificado uma baixa no teor médio do cascalho, já prevista, de resto, no relatório precedente.

Com efeito, a produção das minas elevou-se, no exercício de que nos estamos ocupando, a 742 510,93 quilates (contra 733 461,90 em 1951), montante que, adicionado a 791,25 quilates de diamantes colhidos no decorrer das operações de prospecção e desenvolvimento efectuadas durante o ano, fez um global geral de 743 302,18 quilates.

Essa cifra, que se compara com a de 734 323,89 obtida em 1951, apresenta, em relação a esta, um aumento de cerca de 8 978 quilates, ou seja, aproximadamente, de 1,2 por cento.

No programa de trabalhos de exploração previamente estabelecido para 1953 está previsto o tratamento de, aproximadamente, 1 263 000 m³ de cascalho, contendo cerca de 706 000 quilates de diamantes. É, porém, provável que estas cifras venham a ser sensivelmente excedidas, por no seu cálculo não terem sido considerados alguns períodos durante os quais, em uma ou outra lavaria, virá certamente a ser possível, quando o cascalho a tratar se apresentar com determinadas características excepcionalmente favoráveis ao trabalho das máquinas, proceder à sobrealimentação destas, sem prejuízo da sua eficiência.

Por estarmos escrevendo em Junho de 1953, não queremos deixar de vos comunicar, desde já, que, em execução do programa a que acima nos referimos, obtivemos das nossas explorações, durante os cinco primeiros meses deste ano, pelo tratamento de 581 395 m³ de cascalho, uma produção de 296 658 quilates de diamantes, cifras que excedem as previstas naquele programa, respectivamente de 36 227 e 7 764, e se comparam com as de 565 616 m³ e 308 680 quilates, correspondentes a igual período do ano precedente.

Pessoal branco e indígena

Em consequência do restabelecimento da actividade mineira das nossas Explorações e respectiva produção ao nível de anos anteriores a 1950, e também do alargamento de alguns quadros, exigido pela cada vez maior amplitude e contínuo aperfeiçoamento dos trabalhos, o número de empregados brancos contratados, em serviço na Luanda, foi, neste exercício, sensivelmente superior ao de 1951. Confirmou-se, assim, a previsão feita no nosso último relatório.

Foram admitidos na Metrópole, em regime de contrato, 37 novos empregados, dos quais 20 destinados a preencher vagas transitadas de 1951 e algumas que ocorreram durante o exercício.

Dentre os empregados contratados para ocuparem lugares aumentados ao efectivo em 1952, destacamos desde já um médico-cirurgião e outro de clínica geral e um médico veterinário.

O número médio de empregados brancos foi de 303, dos quais 274 contratados e 29 assalariados; em 1951, a média fora de 280, compreendendo 246 em regime de contrato e 34 da segunda categoria.

Houve, por um lado, o aumento de 28 unidades no número médio de empregados contratados, e, por outro, a diminuição de 5 no de assalariados.

As vantagens concedidas ao pessoal branco, quer das Explorações quer da Representa-

ção, em Luanda, foram sensivelmente aumentadas já no decorrer do exercício em que estamos escrevendo.

Para o primeiro, além de um substancial aumento de vencimentos e da favorável modificação do regime estabelecido para efeitos de alimentação e pagamento a oriados, instituímos a pensão vitalícia, a que o empregado terá normalmente direito quando atingir 20 anos de serviço efectivo em África, e a título excepcional quando haja completado pelo menos 16.

Ao segundo concedemos subsídios de família, de renda de casa, de casamento e de nascimento de filhos e assistência médica a estes, e foi beneficiado ainda com o prémio de 12.000\$ a atribuir às esposas que venham a completar dez anos de permanência em África, junto dos maridos. Continuam em vigor todas as outras vantagens e facilidades anteriormente concedidas.

O número de pessoas de família que acompanhavam os empregados da Luanda era, em 31 de Dezembro de 1952, de 192 esposas, 204 filhos e 14 outros parentes. Junto do pessoal contratado da Representação em Luanda e Vila Henrique de Carvalho encontravam-se, naquela mesma data, 26.

Nasceram na Luanda 29 crianças brancas, das quais 15 do sexo masculino e 14 do feminino, e efectuaram-se três casamentos; como temos dito, os subsídios estabelecidos para estes casos são, respectivamente, de 3.000\$ e 6.000\$.

Até à data foi atribuído o donativo de permanência a 38 sanhoras; em 1952 foram com ele contempladas 7, número igual ao das que o haviam sido no ano antecedente.

Continuou a aumentar, neste exercício, a percentagem de empregados portugueses em relação à totalidade do pessoal branco ao serviço da Companhia em Angola, pois foi atingida a de 97 por cento, contra a de 96 por cento em 1951.

A antiga classe de «indígenas especializados», a que nos temos referido em conjunto com a dos assimilados nos relatórios anteriores, deixou de existir, em face da nova classificação posta em vigor, a título de ensaio, e pela qual foi criada a categoria de «indígenas diferenciados», em substituição daquela; mas com certas restrições, a efectivar de futuro, que dizem especialmente respeito ao grau de civilização e evolução social do indígena e correspondentes habilitações literárias, nestas incluído o conhecimento falado e escrito da língua portuguesa.

De momento, porém, passaram automaticamente a «diferenciados» todos os «especializados» existentes à data da Ordem de Serviço que, em Outubro último, criou a nova designação.

E assim, obedecendo à actual nomenclatura, diremos que o número médio dos «assimilados» e «indígenas diferenciados» que tivemos ao nosso serviço e que, como vos dissemos no relatório antecedente, subira ligeiramente de 169, em 1950, para 173, no ano seguinte, experimentou agora nova subida, esta mais pronunciada, no período de que nos estamos ocupando, em que foi atingido o montante de 200, na maior parte motoristas e gente que empregamos em misteres diversos nos armazéns, oficinas, escritórios, hospitais e dispensários, como sejam escreventes, caixeiros, artifices de diferentes especialidades — mecânicos, electricistas, ferreiros, torneiros e carpinteiros —, auxiliares e praticantes de enfermeiro, etc.

Em 31 de Dezembro último eram em número de 213 os serventuários das duas referidas categorias ao serviço nas Explorações, contra 195 em igual data do ano precedente, dos quais 61 «assimilados» e 157 «indígenas diferenciados».

O substancial acréscimo agora verificado no número médio destas duas classes de

trabalhadores fez naturalmente avolumar as dificuldades do seu angariação — dificuldades, aliás, já reconhecidas, como sabeis pelo exposto nos relatórios anteriores, e que, não obstante os elevados salários e vantagens que lhes concedemos, jamais deixamos de sentir, em maior ou menor grau, dada a falta de pessoal idóneo desta categoria que, de modo geral, se nota na Província.

Para o agravamento da situação, no período a que nos reportamos, muito contribuiu a publicação da Portaria n.º 7 869, de 25 de Junho de 1952, do Governo-Geral de Angola, pela qual as entidades patronais foram obrigadas a contratar, sob a designação de «capatazes», pessoal não indígena, um por cada fracção de 50 a 120 trabalhadores, consoante a natureza do trabalho e locais onde ele se exerce.

Sem pretendermos pronunciar-nos sobre a finalidade que, fundamentalmente, e entre outras, parece ter-se querido atingir com a citada portaria, qual foi a de, pela obrigatoriedade por ela imposta, se procurar, como no seu preâmbulo se diz, «aproveitar nas diversas actividades da Província, como valiosos elementos de colonização e como produtores de riqueza, os excedentes da população residente na Metrópole» — a verdade é que, adentro da organização, que em consciência julgamos perfeita, do trabalho nas nossas Explorações, a criação da nova classe de «capatazes», por desnecessária, se traduz em verdadeiro peso morto, de custo tanto mais elevado quanto maior o número de empregados europeus que tivéssemos de contratar para o desempenho de tal função.

Aos encargos que, por esse motivo, teríamos de suportar a mais dos que já hoje, pesadamente, recaem sobre a exploração, e que, só por isso, seriam, economicamente, de desaconselhar, acrescem as dificuldades de recrutamento de pessoal branco idóneo, não diremos para a delicada missão de bem conduzir os trabalhadores, dentro da disciplina dos serviços da Companhia, porque essa a temos assegurada, mas, pelo menos, para não perturbar a boa ordem e a marcha normal do trabalho da grande massa de muitos milhares de homens que constituem a mão-de-obra indígena das Explorações — o que, para a nossa organização, assumiria carácter de gravidade.

Isso nos levou a procurar angariar, de preferência, «assimilados», com que fazer face ao aumento de pessoal não indígena exigido por aquele diploma — e alguns, para esse fim, foi possível recrutar, dando lugar, como vimos, ao acréscimo do número de serviços desta categoria verificado no período a que nos reportamos.

Contudo, apesar das diligências efectuadas para a admissão de trabalhadores desta espécie, em montante compatível com as imposições da referida portaria, não conseguimos recrutá-los em número suficiente, dada a escassez já apontada de «assimilados» e «diferenciados», com adequada preparação nos diversos misteres, sobretudo no que respeita aos «artífices», também impositos pela referida portaria, que não foi possível ainda angariar em volume correspondendo ao que resulta das proporções por ela fixadas.

Nada poderia, de momento, ser-nos mais grato, em relação aos trabalhadores de Cabo Verde, do que a notícia que hoje vos damos e que, com alívio, deixamos aqui registada, de esses homens, embora já em período posterior à gerência que nos ocupa, terem, felizmente, terminado o tempo dos respectivos contratos e, por isso, regressado, na sua quase totalidade, às terras de origem.

E dizemos na quase totalidade, porque alguns deles, em número de 26, apenas, se mostraram, pelo seu porte e aptidões, merecedores de continuar ao nosso serviço — neste se mantendo, voluntariamente, após

o repatriamento dos restantes, que teve lugar pelo vapor «António Carlos», saído de Luanda para Cabo Verde em 4 de Abril último.

Como epílogo de tão infeliz como custosa experiência, chegou-se, enfim, a este reduzido número de serviços cabo-verdianos ao serviço da Companhia. Dir-se-ia que, deste modo, quis o Destino, ao fim dos quatro anos de prejuízos e perturbações que esta experiência nos causou, que as coisas acabassem por onde teriam começado se não fossem as prementes instâncias do Ministro das Colónias de então no sentido de recrutarmos naquele Arquipélago umas centenas de trabalhadores, com o fim, ao que parece, de resolver por tal processo a crise de alimentação em que, ao tempo, ele se debatia.

E que, por nós, nunca nos teríamos abalanzado a trazer dali maior número de trabalhadores do que aquele com que, ao fim e ao cabo, depois de todos os prejuízos de ordem material e moral experimentados, viemos a ficar.

Foi, com efeito, nestes termos, e com esse âmbito, como vos expusemos no relatório da gerência de 1947, e tão-somente para suprir as dificuldades que já então víhamos sentindo com o angariamento de pessoal idóneo assimilado, que tivemos em mente, nessa altura, recrutar em Cabo Verde, para serviços da natureza indicada, duas a três dezenas de nativos assimilados a instalar na Lunda, por contratos de quatro anos, ou sejam tantos quantos agora nos ficaram da experiência realizada com os 213 homens do Arquipélago que, em 1949, contra o nosso desejo, e só por espírito de obediência ao apelo que insistentemente nos foi dirigido, embarcaram na Praia com destino às nossas Explorações.

Não vamos aqui repetir-vos as desenvoltas e oportunas considerações que a este respeito constam dos relatórios anteriores, pelas quais ela estaria, naturalmente, condenada a completo fracasso — a inadaptabilidade desta gente ao clima e ao meio, o seu marcado espírito de indisciplina e de aversão ao trabalho, a falta de robustez física e de qualidades para os serviços em que iriam ser utilizados, etc.

Basta que vos digamos que, sob o ponto de vista material, a experiência custou à Companhia quantia superior a 2 300 contos, praticamente dados ao desbarato durante os quatro anos de permanência destes homens na Lunda, incluídas as despesas de angariamento e de transporte, salários, vestuário, rações e repatriamento.

Se tiverdes em conta que naquele mesmo período foi de 21 o número de cabo-verdianos falecidos — cerca de 10 por cento da totalidade recrutada — e de 29 o daqueles que, por má conduta, fomos forçados a entregar às autoridades para rescisão dos respectivos contratos, podereis ajuizar das precárias condições de adaptabilidade, tanto sob o aspecto sanitário como das qualidades morais e de disciplina desta gente, e, com esse juízo, fazer o triste balanço da experiência efectuada.

Como habitualmente, recrutámos a maior parte da nossa mão-de-obra indígena no distrito da Lunda, considerado, como sabeis, pela Portaria do Governo-Geral de Angola n.º 5 889, de 9 de Abril de 1947, como reserva dos trabalhadores das empresas que dentro dele exercem a sua actividade, e a restante na Circunscrição do Songo, do Distrito de Malange.

Esta última constitui, de há muito, importante e imprescindível parcela do recrutamento desse pessoal, não, apenas, em quantidade, pois era-nos, anteriormente, permitido angariar ali, com regularidade, 1 500 homens por ano, isto é, cerca de um terço do angariamento normal de 4 500, quando dos contratos de 18 meses, ou

um quarto do recrutamento que, no montante de 6 000 homens, somos presentemente forçados a fazer por motivo da redução para um ano imposta pelo novo regime, mas, também, em qualidade, sabido que os naturais do Songo apresentam excepcionais dotes de robustez em relação às fracas características físicas da população da Lunda.

Não obstante essa circunstância, o angariamento dos trabalhadores do Songo foi-nos reduzido, por determinação do Governo-Geral, para o máximo de 1 000 unidades, o que sobremaneira veio agravar as já de si difíceis condições de recrutamento da nossa mão-de-obra indígena.

Nos seus diversos serviços, empregou a Companhia, durante o ano de 1952, excepção feita dos «assimilados» e «indígenas diferenciados», a que, em separado, nos referimos já, o número médio total de 16 222 homens, contra o de 14 842 no ano anterior, o que se traduz por um acréscimo de 1 380 trabalhadores no número médio deles durante o período relativo à gerência de que estamos tratando.

O substancial aumento verificado, apesar de todos os esforços despendidos para limitar ao mínimo os nossos efectivos, não, apenas, como providência de ordem económica para fazer baixar o custo de produção por quilate, mas, ainda, por motivo das dificuldades sempre crescentes do angariamento da mão-de-obra indispensável ao exercício da nossa actividade, resultou, principalmente, de, para elevarmos a produção ao nível que conseguimos atingir, nos ter sido necessário aumentar, de quantidades consideráveis, a cubagem do cascalho tratado e a do estéril removido, cujas cifras, como já anteriormente vos dissemos, subiram de, respectivamente, 10,5 e 6,5 por cento em relação às que lhes correspondem no ano precedente.

Para o referido acréscimo do número médio de unidades da mão-de-obra indígena no período de que nos estamos ocupando de algum modo contribuiu, também, a expansão sucessivamente crescente que, de maneira geral, tem vindo a operar-se em todos os nossos serviços, com predomínio, neste exercício, dos relativos a trabalhos de construção efectuados nos Centros Urbanos, que absorveram parte importante da mão-de-obra recrutada.

Mas o que, acima de tudo, deu lugar ao incremento verificado no efectivo dos nossos trabalhadores foi a *mise en marche* do novo sistema dos contratos de 12 meses imposto pela determinação do Governo-Geral, a que largamente nos referimos no relatório precedente e que, gradualmente, por serem grandes as perturbações resultantes da sua aplicação, veio a efectivar-se no decurso deste exercício.

Não vamos agora aqui referir de novo a argumentação que desenvolvidamente aduzimos nesse relatório a respeito daquela disposição e do processo pelo qual nos foi aplicada, pois não fomos, como seria natural, sequer ouvidos ou consultados e, uma vez a disposição posta em vigor, baldadas foram as razões demonstrativas dos prejuízos resultantes da sua aplicação, agravando o custo da exploração em mais de 1 000 contos por ano e, pior do que isso, perturbando profundamente o recrutamento da mão-de-obra indígena, sem vantagem alguma para os nossos trabalhadores.

A verdade é que o novo regime criou à Companhia dois graves problemas: o do angariamento de muito mais elevado número de indígenas e o dos transportes necessários à sua ida e regresso.

E preciso não esquecer que a redução por ela imposta de 18 para 12 meses obriga, em cada ano, ao repatriamento de todos os contingentes chegados no ano anterior, ou seja do efectivo total dos trabalhadores — e

que, às dificuldades inerentes ao funcionamento normal do sistema, acresceram, no exercício a que nos reportamos e na segunda metade do antecedente, as da transição do anterior para o actual regime, por motivo da movimentação de muito maior número de homens a que tivemos de fazer face.

Assim foi que, postas em vigor as novas disposições em meado de 1951, tivemos de dispor as coisas, já no segundo semestre desse ano e durante todo o exercício de 1952, de modo que a perturbação causada, tanto no recrutamento como no repatriamento, mas sobretudo nesta última operação, fosse reduzida ao mínimo, evitando, quanto possível, uma excessiva aglomeração dos trabalhadores ao terminarem os seus contratos nos últimos meses do ano e respectivas famílias.

Houve que recorrer, em determinados casos, a prolongamentos de alguns contratos e, mesmo assim, só ao fim do exercício a que nos reportamos, isto é, decorrido cerca de ano e meio, foi possível restabelecer o equilíbrio e, de algum modo, normalizar a situação, quanto ao *modus operandi*, que não quanto às prejudiciais consequências da transformação, que essas só lentamente e com o decorrer do tempo se irão evidenciando.

Alguns dos mais importantes problemas relativos à mão-de-obra indígena, em especial os que respeitam ao melhoramento da saúde e da capacidade de trabalho do indígena, encontrariam muito mais fácil e lógica solução em períodos longos de trabalho do que na redução do período dos contratos.

Estabilizar é, desde há muito, princípio aceite e defendido por quantos se ocupam destas questões. Em lugar, porém, de uma política de estabilização, traduzida, dentro do possível, pela fixação dos trabalhadores na área das Explorações ou, pelo menos, pelo alongamento, tanto quanto as circunstâncias o permitam, da duração dos contratos, com vantagem para as empresas que os utilizam e benefício, sob múltiplos aspectos, do próprio indígena, entendeu-se que o regime dos 18 meses, que há cerca de quinze anos vigorava na Lunda, deveria ser substituído pelo de um ano.

Para tanto, não se teve em conta que o nativo, como qualquer outro indivíduo, deslocado para meio diferente do seu, submetido a condições climáticas diferentes e a regime de trabalho a que não estava acostumado, necessita de período mais ou menos longo de adaptação física, geralmente de bem vincada duração. É um período de oscilação de energias e capacidades físicas, em busca de novo equilíbrio ditado por novas condições de vida; só depois de adaptado e de alcançada aquela situação estará o indígena apto a produzir todo o rendimento de que é capaz e se torna justo exigir-lhe. Só então ele poderá usar das suas forças sem desgaste, antes com vantagem, fortalecendo-as.

Tão-pouco ocorreu que o vaivém amiudado das populações — trabalhadores e suas mulheres e filhos — em longos percursos de centenas de quilómetros, a que o contrato de curto período dá lugar, perturba de tal modo o organismo, provocando-lhe fadigas anormais e um estado de receptibilidade a doenças e a contágios que, só por si, pela desorganização da vida social das comunidades indígenas e perigos a que conduz, seria de desaconselhar como princípio ou doutrina de política indígena.

Damos a maior importância ao exame periódico do peso dos trabalhadores das minas, único teste de que satisfatoriamente se pode dispor para apreciar da sua resistência ao trabalho que deles exigimos. Ora é fácil distinguir, perante um grupo de trabalhadores, os recém-chegados daqueles que contam muitos meses de serviço. E a anotação dos pesos dos que tiverem con-

cluído os contratos de 12 meses mostrará, de futuro, a quebra que inevitavelmente há-de vir a dar-se em relação aos resultados obtidos na vigência do regime dos de 18 meses.

Também se não pensou em que, só depois de oito a dez meses de trabalho, o indígena terá adquirido a destreza correspondente ao útil manejo da pá — ferramenta para ele desconhecida enquanto na aldeia — e que por isso, em contrato de curta duração, mal haverá tempo de obter do trabalhador rendimento compensador dos encargos resultantes do angariamento e período de aprendizagem.

Uma vez findo o contrato e volvido à aldeia, não tardará o indígena a esquecer o que aprendeu durante o trabalho nas minas, para, ao ser de novo contratado, e esse é um dos males do sistema, dada a escassez de mão-de-obra válida na Lunda — de os trabalhadores não disporem de suficiente tempo de descanso nas aldeias e virem a ser angariados, por vezes, poucos meses depois do repatriamento —, ao ser de novo contratado, repetimos, ter o indígena de reaprender o manejo das terras e outros serviços em que antes fora iniciado — isto é, nova aprendizagem, novo factor das precárias condições de rendimento do seu trabalho.

Finalmente, e em detrimento do contrato de curta duração, pelo directo prejuízo que acarreta ao indígena, acresce o facto de a exiguidade do tempo em que ele se conserva ao serviço lhe não permitir, normalmente, revelar-se de modo a poder alcançar os graus de capataz ou de operário — único meio que se lhe depara de ascender a um mais alto nível social.

Para que possais, ainda que ao de leve, avaliar a projecção de alguns dos inconvenientes apontados e da perturbação que o novo regime dos contratos trouxe aos nossos serviços, nos dois anos transactos, até que o sistema de algum modo se estabilizou, dir-vos-emos que, em 1951, para manter nas Explorações um efectivo médio de 5 500 trabalhadores foi preciso recrutar, durante o ano, 3 300 homens, dos quais cerca de 50 por cento tinha já anteriormente estado ao nosso serviço em regime de contrato, e repatriar igual número deles.

Para todas estas mutações, tivemos de fazer face, durante aquele ano, ao transporte de cerca de 12 000 indígenas — homens, mulheres e crianças —, a maior parte a distâncias que atingiram 400, 500 e 600 km.

Dir-se-á que, para um efectivo médio dos chamados trabalhadores voluntários — indígenas da área da Circunscrição do Chitão — de 8 500, se verificaram, durante o ano, 10 000 entradas e 9 000 saídas. É preciso, porém, não esquecer que a maior parte destes homens habita nas proximidades das Explorações; que todos eles, de longa data, estão familiarizados com os trabalhos das minas e serviços conexos que ali mantêm; e que eles vivem com as suas famílias, ao passo que, dos contratados, só uma diminuta parcela, cerca de 31 por cento, se faz acompanhar pelas mulheres.

No exercício a que nos reportamos, ou seja, no ano de 1952, para o efectivo médio de 6 200 trabalhadores, tivemos de recrutar cerca de 6 600 e de repatriar 5 100.

Se lhes juntarmos as pessoas de família — mulheres e crianças — que os acompanharam, e tivermos em conta, além dos transportes externos relativos ao recrutamento e repatriamento deles, os efectuados internamente, do Dundo para a Zona das minas, findo o período de preparação, e vice-versa, quando terminados os contratos, verifica-se que ascende a cerca de 30 000 pessoas a que tivemos de transportar para, dentro do regime de contrato de um ano, manter ao serviço o acima indicado efectivo.

Independentemente da alteração do período de contrato dos trabalhadores, como causa principal, já referida, das dificuldades experimentadas no angariamento da mão-de-obra indispensável às explorações, não deixaram de persistir neste exercício as resultantes da escassez de trabalhadores do distrito com a robustez exigida por alguns dos nossos serviços, que há anos vimos persistentemente sentindo e de que vos temos dado desenvolvida conta em relatórios anteriores.

É a grave e bem conhecida situação demográfica do Distrito da Lunda, com os seus reflexos no depauperamento físico e condições sociais da população, para que insistentemente temos vindo chamando a atenção do Governo-Geral, e que, mais do que um problema de interesse económico para a Companhia, se apresenta como verdadeiro problema nacional a que urge atender.

Sem dúvida que a solução a dar-lhe transcendendo o âmbito da nossa acção, e que é ao Estado e não a nós que compete resolvê-lo. Mas nem por isso, como sabeis, nos temos limitado ao grito de alarme todos os anos lançado nas páginas deste relatório, depois do estudo aprofundado que dele fizemos, das soluções que apontámos e das providências que temos solicitado.

Assim é que a Companhia, dando mais uma prova do seu espírito de colaboração, há muito chamou inteiramente a si a organização e o encargo da assistência médica e social em toda a Circunscrição do Chitão e a acção de fomento que intensamente vem desenvolvendo em toda a região — e, para além do Chitão, em complemento da obra colonizadora a que ali se está consagrando, tem a Companhia, por provisões sucessivas, a primeira de 20 000 contos, em 1947, da qual metade, ou sejam 10 000, foi por ela posta à disposição do Governo-Geral para a ocupação sanitária do Distrito, e a segunda, de 15 000 contos, na gerência de 1951, contribuído substancialmente para a melhoria das condições dos povos da Lunda pelos meios que estão ao seu alcance.

Tudo isto, que é muito, como esforço desenvolvido pela Companhia e encargos por ela assumidos, está longe de representar a solução do problema, que, repetimos, ao Estado compete e só ele pode resolver, como longe está de poder concluir-se que, em resultado desse esforço, venham a desaparecer todas as dificuldades do recrutamento de mão-de-obra com que lutamos.

Manda a verdade referir neste lugar, como reconhecimento do espírito compreensivo de S. Ex.^a o Governador de Malange, a facilidade que por ele agora nos foi dada, de prorrogarmos por mais 60 dias o chamado «período de preparação» dos trabalhadores contratados, à sua chegada ao Dundo, de modo a, por meio dela, vermos, eventualmente, reduzido o número de rejeitados nas inspecções médicas a que os sujeitamos, por falta de robustez, sabido que esta deriva muitas vezes das precárias condições de vida dos indígenas nas suas aldeias, nomeadamente da subalimentação e da falta de higiene, traduzida por doenças várias, como o parasitismo intestinal, a malária, a sífilis e outras.

Está esta providência dando bons resultados, com a recuperação de apreciável número de indígenas que, findo o «período normal de preparação», de 20 dias, seriam rejeitados por deficiência física e que, durante a prorrogação, por cuidado e apropriado regime médico e alimentar, foi possível reter em serviço.

Continuaram as inspecções à mão-de-obra indígena nas minas iniciadas, como sabeis, há sete anos, a mostrar-se instrumento utilíssimo de fiscalização, com os mais lison-

jeiros resultados no aperfeiçoamento dos vários serviços que lhes estão ligados.

Foram em número de 83 as inspecções realizadas durante o exercício, dando lugar a que cada uma das 38 minas que estiveram em laboração fosse visitada duas vezes durante o ano e a que algumas delas, ainda que em pequeno número, apenas 7, o tivessem sido por três vezes.

Por elas se verificou que a organização e funcionamento dos serviços respectivos continuaram revelando o desejado nível de perfeição, sendo insignificante o número e natureza das deficiências que, esporadicamente, em um ou outro ponto, surgiram, sem prejuízo da harmonia e alto nível de eficiência do conjunto.

São em especial dignos de encómios, e de serem postos aqui em relevo, a criteriosa orientação a que sistematicamente obedece a distribuição dos contratados pelos diversos trabalhos das minas e tarefas que lhes são fixadas; o acerto com que o pessoal é conduzido e a disciplina verificada; o asseio e boa ordem dos refeitórios e cozinhas, uns e outras dos novos modelos de há anos adoptados, e, bem assim, o seu adequado e completo equipamento; a limpeza e esmero postos na conservação das casas e das aldeias, com os renques de flores e de arbustos que as limitam e árvores de fruto, especialmente citrinas; o bom estado sanitário geral, em grande parte traduzido pelo acréscimo médio de peso dos trabalhadores em relação ao do início do contrato, para o que terão contribuído os cuidados com a alimentação fornecida e a conscienciosa distribuição das tarefas que, via de regra, foi observada; o rigoroso cumprimento das disposições contra acidentes de trabalho, etc. — tudo indicando, nos pormenores sobre que incide a fiscalização, o desejado grau de aperfeiçoamento alcançado.

Para a alimentação, em carne, do nosso pessoal, adquirimos, durante o período desta gerência, à Companhia Agrícola-Pecuária de Angola, de Nova Lisboa, 3 022 cabeças de gado bovino, que, juntas ao saldo de 4 088 do exercício anterior e aos nascimentos ocorridos durante o ano, em número de 211, perfazem o total de 7 271. Deduzidas deste número 3 020 cabeças abatidas para consumo e as baixas, no mesmo período, por mortalidade, de 378, era de 3 873 cabeças a existência em 31 de Dezembro do ano findo (excluídas 22 vacas e novilhos importados da Metrópole).

Não se modificou para melhor a situação relativamente ao preço do gado bovino na Província, que, longe de baixar, veio a exceder, agora, em 10 por cento o custo do ano anterior, o qual, por sua vez, como sabeis pelo exposto no relatório antecedente, havia subido, em relação ao de 1950, cerca de 12 por cento, como o desse ano, em relação ao de 1949, tinha, por sua vez, experimentado já um acréscimo à volta de 17 por cento: evolução ascendente de preços, que promete não acabar.

Apontam-se como razão os valores atingidos pelo gado de exportação para a Metrópole e Colónias vizinhas. Mas a verdade é que essa circunstância não pode de nenhum modo justificar a falta de providências no sentido da limitação dos preços para o consumo interno da Província, quando é certo que a carne entra em elevada proporção na composição das rações a fornecer aos trabalhadores, não sendo demais que, por esse motivo, se facultasse às empresas, por adequadas disposições, a sua aquisição a preços razoáveis — para tanto bastando, talvez, que, de harmonia com os princípios da economia dirigida, que bons resultados tem dado em vários outros casos, se condicionassem as exportações às exigências do consumo local, a preços justos e acessíveis.

Adquirimos, também, na região e em outros pontos da Província, para a alimentação dos

nostros trabalhadores, 597 toneladas de fuba, 1 681 de crueira, 221 de amendoim, 319 de feijão, 548 de arroz, 131 de óleo de palma, 624 de peixe seco, 75 de batata doce, 721 de milho, 1 de sorgo, 8 de macossa e 255 de sal.

Do mesmo modo que nos anos anteriores, a produção indígena da região foi de molde a suprir, na totalidade, as necessidades de consumo em mandioca, fuba e crueira, e também em batata doce e arroz, mas já quanto ao milho isso não aconteceu, pois não foi além de 54 por cento do consumo.

Melhorou um pouco a situação quanto à produção do amendoim, que, durante esta gerência, foi de 19 por cento do respectivo consumo, contra 12 por cento no ano precedente. O facto deve-se, em parte, às providências já referidas nos relatórios anteriores, pelas quais se eliminou a sementeira desta oleaginosa de certas zonas consideradas menos próprias para a sua cultura e, ao mesmo tempo, se procedeu a diversas experiências com variedades locais e outras trazidas do Congo Belga, como em parte se deve, também, ao aumento do preço de compra que decidimos estabelecer, por motivo das prementes necessidades de aquisição deste produto para a alimentação dos nossos trabalhadores, destacando-se, na tonelagem vendida à Companhia, a dos indígenas da área do Posto Administrativo do Sombo, que, mercê da propaganda e providências citadas, fizeram afluir aos nossos armazéns cerca de 89 por cento do total comprado em toda a região.

A situação, relativamente ao óleo de palma, de largo consumo, como sabeis, nas nossas explorações, como parte integrante, diariamente, das rações dos trabalhadores e que, na sua quase totalidade, não tem sido possível adquirir senão fora da região e aos altos preços atingidos por este produto, constituindo encargo que, nesta gerência, atingiu cerca de 1 500 contos, deve, de futuro, melhorar, por efeito da fábrica de extracção de óleo que montámos na região do Nordeste, para aproveitamento do dendém que, em apreciável quantidade, podemos adquirir nos palmares indígenas daquela área — providência esta que, tornando-se economicamente interessante para a Companhia, não o é menos para os habitantes da região, pela utilização integral de uma fonte de riqueza até hoje mal aproveitada, e consequente contributo para mais elevado nível de vida.

É a fábrica dotada de uma prensa «Collin», capaz de tratar 250 kg de dendém por hora, com mais de um quinto daquele peso de produção de óleo, podendo associar-se-lhe em paralelo qualquer número de prensas do género, desde que se torne necessário o aumento de capacidade da instalação. Exceptuada a prensa, todo o restante material foi executado na Oficina Mecânica do Dundo, segundo esquema elaborado pela nossa Direcção-Geral na Lunda, tendo a fábrica iniciado a sua laboração em meados de Dezembro do ano passado. Na segunda quinzena daquele mês, ou seja, até ao fim do exercício que nos ocupa, foi de cerca de 3 t o dendém tratado e de 700 kg o óleo produzido.

Todo o dendém até agora aproveitado no fabrico do óleo foi produzido e adquirido na região aquém das nossas fronteiras — e é unicamente com a produção das palmeiras espontâneas da zona angolana que contamos para a regular alimentação da fábrica, salvo o caso de surgirem dificuldades, que aliás não são de esperar, quer por força das condições naturais, quer por desinteresse dos indígenas da região.

Em qualquer hipótese, porque não queremos, em absoluto, desprezar essa eventualidade e, ainda, por motivo de disseminação das palmeiras naquela área pelas galerias florestais do Cassai e de outros cursos de água, temos de encarar a possi-

bilidade de, de futuro, plantarmos nós próprios, ou levar o indígena a plantar, em área apropriada da região, palmar suficientemente vasto da «*Elaeis guineensis*» espontânea, que nos proporcione abundância de matéria-prima. Não consideramos, porém, possível assegurarmo-nos, por este meio, de todo o óleo de palma que nos é necessário e cujo consumo foi em 1952 de mais de 100 t.

Devemos dizer-vos, ainda, em relação com o assunto de que vimos tratando, e com cabimento neste capítulo, que, por diligências efectuadas no Congo Belga, primeiro junto do Cônsul de Portugal em Leopoldville, mas sem resultado, e em seguida por pedido directamente feito ao Director do «*Laboratoire de Chimie*» daquela cidade, nos é possível conhecer hoje a constituição química e valor nutritivo dos produtos alimentares de origem animal e vegetal componentes das rações que fornecemos aos nossos trabalhadores contratados e dos usados pelos indígenas da Circunscrição do Chitato.

Por amável deferência daquele Organismo, a quem enviámos amostras de todos os referidos produtos, foram-nos comunicados, após as análises e estudos a que ele procedeu, em circunstanciado e muito interessante relatório, no qual se descrevem os métodos utilizados e processos de dosagem adoptados para a determinação dos elementos que interessava conhecer, os resultados completos das análises sob os aspectos e para os fins acima referidos.

Afigura-se-nos, de igual modo, interessante dizer-vos que, em colaboração com os estudos experimentais a que está procedendo, em Angola, o Engenheiro Agrônomo Sr. Joaquim Xabregas, da Repartição Central dos Serviços de Agricultura, sobre a existência de proteínas em certos produtos vegetais, nomeadamente no amendoim, e viabilidade de as usar em substituição das de origem animal, não só acordámos nas experiências, que nos foram solicitadas, de alimentação de determinado número de indígenas para o indicado fim, mas, ainda, em tomar a nosso cargo a determinação do doseamento das proteínas no sangue dos que foram sujeitos às experiências, de modo a avaliar-se o aumento resultante da alimentação ensaiada.

Ainda a propósito das culturas na zona das nossas explorações e área de influência da Companhia, não deixará de interessar-vos saber que, pela venda dos géneros produzidos pelos indígenas da região, auferiram eles da nossa Empresa, no período de que estamos tratando, importâncias que totalizam 3 492 contos, as quais, acrescidas das que lhes pagámos em salários e rações a dinheiro durante o ano, no valor de 19 187 contos, perfazem o total de 22 679 contos. Tal foi o montante com que, neste particular, a Companhia contribuiu para a economia dos povos da região no exercício de que nos estamos ocupando.

Com organização semelhante à dos anos anteriores, mas aperfeiçoada em um ou outro ponto pela experiência adquirida, realizou-se no Verão de 1952 a Grande Festa Anual Indígena, a qual teve assim lugar pela terceira vez. Podemos dizer-vos, antes de mais, que o ciclo das três reuniões que a compõem — a Festa da Melhor Aldeia, a Festa Desportiva de Andrada e a chamada Festa Grande — entraram já nos hábitos dos nativos, que as aguardam com não escondido entusiasmo e a elas assistem em elevado número.

Merecem, também, referência prévia especial, atento o esforço despendido com a preparação e execução do programa dessas reuniões, os Serviços da Companhia que mais de perto para elas concorrem, e que são a Divisão dos Serviços de Minas, os

Grupos Mineiros de Cassanguidi, Andrada e Malúdi, a Secção de Trabalho Indígena, a Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena (Spamoi), o Museu do Dundo, os Serviços da Concessão do Dundo e, quanto à Festa Desportiva, a Direcção da Casa do Pessoal e os seus colaboradores.

A primeira das mencionadas reuniões, ou seja a Festa da Melhor Aldeia, foi levada a efeito em 9 de Agosto, na do Sobeta Sacapage, da área de Cassanguidi, cuja sanzala havia sido proclamada vencedora pelo júri do Concurso do mesmo nome. Trata-se, como sabeis, de um certame há longos anos instituído pela Spamoi entre os indígenas da região, na sequência da acção por ela tenaz e pacientemente desenvolvida no sentido de os levar a cuidarem das suas sanzalas e cubatas, a observarem nelas preceitos de limpeza e higiene e a conservarem em bom estado as árvores de fruto e de sombra com que foram dotadas pelos mesmos Serviços.

Esousado será dizer-vos, pelo que sobre esta festa vos temos já contado em relatórios anteriores, que a aldeia do Sacapage se encontrava vistosamente engalanada para receber convidados e visitantes. Não faltavam ali os festões de verdura, balões venezianos, postes e mástros com bandeirolas e as já clássicas barracas de diversões. Houve também pequenos concursos, como o da subida ao mastro enesado, luta de travesseiros, corrida de sacos e outras competições de igual índole.

Na tarde do dia da Festa, foi solenemente implantado o mastro simbólico, alusivo ao prémio grande, e que ostenta no topo uma chapa de folha de ferro com a figura de um boi. Pela noite e madrugada, ainda os folguedos continuaram, com danças e luto banquete, em que o «prato forte» estava representado precisamente pelo apetecido boi, assado ao ar livre, e que era acompanhado por diversos géneros e frutas, postos à disposição do soba homenageado pela Spamoi.

Seguiu-se, em 17 do mesmo mês, a Festa Desportiva, no campo atlético de Andrada, com a assistência do que se poderia chamar uma pequena multidão de espectadores entusiastas, que ali acorreram não só para verem as provas em geral, mas também para apoiarem com a sua presença e exclamações parentes, conterrâneos ou amigos, que neles tomavam parte. Nas tribunas, além do Administrador da Circunscrição e do Director-Geral, encontrava-se grande número de brancos, muitos deles interessados também por verem triunfar as equipas dos Serviços que chefiavam ou a que pertenciam.

Disputava-se, desta vez, uma nova taça, oferta pessoal do Administrador-delegado da Companhia, troféu deveras original pelos motivos cinzelados que o decoram, pois vêem-se representados nela os principais frutos da Lunda, assim como a folhagem e flores de diversas plantas tropicais.

A Festa principiou com o costumado desfile das turmas concorrentes, acompanhadas pelos respectivos instrutores e precedidas pela nossa Banda de música e alunos da Escola do Indígena.

Começaram as provas com o lançamento do peso, seguindo-se a corrida de 110 m com barreiras, lançamento da pázada de terra, utilizando blocos de argila moldados — e durante a qual foram atingidos os 35 m —, a corrida dos 800 m livres, o salto em altura e a corrida de estafetas 4 x 800 m, que proporcionou renhida e emocionante luta entre as turmas favoritas, a do Dundo e a de Cassanguidi.

Pelas 17 horas fez-se um intervalo, para exibição da classe de ginástica da Escola do Indígena, que foi muito apreciada, dando-se, depois, continuação às provas, com a corrida dos 100 m planos, tiro ao alvo com arco e flecha — com o bom resul-

tado de 49 pontos sobre os 60 possíveis —, lançamento do dardo, corrida dos 1 000 m — onde se obteve a marca dos $2' 48'' \frac{2}{10}$ —, corrida dos 3 000 m, salto em comprimento e, finalmente, a corrida de estafetas de 4×100 , sempre muito animada.

Terminaram, assim, no meio de grande alegria, as competições de 1952. O resultado, do ponto de vista técnico-desportivo, cifrou-se em nove records da Lunda batidos, subsistindo, dos antigos, apenas o do lançamento do dardo e os dos 100 m e 300 m planos.

Veio, por último, o desfile final dos concorrentes, com a *equipe* do grupo de Cassanguldi, vencedora, à frente; a cerimónia da distribuição dos prémios, de turma e individuais, e a oferta de objectos de arte aos respectivos treinadores; e, logo após, o lauto jantar servido aos concorrentes e aos componentes da classe de ginástica e da Banda de música, que decorreu no meio do maior júbilo.

A 7 de Setembro teve lugar a Festa Grande no Dundo, esperada com uma natural ansiedade por parte dos indígenas, que vêem nela a «sua» festa. Como de costume, foram trabalhosos os preparativos, pois trata-se não só de realizar uma cerimónia ou espectáculo comportando diversas partes distintas, mas também de receber, alojar e alimentar alguns milhares de visitantes e prestar-lhes a necessária assistência, como, por exemplo, a sanitária. Nestes termos, fez-se o acampamento do ano anterior, sem esquecer as cubatas especiais para os sobas e outros indígenas categorizados vindos de longe, e montou-se o posto de distribuição de alimentos, o refeitório, o chafariz, o posto de socorros e o de serviço contra incêndios.

No dia 3 de Setembro começaram chegando os primeiros núcleos de visitantes, e com eles se iniciou, também, a animação no acampamento. A iluminação das lâmpadas eléctricas, coada pelas ramagens do arvoredo, veio juntar-se a das fogueiras. A este ambiente acolhedor foram chegando, consecutivamente, mais e mais grupos, cumprindo todos eles, à entrada, para com os que já ali se encontravam, os preceitos ordenados pela etiqueta entre sobas e comitivas.

O Domingo 7, designado para a realização da Festa, abriu com a cerimónia do hastear da Bandeira Nacional, que decorreu no meio de impressionante silêncio e de outras manifestações de respeito. Seguidamente a multidão encaminhou-se para o terreiro onde ia celebrar-se a missa campal, dita pelo Coadjutor da nossa Capelanía, o qual proferiu uma interessante alocução, subordinada ao tema do Evangelho: «Procurai primeiro o Reino de Deus e a Sua Justiça e tudo o mais vos será dado por acréscimo». Depois, passaram os visitantes ao Museu, onde tiveram ocasião, uns de admirar o que ainda não conheciam, outros a de apreciar novos melhoramentos e objectos, nele introduzidos ou expostos durante o ano que decorrerá.

Terminado o intervalo destinado à refeição do meio-dia, pelas 14 horas, começou a multidão de convidados a afluír ao vasto terreiro da aldeia de figurações nativas e, duas horas mais tarde, findos os últimos preparativos, com a presença do Administrador da Circunscrição, Director-Geral e mais pessoal superior, muitos empregados da Companhia e famílias, começou a cerimónia de outorga de recompensa aos trabalhadores antigos, depois de aquela Autoridade e o Director-Geral terem proferido alocuções sobre o significado da reunião e do que ela representava como estímulo e recompensa do trabalho. A cerimónia estava presente, na parte do recinto que lhes é habitualmente reservada, grande número de sobas e seus acompanhantes.

Num desfile quase interminável, e sob as palmas da assistência, passaram pela tribuna 162 bons colaboradores da obra que hoje se pode admirar na Lunda. Entre eles, citaremos, por exemplo, Tarianque, dos serviços da Concessão do Dundo, com 26 anos de casa; Sá Fota, da Prospeção n.º 8, com 27 anos; Jonaxe, dos serviços das estradas, com 28, e Lumica Albert, do quadro da Spamoi em Andrada, entrado na Companhia em 1919, contando, portanto, em 1952, 33 anos de serviço, e que se viu contemplado com 1 medalha de ouro, outra de prata e mais três de cobre, além do prémio em dinheiro, no valor de ang. 3.100,00. Tornou-se notada a elevada percentagem de servidores com mais de 20 anos. E, como no ano antecedente, todos foram alvo de calorosas manifestações da assistência, de parentes e de amigos, chegando os mais antigos a sair do terreiro levados em triunfo.

Terminada no meio de grandes ovações a cerimónia da entrega de recompensas, foi servida aos homenageados e famílias, em recinto reservado, uma refeição de honra, cozinhada, com vinho, fruta e tabaco, e aos milhares de visitantes forneceram-se, por sobados, grandes quantidades de géneros, e também vinho, fruta e tabaco.

O valor dos prémios em dinheiro cifrou-se em ang. 248.700,00, e foram distribuídas 459 medalhas, das quais 98 de ouro, 162 de prata e 259 de cobre.

Pelas 22 horas, estava de novo tudo a postos para o espectáculo folclórico, dirigido, como sabeis, pelo Museu do Dundo. Decorreu nos moldes habituais, e deixando verdadeiramente encantada a assistência pela beleza e valor dos números exibidos, sempre presenciados com o maior agrado e atenção. Fechou com repetidas salvas do corpo de caçadores, e nossos amigos, do Chinguto — local, junto ao Chicapa, onde funcionou uma das primeiras minas da Companhia — e que, dada esta circunstância, ocorrem a todas as nossas festas com particular satisfação e orgulho. Depois, já tarde, começou o batuque grande, de mais de 6 000 nativos, com a indispensável mezaina de bois assados ao ar livre, vinho e boa disposição. Dia cheio, na verdade, este da Festa Grande de «a Companhia»!

«A maneira da Lunda», enfim, a que os indígenas já estão hoje habituados, grandeza, no fazer e no dar, que os aproxima das épocas históricas de esplendor gentilício da sua raça; mas onde não falta, acrescentaremos, a necessária noção de Pátria, de Religião, de Trabalho e de Tradição, a par de folguedos e alegrias, vividas dentro do conceito, não menos indispensável, de Disciplina, ali, talvez pelo exemplo presenciado, compreendido, e, por isso mesmo, por todos livremente aceite e observado.

As competições desportivas de Andrada, levadas a efeito no exercício em referência, revestiram-se para nós de especial significado, pois assistiram a elas, a nosso convite, dois técnicos da Metrópole de reconhecida competência, os professores de Educação Física Capitães Alberto e Celestino Marques Pereira, que, no contacto já havido conosco na sede social, a propósito de provas atléticas entre indígenas, nos manifestaram o desejo de as observarem *de visu*, para se documentarem sobre as realizações da Companhia na Lunda em tal particular. Por nosso lado, explicámos aos referidos professores que considerávamos de grande utilidade que essas realizações fossem por eles presenciadas, a fim de fornecerem à nossa Direcção-Geral quaisquer esclarecimentos ou conselhos tendentes ao aperfeiçoamento delas, uma vez que, iniciadas as provas atléticas, a título experimental, em 1950, se resolveu incluí-las definitivamente no ciclo de reuniões da Festa Grande, atenta a aptidão manifestada pelos indígenas para a prática dos desportos e

até o entusiasmo por eles sentido, não só como concorrentes, mas também como espectadores. Com efeito, bastar-nos-á dizer-vos que se inscreveram, em 1952, nas provas a que aludimos, 563 indígenas, número deveras considerável, e que todos eles, embora não figurassem nas Finais de Andrada, entraram nas eliminatórias realizadas no Dundo, Cassanguldi, Andrada e Malúdi.

Nestas condições, achámos também de utilidade que os treinadores das equipas e outras pessoas mais de perto encarregadas da parte técnica de tais realizações pudessem, pessoalmente, diapor de tão autorizada colaboração e esclarecido conselho, expondo *in loco* as dúvidas que tivessem ou trocando impressões sobre a generalidade das manifestações desportivas já praticadas até agora pelo nativo, e sobre as que, de futuro, poderiam ser ensaiadas com vantagem. Por outro lado, era inegável que as opiniões e alvites desses professores seriam altamente proveitosos no relativo às actividades de educação física da Escola do Indígena e da Guarda da Concessão, e, ainda, quanto às exercidas pelos empregados, nos campos de desportos da Casa do Pessoal.

Embora a ida à Lunda dos Capitães Marques Pereira tivesse tido lugar no decurso de uma viagem a S. Tomé e a diversos lugares de Angola, onde os chamavam numerosos afazeres ligados à sua especialidade, puderam SS. Ex.ªs permanecer nas Explorações o tempo necessário para uma visita aprofundada e assistir às Finais de Andrada. Os Capitães Marques Pereira quiseram consignar as suas observações e sugestões em um muito completo relatório, valioso documento cujo estudo já está sendo por nós efectuado com o maior interesse.

Para só referirmos aqui, e em resumo, a impressão de ordem geral colhida por aqueles visitantes no relativo à Festa Desportiva Indígena, diremos que, no seu entender, se os resultados técnicos, ou o estilo, em certas provas, se apresentam susceptíveis de melhoria, o objectivo em matéria de aperfeiçoamento físico do trabalhador nativo está sendo brilhantemente atingido na Lunda; e, quanto à organização, apenas declaravam que ela ultrapassara, em tudo, o que, por muito exigentes, poderiam esperar.

Spamoi — Serviços Agrícolas e Pecuários

Durante 1952 continuou a Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena (Spamoi) a cumprir, com eficiência e até, podemos dizer, com brilho, a árdua tarefa que lhe está cometida, e que, não fora a necessidade de por vezes alargar o âmbito da respectiva acção e a de enfrentar novas dificuldades, como, por exemplo, o esgotamento do terreno das suas granjas mais antigas, poderia ser desempenhada com menor dispêndio de esforço, atendendo a que, de uma maneira geral, mercê da sua persistência e métodos empregados, já encontra hoje, no indígena da região, um indivíduo compreensivo e que acata de boa mente as suas indicações ou conselhos.

Longe vai o tempo, na verdade, em que para levar ao hospital um habitante da zona de trabalhos da Companhia, necessitado de tratamento urgente ou importante, se tornava preciso combater, em longas conversas, a natural propensão do nativo para só confiar no curandeiro e, até, para fugir, quando se estabalecia — e não poucas vezes isso se dava — alarme na aldeia sobre os propósitos e intenções do branco. Da mesma forma, deslocar uma parturiente em transe difícil constituía empresa igualmente árdua, pois vinha, além do mais, tornar impossível a prática de crendices e adivinhações, usualmente feitas em tal ocasião, e que se traduziam, quase sempre, para certos parentes, no direito de receberem de determinadas pessoas indemnizações, re-

presentadas em dinheiro ou outros valores, tudo consoante a forma como o parto decorria. O espectáculo que oferece hoje o nordeste da Província, neste particular, é já bastante diferente do dos primeiros tempos dos nossos trabalhos ali.

A assistência dispensada pela Spamoi aos trabalhadores contratados traduziu-se, como de costume e *grosso modo*, na limpeza, conservação e fiscalização das respectivas aldeias, nas quais, escusado será dizer-vos, se observa o maior asseio e disciplina, e em visitas frequentes aos locais de trabalho, refeitórios e cozinhas anexas. Ao mesmo tempo, esforçou-se por os acompanhar, assim como às respectivas famílias, nas dificuldades de ordem particular que se lhes depararam, aconselhando-os e procurando estabelecer, em suma, ao lado de uma vida material higiénica e agradável, um ambiente moral igualmente agradável.

As lavras das mulheres dos contratados, às quais a Spamoi distribuiu 2 887 kg de sementes, totalizaram, em 1952, 706 ha, contra 698 ha em 1951, e colheram-se, para serem consumidos por elas, e, de uma maneira geral, pelos elementos do seu agregado familiar, 1 108 058 kg de produtos diversos, como mandioca, batata doce, feijão, sorgo, milho, hortaliças, cana sacarina e frutas. As grávidas, ou fracas, e menores de três anos, a Spamoi entregou, além disso, como reforço de alimentação, 9 650 kg de carne, 14 475 kg de peixe seco, 14 475 kg de arroz ou feijão, 9 650 kg de óleo de palma e 4 825 kg de sal, num total de cerca de 53 t, o que mostra um aumento de 18 t em relação à quantidade distribuída, a igual título, em 1951. As 273 crianças nascidas nas Maternidades da Companhia deu-se um pano a cada uma.

Nas aldeias dos contratados construiu a Spamoi, durante o exercício em referência, 150 casas duplas e reparou outras.

Como habitualmente, ocupou-se também da conservação das árvores de sombra e arbustos ali existentes e fiscalizou com assiduidade os locais de farinhação e as sentinas.

As granjas da Spamoi, em número de 14, e que foram alvo dos habituais cuidados, produziram 396 t de fruta diversa. Durante o ano, e para atender às necessidades das aldeias de trabalhadores das minas de Casala e Chitotolo, e ainda da futura mina de Candjamba, muito distantes dos centros produtores de fruta, criou-se o pomar de Cainda; para se obter um melhor abastecimento da zona de Cassanguú estabeleceu-se um outro nesta área. Nas granjas, em geral, plantaram-se 32 952 novas árvores, depois de se proceder ao abate de 29 885 unidades, já improdutivas, ou atacadas de doença e renitentes aos tratamentos.

Desta forma as granjas da Spamoi continham, no final de Dezembro passado, 163 093 fruteiras, das quais 93 605 bananeiras. A fruta por elas produzida — 396 t, como dissemos — foi distribuída, na sua quase totalidade, aos trabalhadores contratados e suas famílias.

A assistência da Spamoi aos indígenas da região continuou a mostrar-se factor importante do melhoramento das respectivas aldeias e do progresso material das populações. Não deixou de incutir-lhes, ou de neles conservar, o gosto pelo abastecimento limpos e com árvores, acção que tem como fecho, em cada ano, o Concurso da Melhor Aldeia, com distribuição de prémios, e a que já atrás nos referimos.

Como nos anos anteriores, promovemos a realização de mercados, para os indígenas negociarem os produtos das suas lavras. A fim de os tornar mais concorridos, oferecemos rações de carne, num total de 3 t.

A cargo da Spamoi, funcionou, nos moldes habituais, a classe de orientação rural da Escola do Indígena, na qual são ministrados os primeiros conhecimentos da lin-

gua portuguesa, o ensino das quatro operações e noções gerais sobre o cultivo das terras e tratamento das plantas de valor alimentar; em especial, procura-se fomentar o gosto pelos trabalhos agrícolas. Frequentaram a Escola, em média, cerca de 30 alunos, dos quais alguns adultos, que seguiram o curso da tarde, para eles criado. Nota-se, no entanto, fraca vocação do indígena local para se dedicar à agricultura, e por isso os resultados são, a tal respeito, modestos. A maioria dos alunos, depois de seguirem a aula de português e de aprenderem a ler, vão procurar colocação mais cómoda em outros diversos misteres, como, por exemplo, o de caixeiro ou amanuense.

Pela venda total dos seus produtos a empregados e Hospitais da Companhia, obtiveram os hortelões particulares, sempre assistidos pela Spamoi, ang. 9 881,65. Este total mostra um desagradável decréscimo em relação aos dos dois anos anteriores, ang. 15 277,00 e 22 590,90, respectivamente, o que é devido, sobretudo, à falta, já mencionada, de gosto dos nativos pelos trabalhos hortícolas.

Procedeu a Spamoi, como de costume, à execução do programa do repovoamento florestal, que compreende, como sabeis, a plantação de 100 novos hectares em cada ano, além da conservação, desbaste e defesa, em geral, das áreas arborizadas nas campanhas anteriores. As queimadas, embora oficialmente proibidas, apresentam-se agora como o inimigo mais temido das zonas assim arborizadas, dada a extrema facilidade com que qualquer fogo acceso se pode propagar pelas áreas onde se deixou o capim chegar a um adiantado grau de secura. Sobre este importante assunto, seria da maior conveniência a promulgação de providências mais adaptáveis às condições da Lunda, pelas quais se obtivesse uma solução tendente a diminuir os riscos a que assim estão expostas não só as áreas tão trabalhosamente arborizadas e os matos florestais naturais, mas também as aldeias e, consequentemente, a vida dos respectivos habitantes.

Continuaram a mostrar-se muito úteis, para as populações das respectivas áreas, os «Postos de Compra e Venda», situados em Camissombo, Cachimo, Canzar, Sombo, Luia, Nordeste, Luana e Pueje, que já funcionaram no ano passado, e ainda os da Itanda, Xábungo, Lóvuva, Chingúfo e Luapasso, criados durante o exercício; destes treze postos, os quatro primeiros são já de construção definitiva. Como houvesse necessidade de reconstruir e ampliar o do Luana, ficou este localizado na Estrada Sembo-Cachimo, entre os rios Chiumbe e Luana, e perto do Lucari, afluente do primeiro.

Como sabeis, estes postos foram por nós estabelecidos com o intuito de trazer uma melhoria de vida aos habitantes das áreas situadas longe dos nossos centros urbanos, facilitando-lhes a venda dos produtos agrícolas que cultivam e a aquisição de artigos de uso corrente e de certos géneros alimentícios de que não dispõem.

O abastecimento dos respectivos armazéns mereceu-nos sempre o maior cuidado, tanto quanto à qualidade dos artigos oferecidos, como no relativo a preços. É de facto digna de nota, entre outros, a beleza dos panos trazidos hoje pelas mulheres dessas regiões, e o gosto, já um tanto apurado, como se vestem e apresentam. No tocante a tecidos, por exemplo, temo-nos esforçado por enviar tipos e padrões novos, sempre que se torna possível obtê-los. Não é de estranhar, por isso, que um dos luzimentos da Festa Grande no Dundo seja, precisamente, constituído pelo elemento feminino que a ela concorre, vindo de variados pontos da Circunscrição.

A Secção de Agricultura, a cargo do nosso Engenheiro agrónomo, continuou a exercer a sua acção nas antigas Reservas agrícola-pecuárias do Cossa e da Cacanda e no Campo Experimental de Cangaba. Cultivou, ainda, uma área de cerca de 40 ha no Nordeste, onde estamos ensaiando a produção, em grande escala e com o emprego de meios mecânicos, de plantas alimentares, iniciativa de que adiante mais desenvolvimentos vos falaremos. Não obscureceu este acréscimo de actividade. Não descurou de acompanhar as experiências em curso, de adaptação de novas plantas aos solos e clima da zona das Explorações, assim como o estudo das doenças e meios a empregar para as combater.

A área cultivada pela referida Secção em 1952, nas Reservas e Campo Experimental, foi de 166 ha, ou seja, sensivelmente a mesma do ano antecedente. Afora pequenos troços de carácter provisório, as construções de canais para rega limitaram-se à abertura de uma vala com 150 m na parte norte da zona forrageira da Reserva do Cossa, mas procedeu-se a trabalhos de limpeza, reparação e rectificação em cerca de 3 900 m de outros canais. Igual trabalho foi feito quanto a valas e drenos de enxugo já existentes, num total de 6 681 m, e abriram-se novos drenos, numa extensão aproximada de 4 km.

A fim de procurar corrigir e fertilizar o solo das mencionadas Reservas, aplicámos algumas toneladas de cinza, cal e superfosfatos, com evidentes bons resultados, mas esta prática só tem sido possível seguir, como aliás já vos temos explicado, em relação às culturas arborícola e hortícola, pelas quantidades enormes que desses produtos seria necessário empregar em relação a todas as demais. Pelo que respeita ao estrume de curral, o consumo continuou a ser muito elevado, pois se cifrou em 2 898 t.

No propósito de desenvolver, dentro do possível, a produção de forragens para alimentação do gado, especialmente do leiteiro, importado, de raças apuradas, e suas crias, já nascidas em África, a área total adstrita a tais culturas foi de 88,73 ha, o que representa um aumento importante de 33,84 ha, em relação a 1951. As principais espécies cultivadas foram o «*Andropogon sorghum*», a batata doce, o «*Coix Lacrima Jobi*», a «*Erva do Sudão*», o feijão landa e macundi e o milho. A fim de obter um maior rendimento destas espécies, foi estudado, e posto em execução, um novo plano de rotação cultural, com bons resultados. Quanto à batata doce, por exemplo, obteve-se um aumento de produtividade, por hectare, de 7 379 kg de rama e de 706 de tubérculo.

A produção de forragens elevou-se a 820,4 t, graças, em parte, aos trabalhos de irrigação de uma zona da Reserva do Cossa, já atrás referida, o que muito veio beneficiar a alimentação do gado estabelecido. Com igual destino, entregou a Secção à sua congénere de Pecuária 59,4 t de hortaliças diversas e 15,5 t de capim verde.

Depois de revisão cuidadosa das fruteiras das Reservas, foram abatidos cerca de 13 000 pés, sobretudo de espécies tropicais, que, por não terem reagido aos tratamentos efectuados durante os últimos anos, mostravam má capacidade produtiva. Para compensar esse arranque foram já plantadas, durante o exercício, 2 140 novas fruteiras. Continuaram a realizar-se, com cuidados especiais, sementeiras de limão rugoso, com o propósito de assegurar a enxertia de diversas outras espécies de citrinas. Contra os afídios, cochonilhas e ferrugem foram aplicados 71 670 l de calda, mais 43 560 l do que no ano antecedente.

A produção de fruta da Secção, que ascendeu a 53,8 t, acusou um aumento de cerca de 28 por cento em relação à colheita

de 1951, mercê do emprego de maiores meios de defesa contra as doenças e também por o ano agrícola ter sido melhor. De uma maneira geral, podemos dizer que a actividade vegetativa do grande pomar existente na Reserva do Cossa melhorou de maneira apreciável, embora esteja ainda longe de fornecer as quantidades substanciais de fruta dessa classe que dele esperávamos quando decidimos criá-lo.

Será interessante dizer-vos que o número total de fruteiras existentes nas Explorações era, em 31 de Dezembro passado, de 249 082, compreendendo 22 884 citrinas, 222 995 pés de espécies tropicais e 3 203 espécies diversas, introduzidas na região. A produção geral subiu a 526 579 kg, superior em 17 656 kg à de 1951.

A área dedicada à horticultura foi apenas de 12,73 ha, mas é conveniente lembrar que, a este respeito, a actividade da Secção é, sobretudo, de natureza experimental. A produção ascendeu, no entanto, a 127 t, com um rendimento unitário superior ao do ano de 1951. Infelizmente, os ensaios com diversos e assaz numerosos tipos e variedades de hortaliças nem sempre resultaram concludentes, dadas a irregularidade das condições atmosféricas e, sobretudo, as fortes quedas de água, tão frequentes durante a longa estação das chuvas.

As lavras dos indígenas da região, orientadas pela Secção de Agricultura, ocuparam em 1952 uma superfície de 10 009,76 ha, ou seja, mais 1 517,55 ha do que na campanha antecedente. Uma nova zona foi incluída no programa de culturas, a do Lóvuá, que corresponde à área do Posto Administrativo do mesmo nome. Esta actividade continuou a ser a grande fonte de valor alimentar das respectivas populações, e também de riqueza, pela venda do excedente aos nossos armazéns. Para se avaliar dessa prosperidade, bastará dizer-vos que as compras se cifraram em cerca de 41 t de amendoim, 548 de arroz, 75 de batata doce, 596 de fuba, 1 681 de crueira, 318 de feijão, 345 de milho e 1 de sorgo, num total de 3 608,7 t, superior em 18 t ao de 1951.

No que respeita à mandioca, verifica-se o progressivo depauperamento dos terrenos situados perto das aldeias, devido às sucessivas culturas anuais desse tubérculo neles realizadas, ao mesmo tempo que se torna quase impossível, por motivo da distância excessiva, utilizar outros em melhores condições. Esta particularidade é, como todos sabem, frequente em África, onde existem, na verdade, problemas de difícil solução quando se trata de obter da Natureza um rendimento agrícola compensador. A este propósito citaremos ainda, e por exemplo, que a baixa produção de sorgo, de 1 t apenas, foi devida às fortes depredações causadas pelas aves nas zonas de Andrada e Malúdi.

A título experimental, e com a finalidade de procurar obter, principalmente quanto à mandioca, uma produção intensa por hectare, iniciámos, durante o exercício, a cultura directa desse tubérculo, em terrenos adrede escolhidos, na região do Nordeste. Com esse fim, arroteou-se e preparou-se uma área de cerca de 40 ha, em parte com a aplicação de meios mecânicos, e plantaram-se estacas provenientes de pés de variedades escolhidas e isentas de doença. A técnica utilizada nesta plantação consistiu numa adaptação às condições locais dos processos que melhor resultado parecem ter dado no Brasil, Congo Belga e colónias francesas de África. Até ao fim da época de chuvas, que está terminando, terá sido talvez possível plantar 120 ha de mandioca.

Para o prosseguimento dos trabalhos relativos à presente experiência, encomendámos na América um tractor pesado, munido de «bull-dozer», que brevemente começará a ser utilizado na realização de tarefas para

as quais são insuficientes os tractores ligeiros de que até agora a Secção dispôs.

Como vos dissemos já em outro lugar, no intuito de aproveitarmos os palmares espontâneos existentes junto ao Cassai, montámos, perto do local das culturas acima referidas, uma pequena instalação de óleo de palma. O óleo produzido é de boa qualidade, mas afigura-se cedo, por enquanto, para determinarmos com exactidão as possibilidades oferecidas por esta iniciativa.

No capítulo da actividade experimental da Secção de Agricultura, devemos mencionar, em especial, os ensaios feitos com o inhame, de que enviámos, de diversas proveniências, algumas variedades, com vista à aclimação desta tão útil planta alimentar e sua ulterior difusão entre os indígenas. Depois de várias tentativas, verificou-se que a sua cultura poderia ser realizada com sucesso na Lunda, pois se conseguiram bons resultados, sobretudo com a variedade «Bala Dilanda», de Cabinda («Discoaria alata»), que mostrou o rendimento unitário de 72 t por hectare, seguida da «Bala Kiázi», também de Cabinda, com 32 t. A maioria dos tubérculos obtidos foi entregue a alguns nativos para cultura própria. Quanto à variedade que obtivemos da ilha do Pico, que é o «falso inhame», também designado por «inhame do Egipto», só mais tarde nos poderemos pronunciar.

Se os indígenas acolherem com interesse esta cultura, poderão dispor, dentro de não muito tempo, de mais uma planta de alto valor nutritivo.

Proseguiram, também, as experiências com diversas espécies ou variedades de mandioca, amendoim, feijão, sorgo e arroz, as quais apresentaram resultados variáveis, e os ensaios com essências florestais e com forraginosas, como a «Clorophora excelsa» (Sanga), a «Maesopsis Eminii», o «trevo Spadoni» e a «Erva do Sudão».

O campo de acção da nossa Secção de Pecuária apresenta-se cada vez mais vasto, por efeito das crescentes necessidades verificadas no capítulo da produção de carne, leite e outros produtos de origem animal. Se, por um lado, tende a aumentar o número de pessoas, empregados e famílias a quem a Companhia fornece víveres frescos, por outro, os problemas de ordem sanitária continuam a exigir grande atenção e excepcional dispêndio de esforços por parte daqueles serviços. Muito, neste capítulo, se conseguiu já, mas é fora de dúvida que as doenças e epizootias não só causam ainda vítimas em número avultado entre o gado bovino e os galináceos, como também impedem o rápido desenvolvimento que desejamos dar a este ramo de realizações.

É evidente, no entanto, que esses problemas não são especificamente nossos, mas sim comuns a muitas explorações pecuárias de África, todas as vezes que se pretenda dotá-las com exemplares de melhor qualidade ou produção superior à que oferecem as raças locais. Mesmo assim, e quanto a estas últimas, não deixam igualmente de se pôr problemas importantes, quando se trate de manter um número elevado de cabeças ou bantas, atenta a dificuldade de obtenção de bons pastos e de diversos produtos alimentares, e a existência de determinadas doenças, como o carbúnculo interno e a tripanossomíase, difíceis de evitar e de curar não obstante as vacinas, processos e medicamentos de que hoje se dispõe, e que não existiam, ou não eram conhecidos, há poucos anos atrás.

Como vos explicámos no relatório antecedente, decidimos melhorar o efectivo do gado leiteiro pela importação de mais 22 vacas turinas seleccionadas e de um novilhão da mesma raça. Levando em conta as crias já nascidas deste grupo, os exemplares sobrantes do lote importado em 1948 e respectivas crias também, podemos dizer-vos

que havia nas Explorações, em 31 de Dezembro último, 45 unidades desta classe, a saber: 27 vacas, 1 touro, 1 novilhão, 9 vitelos e 8 vitelas. As vacas continuaram a apresentar, de uma maneira geral, boas lactações.

Além deste já importante contingente de animais de raças apuradas — que se encontra estabelecido nas novas instalações da Reserva Agrícola-pecuária da Cacanda — o gado produtor de leite esteve representado por 267 vacas indígenas. Destas, 10, de produção superior às restantes, ficaram naquela Reserva, estando agora todas as outras concentradas na do Cossa.

Quando se verificar o aumento de produção, que esperamos obter, do gado importado e suas crias, iremos fazendo mais rigorosa selecção das vacas indígenas ou cruzadas. Uma, a cobrir mais tarde pelo novilhão holandês, ficarão ainda destinadas a produzir leite; outras funcionarão como produtoras de gado de talho, depois de cobertas pelos descendentes obtidos do touro alentejano importado em 1948. Estes núcleos virão a constituir um interessante campo de experiências com vista ao futuro desenvolvimento pecuário da região, onde as características de rusticidade devem figurar em grau elevado, como é indispensável.

A produção de leite das vacas indígenas foi de 81 364 l, superior à obtida em 1951. O rendimento médio diário subiu, quanto a algumas, a 4,86 l, cifra que se compara com a de 4,18 em 1951 e 3,48 em 1950. Porém, uma experiência de estabulação, para melhorar tais rendimentos, não deu resultados apreciáveis, o que mais uma vez confirma a insuficiência dessa classe de gado no tocante a qualidades leiteiras.

A produção geral de leite nas Explorações elevou-se a 137 177,4 l, contra 99 878 l em 1951 e 97 440 l em 1950. Exceptuando cerca de 25 000 l dados às crias e pintos, foi distribuída aos empregados e a funcionários da Circunscrição.

Em relação ao ano antecedente, registou-se, também, nas vacas indígenas um aumento de natalidade apreciável. Contudo, a mortalidade entre os vitelos mostrou-se bastante alta na Reserva do Cossa, por motivo da fraca resistência dos recém-nascidos e de deficiências alimentares. Com efeito, as rações que lhes são proporcionadas não conseguem substituir a alimentação essencialmente láctea, necessária nos primeiros tempos da vida, e em que as respectivas mães não são abundantes, como acima referimos.

A existência total de gado bovino nas Explorações, no final de 1952, elevava-se a 3 896 cabeças, número que vos dará uma ideia da assistência, intensa e complexa, que a sua manutenção e sanidade requereram.

Como produtos carracidas foram aplicados os arsenicais e os derivados do «B. H. C.» (Bexem), tendo-se este último mostrado particularmente activo no combate às infestações de «Amblyomma», transmissora das rickettsioses. Contra a tripanossomíase, tratámos 1 289 animais por meio de metilsulfato de «Antrycide» e 200 com brometo de «dimidium». Empregou-se o «Antrycide Pro-sal» em 532 bois enviados para os centros de trabalho, e, contra o carbúnculo interno, foram vacinadas 4 307 cabeças. Com bactéria da diarreia e soro da pasteurelose injectaram-se, nas duas Reservas, 405 vitelos.

Para consumo foram abatidos nos dois matadouros, do Dundo e do Cossa, 3 020 bovinos, 186 porcos e 100 leitões.

Com a importação, efectuada no ano passado, de três casais de porcos «Large-White», idos da Metrópole, ficou grandemente melhorado o efectivo de animais desta apreciada raça, já existente nas Explorações. As características de rusticidade que lhes

são próprias tornam a respectiva criação assaz fácil, apenas havendo a notar, como factor impeditivo do bom rendimento da exploração, os efeitos nocivos da piropilasmose porcina, que por vezes se verifica entre eles, assim como a ascarirose dos leitões. Tratamentos periódicos, por meio de fluoreto de sódio, têm minorado, de certa forma, o efeito daquelas doenças.

Para esta classe de animais estamos construindo novas instalações, de melhor grau de sanidade e mais espaçosas do que as actuais. Delas aproveitarão, também, três exemplares de «Large-Black», recebidos da Estação Zootécnica Central, da Ganda.

Apesar de se ter verificado, em relação aos porcos indígenas das Reservas, e como sucedeu aos importados, uma epizootia de piropilasmose, o seu número desenvolveu-se extraordinariamente, pois se contavam, no final do ano, cerca de 600. Dado, contudo, o seu fraco rendimento em carne, em face da despesa com a sua alimentação, manteremos, de futuro, um efectivo bastante mais reduzido.

O grupo de ovinos e caprinos das Reservas não acusou aumento sensível, e, por isso, apenas foram enviados para consumo 3 cabritos. A esta exploração se dedicará, a seu tempo, uma maior atenção.

Apesar das práticas de higiene adoptadas, a coccidiose hepática e intestinal continuou a dizimar as criações de coelhos, fazendo baixar o respectivo número para 37 em Maio do ano passado. Esperamos que a aplicação de novos medicamentos contra aquelas moléstias proveque um aumento importante desse efectivo, de forma a atingir-se o desenvolvimento já conhecido por esta exploração em 1950. Contamos também obter bons resultados com os exemplares de coelhos da variedade «gigante», importados da Metrópole durante o ano.

Tão-pouco se mostrou próspera a exploração dos galináceos, por motivo das diversas doenças que entre eles grassaram fortemente, como, por exemplo, a pulrose. Por outro lado, não está dando até agora todo o bom efeito desejado o sistema de colocar as galinhas em baterias. Nestas condições, a produção de ovos foi inferior à do ano antecedente, pois só atingiu 33 622, contra 39 705 em 1951.

Iniciou-se, a título experimental, nos dois últimos meses do ano, o fabrico de banha, a partir das gorduras e toucinhos dos porcos abatidos na Reserva Agrícola-Pecuária do Cossa, e, na da Cacanda, o da manteiga.

Como habitualmente, teve lugar uma campanha anti-rábica, durante a qual foram vacinados 59 cães, pertencentes a europeus, e 182, a nativos.

Como podeis constatar, continuamos a empregar os maiores esforços no sentido de formar na Lunda um conjunto de animais de boas raças e qualidades.

Assistência material e moral ao pessoal branco e indígena — Acção de civilização geral

A assistência médico-sanitária da Companhia continuou a exercer-se por forma eficiente, não só nos centros urbanos e na zona onde mais directamente trabalhamos, mas também nas áreas abrangidas pelo nosso programa de expansão da mesma assistência a toda a Circunscricção do Chitato.

O Serviço de Saúde contou, no exercício a que nos reportamos, 13 médicos, alguns dos quais cirurgiões ou com prática de cirurgia, ou possuidores de especializações, sendo um deles estomatologista. Um químico-farmacêutico, coadjuvado por um ajudante técnico de farmácia, teve a seu cargo a fiscalização e provimento dos depósitos de medicamentos e a execução dos trabalhos de laboratório relativos às suas funções.

O quadro do pessoal branco de enfermagem esteve constituído por 17 enfermeiros

e 4 enfermeiras e o do pessoal indígena por 1 enfermeiro, 30 enfermeiros auxiliares, 9 enfermeiras auxiliares e 280 praticantes e serventes, de ambos os sexos.

Dispôs o Serviço de Saúde, nos centros urbanos e suas zonas de influência, de 2 grandes hospitais-dispensários para brancos, no Dundo e Andrada, de 3 dispensários para brancos, em Fucaúma, Cassanguldi e Malúdi, de 1 maternidade para brancos, em Andrada, de 5 hospitais-dispensários para indígenas, no Dundo, Andrada, Cassanguldi, Malúdi e Fucaúma, de 4 maternidades, no Dundo, Andrada, Cassanguldi e Malúdi, de 6 pavilhões de isolamento, de 36 postos de socorros, nas minas e nas Reservas agrícolas-pecuárias, e de 1 Casa de Repouso, para brancos, no Cossa; e, na área coberta pela expansão médico-sanitária, já atrás referida, de 4 pequenos hospitais-dispensários, com 22 camas cada um, situados nas sedes dos Postos Administrativos do Cachimo, Canzar, Luia e Sombo, 1 Posto sanitário com sanzala-enfermaria, de construção provisória, no Lóvua, de 5 outros Postos sanitários provisórios, nas zonas populosas do Canzar, e, finalmente, de 1 Posto de socorros no Camissombo. Grupo deveras importante de instalações, muitas das quais foram melhoradas durante o ano.

Funcionou, normalmente e com grande utilidade, a diversa aparelhagem de raios X que possuímos, assim como a de diatermia, raios ultravioletas, raios infravermelhos, electrocardiografia, de avaliação de metabolismo basal e de ultra-som. Fizemos-se 2 407 radiografias e radioscopias e 3 141 microrradiografias.

A Secção Químico-Farmacêutica manteve, como é de calcular, grande actividade, a qual tende a desenvolver-se de ano para ano, por efeito, em especial, das necessidades, em medicamentos e outros productos, originadas pela expansão da nossa assistência a toda a Circunscricção. Por isso previmos não só a construção de um novo edificio para laboratórios, com capacidade suficiente a satisfazer as exigências de uma clínica cada vez mais desenvolvida, mas também a compra de mais equipamento, como, por exemplo, a de um «banco de sangue». A fim de poder examinar, *de visu*, as novas realizações apresentadas pela indústria quanto a tal classe de equipamento em geral, visitou o nosso químico-farmacêutico a Exposição Internacional de Farmácia, realizada em Paris em Outubro último, e assistiu a várias sessões do Congresso da mesma especialidade, que nessa altura ali funcionava.

Esta Secção preparou, em 1952, 281 260 ampolas ou frascos de injectáveis, 1 525 000 comprimidos, 3 694 fórmulas galénicas; atendeu 23 294 receitas ou requisições e aviou 2 451 preparações officinais. Quanto a análises, fez 36 de expectoração, 251 de fezes, 44 do liquido cefalorraquidiano, 13 de pus, 319 de sangue, 312 serológicas, 4 do suco gástrico e duodenal e 216 de urina.

A assistência prestada ao nosso pessoal branco e respectivas famílias cifrou-se em 906 dias de hospitalização, 6 019 visitas domiciliárias, 5 103 consultas externas, 4 596 tratamentos diversos, 13 098 injeções diversas, 187 vacinações antivaricólicas, 47 anti-amariçlicas e 14 antitíficas, 44 intervenções de pequena cirurgia e 18 de cirurgia geral, 325 consultas e 673 tratamentos de odontologia e 867 radiografias e radioscopias.

Como habitualmente, a endemia palustre apresentou-se bastante acentuada e foi combatida pela profilaxia obrigatória e constante, com administração de quinino, paludrina e outros antipalúdicos. Geralmente, e como sucede entre nós, as formas agudas não se revestiram de características graves, cedendo com certa facilidade aos tratamentos. Um caso de biliósa hemoglobínúrica, em uma

adolescente, foi delgado, e feito uso, durante ele, de transfusões de sangue. Citaremos, ainda, diversos casos de apendicite aguda ou crónica e várias doenças ginecológicas, tratadas cirurgicamente, e curadas. Houve 31 partos, tendo alguns, por circunstâncias de vária natureza, dado lugar a cesarianas, que decorreram também com normalidade.

Como de costume, e sempre que nos foi pedida, prestámos assistência a pessoas brancas estranhas à Companhia. Os principais actos, neste particular, traduziram-se por 6 operações de grande cirurgia, 3 de pequena cirurgia e 3 partos. Verificaram-se ainda 156 dias de hospitalização, 230 visitas domiciliárias, 198 consultas externas, 196 tratamentos diversos, 486 injeções diversas, 1 vacinação antivaricólica, 4 anti-amariçlicas e 64 radiografias e radioscopias.

Quanto a assimilados, trabalhadores especializados e suas famílias, a assistência dispensada abrangeu 812 dias de hospitalização, 4 510 consultas externas, 15 127 tratamentos diversos, 10 277 injeções diversas, 324 vacinações antivaricólicas e 232 anti-amariçlicas, 161 intervenções de pequena cirurgia e 11 de cirurgia geral, 67 radiografias e radioscopias, 1 148 análises de fezes e 524 tratamentos contra o parasitismo intestinal. Houve 21 partos, 1 dos quais com cesariana.

Continuou a dedicar-se a maior atenção ao estado sanitário da mão-de-obra contratada e voluntária, que abrange, como sabeis, cerca de 18 000 indígenas. A este respeito, são do vosso conhecimento, também, pelo que vos temos explicado longamente em relatórios anteriores, os cuidados por nós postos em tal assistência, as múltiplas modalidades de que se reveste e os esforços e somas despendidos com o objectivo de assegurar aos trabalhadores um bom estado de saúde.

Entre as providências atinentes a este fim, figura, como uma das mais úteis e interessantes, o período a que chamamos «de preparação». Durante ele, todos os indígenas, recrutados em regime de contrato, são submetidos, à chegada ao Dundo e 21 dias após, a duas minuciosas inspecções. No intervalo, fazem-se pesquisas de hérnias, deformidades físicas, doenças venéreas, parasitismo intestinal e doença do sono, iniciam-se as vacinações antivaricólicas e antitíficas, e procede-se à desparasitação, visando, em especial a ancilostomose. Pesquisamos ainda a alergia tuberculosa pela reacção de Mantoux, seguida pelo B. C. G. intradérmico, nos casos negativos. A partir de certa altura do ano, e como já atrás explicámos, decidimos aumentar este período para sessenta dias no tocante aos nativos que, na segunda inspecção, não apresentavam saúde ou robustez física para o trabalho mineiro. Mantidos em observação, foram sujeitos a um regime tendente a tonificá-los, pelo que muitos deles, findo esse tempo, puderam já ingressar nos nossos serviços.

A assistência a que nos referimos concretizou-se, essencialmente, em 81 201 dias de hospitalização, 31 733 consultas externas, 371 858 tratamentos diversos, 36 959 injeções diversas, 1 925 vacinações antivaricólicas, 37 anti-amariçlicas e 6 363 antitíficas, 1 391 intervenções de pequena cirurgia e 130 de cirurgia geral, 890 radiografias e radioscopias, 15 066 análises de fezes e 15 107 tratamentos contra o parasitismo intestinal.

A assistência às famílias dos trabalhadores e a outros indígenas, nos hospitais dos centros urbanos e dependências anexas, foi muito intensa, como se poderá ver por alguns dos números e ela respeitantes: 111 962 dias de hospitalização, 42 502 consultas externas, 290 124 tratamentos diversos, 54 224 injeções diversas, 2 866 vacinações antivaricólicas, 3 894 antitíficas e 269 anti-amariçlicas, 999 intervenções de pequena cirurgia

e 284 de cirurgia geral, 519 radiografias e radioscopias, 21 754 análises de fezes, 19 005 tratamentos contra o parasitismo intestinal e 741 partos.

A gripe, o paludismo, a ancilostomíase e os fluxos pulmonares foram, como de costume, as doenças que mais frequentemente se manifestaram. No entanto, as do foro cirúrgico tornaram-se responsáveis por bastantes baixas aos hospitais e provocaram a necessidade de um número assaz elevado de intervenções.

Durante o exercício demos grande impulso à campanha pró-grávida, e tivemos a satisfação de notar que as consultas de puericultura foram muito mais frequentadas do que no ano antecedente.

Continuámos a intensificar a assistência sanitária à população das áreas da Circunscrição do Chitato, situadas longe dos centros urbanos da Companhia.

No desenvolvimento do programa de expansão dessa assistência — sobre o que vos temos falado longamente nos relatórios anteriores —, e que visa à ocupação sanitária total daquelas áreas, terminámos a construção de mais dois pequenos hospitais-dispensários, nas sedes dos Postos Administrativos do Canzar e do Luia; e ficaram também funcionando os sete Postos Sanitários e de Socorros, edificados no Lóvua, Canzar e Camissombo, a que já atrás fizemos referência ao mencionar as instalações afectas em 1952 ao nosso Serviço de Saúde. Por outro lado, o trabalho das ambulâncias itinerantes foi consideravelmente maior, pois o número das aldeias por elas visitadas subiu de 747, em 1951, para 1 363, aumento deveras importante e que dá a medida do incremento que estamos inculcando a esta tão interessante classe de assistência.

Revela-se tal incremento, ainda, pelo total dos dias de hospitalização, que, de 10 051 no ano anterior, passou para 33 406; barbaria, contudo, para demonstrar os progressos alcançados neste particular, apontar-vos, como índice seguro, o facto de o número de partos para os quais nos foi pedida assistência ter ascendido de 83, em 1951, a 154, ou seja, para quase o dobro.

Por efeito de tal acréscimo de movimento, um dos nossos médicos passou a ter exclusivamente a seu cargo os postos do Cachimo, Luia e Sombo, e um outro o do Lóvua, ocupando-se dos da área do Canzar, directamente, o Subchefe do Serviço de Saúde. Como vedes, encontra-se em pleno desenvolvimento a expansão sanitária a que nos referimos, a qual, dia a dia, vai sendo facilitada pela crescente confiança manifestada já por grande número de indígenas. E prática cada vez mais frequente o dirigem-se aos nossos dispensários, a fim de ali procurarem remédio para os seus padecimentos; 1 642 nativos, por exemplo, eram portadores de moléstias que obrigaram a internamento.

Dar-vos-emos, seguidamente, mais alguns números relativos à assistência dispensada neste ramo durante 1952, e pelos quais veis a importância já por ela atingida: 68 914 tratamentos, 52 128 injeções diversas, 27 285 consultas externas, 2 672 vacinações antivariólicas e 18 anti-amarelílicas, 187 intervenções de pequena cirurgia, 10 387 análises de fezes e 6 901 tratamentos ao parasitismo intestinal.

Em resumo, diremos que a volumosa actividade do nosso Serviço de Saúde se traduziu, no exercício de que nos ocupamos e grosso modo, em 228 445 dias de hospitalização, 6 249 visitas domiciliárias, 121 326 consultas externas, 750 815 tratamentos diversos, 167 173 injeções diversas, 7 975 vacinações antivariólicas, 602 anti-amarelílicas e 10 271 antitíficas, 2 785 intervenções de pequena cirurgia e 449 de cirurgia geral, 950 partos, 2 407 radiografias e radioscopias,

48 375 análises de fezes e 41 597 tratamentos ao parasitismo intestinal.

Decorreram nos moldes habituais os trabalhos de profilaxia e combate à doença do sono. Os três sectores do Lóvua, Chitato e Camissombo, onde de ordinário encontramos o maior número de casos de tripanossomíase, voltaram a ser pesquisados em profundidade. Como nos anos anteriores, verificou-se ali a existência de novos doentes, depois de se examinar *in loco* a linfa e o sangue em gota espessa.

As duas brigadas que, no decorrer de 1952, investigaram nos indicados sectores eram constituídas, cada uma, por 1 médico, 1 enfermeiro europeu, 1 enfermeiro auxiliar indígena, 6 microscopistas indígenas e 40 carregadores e serventes. O critério de instalação dos acampamentos subordinou-se sempre a uma localização favorável ao maior número de aldeias, a fim de não exigir excessivas deslocações dos respectivos moradores. Os cinco restantes sectores, dos oito em que dividimos a área a pesquisar, foram percorridos por brigadas chefiadas por um enfermeiro europeu.

Visitaram-se, assim, 1 279 aldeias, tendo-se examinado 57 120 indivíduos, de ambos os sexos, entre os quais se descobriram 9 casos, apenas, de novos tripanossomados. Por isso, o índice de contagiosidade desta doença baixou acentuadamente, de 0,087 por cento em 1951, para 0,016 por cento.

Não pertencentes à região, foram também examinados 10 036 nativos, incluindo os trabalhadores contratados e famílias, chegados ao Dundo, e constatámos neles a existência de 10 novos tripanossomados. Estes, assim como os 9 já atrás referidos, encontravam-se curados dentro do próprio ano.

Será interessante dizer-vos, ainda sobre o nosso Serviço de Saúde, que a despesa com ele realizada em 1952 foi de cerca de 8 832 contos, em que avultam 2 402 de medicamentos e de artigos de penso. Se juntarmos à primeira das cifras indicadas a do custo das obras com edifícios affectos ao mesmo Serviço, obtém-se um total de perto de 9 000 contos.

Funcionaram normalmente as duas Escolas Primárias e de Admissão aos Liceus, do Dundo e Andradu, com uma frequência final de 25 alunos do sexo masculino e 28 do feminino. A aplicação e assiduidade por eles demonstrada foi boa, ficando todos aprovados nas passagens de classe e nos exames que fizeram no termo do ano lectivo.

Em Junho as escolas da Companhia foram inspeccionadas pelo Inspector do Ensino Primário. Dado que a população infantil tende a aumentar, abrimos, já no decorrer do presente exercício, outras duas escolas, nos centros urbanos de Cassanguidí e de Malódi. Como vedes, não nos pouparamos a esforços no sentido de proporcionar aos empregados facilidades para a resolução dos seus problemas ou necessidades de ordem familiar.

Também, com regularidade, funcionou a nossa Escola do Indígena e as suas diversas secções. A classe de Português contava, em 31 de Dezembro passado, 105 alunos, dos quais 25 frequentaram, ao mesmo tempo, a Secção de Orientação Profissional, junto das oficinas de mecânica, carpintaria e reparação de automóveis.

Dos 18 alunos considerados no fim do ano com conhecimentos escolares suficientes, 14 entraram para o serviço da Companhia. Pela novidade que oferece, e dá a medida da eventual aplicação dos nativos às actividades e processos dos mais modernos, diremos que um deles ficará trabalhando como auxiliar no ramo de telecomunicações.

Como habitualmente, os educandos da Escola do Indígena tiveram aulas de canto coral e de ginástica em dias alternados; e, ao Domingo, tomaram parte na forma-

tura de continência ao hastear da Bandeira Nacional. As Escolas catequéticas, de que vos temos falado em relatórios anteriores, continuam satisfazendo plenamente os fins para que foram criadas. É nelas que se ministram, actualmente, os conhecimentos da chamada classe preparatória.

A Secção de Orientação Sanitária não admitiu alunos novos, mas funcionou durante o ano com aulas práticas, de aperfeiçoamento, destinadas ao pessoal auxiliar dos hospitais. Quanto à Secção de Orientação Rural, já vos falámos dela ao tratar das actividades da Spamoí em 1952.

A interessante realização que é o Museu do Dundo, e que figura como uma das principais manifestações de carinho e apreço da nossa Empresa para com os nativos, a sua vida e tradições, prosseguiu, durante o exercício em referência, com os trabalhos que lhe são habituais.

No tocante à Secção de Etnografia, ficou terminada a organização do ficheiro da colecção em moldes aperfeiçoados, importante tarefa já iniciada anos atrás, e que abrange 6 680 peças, divididas por vários agrupamentos, como, por exemplo, os relativos à habitação, à pesca e caça, à indumentária e aos instrumentos de música. Durante o ano entraram, por compra ou oferta, mais 35 novos objectos de merecimento, entre os quais uma máscara do tipo «bacuba», graciosamente cedida pelo comerciante Sr. Marques Dias, de Vila Luso. Dois grandes mapas murais, apresentados em sistema de montagem, e coloridos, mostrarão as linhas das migrações dos quicocos e as principais manchas populacionais da Lunda, com menção das tribos que as constituem.

Como de costume, procedeu-se à conservação e limpeza dos milhares de objectos que compõem a referida colecção etnográfica e à desinfecção e catalogação dos que entraram durante o ano. Novos produtos anti-sépticos foram, em certos casos, experimentados.

A Secção de Geologia e Pré-História recebeu novas remessas de material, provenientes da antiga arrecadação-museu do Luaco, representadas por pontas de frechas, lâminas de dorso abatido, raspadores e outras peças semelhantes, que foram dispostas nas vitrinas e etiquetadas pelo Chefe do nosso Serviço de Prospecção e arqueólogo, Sr. J. Janmart. Entrou também nesta Secção uma interessante série de amostras de xistos vermelhos da Baixa de Cassange, contendo fósseis de peixes, amável oferta do Sr. João Tello.

A Secção de Antropologia e Proto-História aumentou consideravelmente, por efeito da entrada de novos objectos, tais como cerâmicas, mós-dormentes e rebolos, pontas de ferro, desperdícios de fundições e espólios de sepulturas. E a Secção de Fauna Africana foi também enriquecida com novos exemplares de mamíferos, aves, saurios e outros répteis, muitos deles oferecidos por indígenas. No tocante à Flora, descobriram-se outras quatro árvores notáveis, cuja protecção passou a ser assegurada, ficando assim o número total de espécies nestas condições elevado a 90.

Na Sala de História da Lunda foram expostas mais algumas fotos relativas ao estabelecimento da Companhia na região, extraídas dos seus arquivos antigos. A fim de dar uma ideia da rota dos exploradores que visitaram ou atravessaram o território que é hoje o Distrito, está-se fazendo, numa das paredes desta sala, a montagem de um grande mapa, onde essas rotas ficarão indicadas.

Durante o ano realizaram-se, com regularidade, treinos dos grupos folclóricos dos arredores do Dundo, os quais tiveram a oportunidade de se exibirem, e de se fazerem aplaudir, no decurso de diversas fes-

tas na Aldeia de Figurações Nativas e também por ocasião da Festa Grande, a que já aludimos. Para enriquecer a composição desses grupos, procurámos angariar novos elementos profissionais, como, por exemplo, tocadores de quissanje e de outros instrumentos locais.

Entre as visitas de estudo, realizadas em 1952, destacamos a do P.^o Jesuíta Léon Pierre Marie de Sousberghe, delegado do «Institut de Recherches Scientifiques au Congo», que era acompanhado pelo Sr. Alfred Frans Servaes, administrador territorial de Kilembe (Congo Belga), e que mostrou conhecer profundamente a vida e utilidade dos povos da Bacia do Cassai, zona a que pertencem as tribos de cuja história, arte e cultura nos ocupamos.

Foi muito grande a afluência de indígenas ao Museu e visível a satisfação com que o percorreram. Tornaram-se frequentes as visitas de grupos de trabalhadores contratados e também de sobas congolezes, acompanhados das suas comitivas. Por seu lado, a Aldeia-modelo acolheu numerosos nativos, que desde longe ali vieram, assim como diversos artistas e artifices, que aí encontraram repouso e ambiente propício para trabalharem na sua arte.

Em 1952 deram os serviços seguimento a alguns trabalhos de índole especial, entre os quais destacamos o álbum de estampas aguareladas, reproduzindo as principais máscaras existentes na colecção, as notas de índole histórica e etnográfica sobre os sobados da zona das Explorações e o catálogo fotográfico, comentado, das árvores notáveis protegidas pela Companhia. O primeiro e o último encontram-se terminados e vão ser objecto de publicação nas nossas Séries Culturais.

Antes do seu regresso à Metrópole, onde veio aprontar, para efeitos de impressão, alguns estudos da sua autoria, esteve o Conservador do nosso Museu em Luanda, de 16 de Fevereiro a 9 de Abril, a fim de proceder, a convite da Comissão Administrativa do Museu de Angola, à classificação, catalogação e instalação de mais algumas centenas de peças etnográficas, pertencentes àquele Organismo.

Prosseguiu o Sr. Janmart, a quem já nos referimos, os seus estudos de pré-história local, tendo já terminado o trabalho sobre as areias vermelhas do Kalahari III. O Dr. Reinaldo de Almeida, médico estomatologista do nosso Serviço de Saúde, e o Dr. Santos David, cirurgião do mesmo Serviço, continuaram a dedicar-se a observações de carácter antropológico em indígenas.

Com o falecimento do Botânico e nosso Amigo Sr. John Gossweiler, a investigação relativa à flora da Lunda sofreu uma paragem. De posse, actualmente, de um exemplar do herbário constituído por aquele homem de ciência, e que obsequiosamente foi posto à nossa disposição pela Repartição Central dos Serviços de Agricultura, de Luanda, onde o extinto trabalhava, contamos fazê-lo estudar por Botânico de reconhecimento merecimento, e prático em sistematiza, a fim de se elaborar uma lista das plantas colecionadas, o que exigirá, como já vos dissemos no último relatório, a necessidade de proceder a comparações prévias com os exemplares-tipo da Flora do Congo, arquivados em Bruxelas.

A recolha do folclore musical da Lunda e regiões limítrofes, de que falámos largamente também no já citado relatório, foi interrompida, para se reunirem e completarem os dados de natureza etnográfica respeitantes às canções até agora registadas. Trata-se de um trabalho longo e de sua natureza moroso, pois abrange a revisão e tradução da letra de cerca de 1 000 canções, e a escolha e ordenação de grande número de fotografias, obtidas durante as

campanhas efectuadas. A oportunidade da recolha desse folclore confirma-se, por assim dizer, de dia para dia, pois é visível a deterioração que ele está sofrendo.

Já no decorrer do presente exercício regressou a África, a fim de prosseguir nas suas investigações de Biologia, o Dr. Barros Machado, que aqui terminou um novo importante trabalho escrito sobre a distribuição das glossinas na África Central. A sua permanência na Metrópole permitiu-lhe ainda estabelecer um mais fácil contacto com os especialistas de biologia aplicada, ramo a que especialmente se dedicará durante esta nova estada na Lunda.

Como o de 1951, o exercício a que nos reportamos foi marcadamente fértil no capítulo das nossas «Publicações Culturais». Saíram do prelo cinco volumes completos, que tiveram os n.^{os} 6, 12, 13, 14 e 15.

No primeiro, precedidas por um elogio à memória do falecido Professor Silvestri, nosso colaborador, reimprimimos as chamadas «Separatas Prévias» de Biologia, publicadas de 1948 a 1950, muitas das quais se encontravam esgotadas. No segundo, ou seja na publicação n.^o 12, demos a lume um trabalho do Dr. Barros Machado, intitulado «Generalidades acerca da Lunda e da sua exploração biológica», de cujo alto interesse vos falámos já no relatório transacto. Finalmente, os volumes n.^{os} 13, 14 e 15 — que são os tomos V, VII e VIII da série «Estudos Diversos» de Biologia — contêm trabalhos de Louis Fage, D. Keith McE. Kevan, R. F. Lawrence, Malcolm Cameron, J. P. Gés, P. Basilewsky, André Villiers, Edward S. Ross, Kurt Delkeskamp, Z. Kaszab, Colin Campbell Sanborn, L. Mader, V. Lallemand, José C. M. Carvalho, Borys V. Malkin, Ludvik Hoberlandt, C. Koch, J. M. Vrydagh e S. L. Straneo.

Ao mesmo tempo preparam-se mais cinco «Publicações Culturais», que estão prestes a sair do prelo, a saber: a n.^o 16, pertencente à série Biológica, com estudos de Petr Wygodzinsky (Tucumán), Sir Guy A. K. Marshall (Londres), M. D. Leston (Londres), Pierre Lepesme (Paris) e C. Koch (Pretória); a n.^o 17, com a obra «Diamond Deposits in Lunda», do Professor Freire de Andrade; a n.^o 18, constituída por um trabalho do Conservador do nosso Museu, J. Redinha, «Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto-Tchicapa)», e a n.^o 19, contendo um outro, também de J. Redinha, «Paredes pintadas da Lunda».

Temos, presentemente, em composição o segundo volume do citado relatório da Campanha Etnográfica ao Tchiboco (Alto-Tchicapa), um estudo do Dr. Barros Machado, «Révision systématique des Glossines du groupe Palpalis (Diptera)», um trabalho de J. Janmart sobre Pré-história e arqueologia da Lunda e ainda um documentário acerca das máscaras indígenas, de J. Redinha, com numerosas estampas coloridas.

Durante o corrente ano esperamos receber para as nossas Publicações trabalhos de diversos cientistas, que estão procedendo ao estudo de exemplares zoológicos da Lunda. Como facilmente compreenderéis, a obra cultural da Companhia tem continuado a ser muito elogiada por entidades dos meios científicos de Portugal e do estrangeiro, onde adquiriu, pelo valor dos estudos apresentados e nomes que os subscrevem, um justo sucesso.

Mantivemos o intercâmbio de plantas vivas com o Instituto Botânico Júlio Henriques, de Coimbra, e com o Jardim e Museu Agrícola do Ultramar, de Belém, aos quais continuamos remetendo, para aclimação e estudo, exemplares interessantes de espécies das galerias florestais e das savanas da Lunda. Com destino ao Congresso Comemorativo do 1.^o Centenário do Instituto Superior de Agronomia, preparou o nosso Engenheiro agrónomo uma comunicação de va-

lor, intitulada «A pluviosidade na Lunda — Subsídios para um estudo climatológico», que foi entregue aos serviços oficiais da Província, representados pela Repartição Central dos Serviços de Agricultura, de Luanda. Recentemente preparámos e enviámos um certo número de fotos e gráficos sobre aspectos da nossa actividade nas Explorações, para figurarem na contribuição portuguesa à Exposição da África Central, em Bulawayo, no seguimento do convite que nos foi feito pela Comissão organizadora da representação de Angola nesse certame.

Deu-se, durante o ano de 1952, integral cumprimento ao programa previamente traçado sobre a actividade a desenvolver em Meteorologia nas nossas Explorações, tanto no que respeita aos trabalhos da Estação Meteorológica do Dundo, que entrara a funcionar, como sabeis, em 1 de Agosto do ano antecedente, e se manteve, durante o exercício que nos ocupa, em regular funcionamento, como ao estabelecimento dos Postos Climatológicos da Zona Leste, de que vos falámos no anterior relatório e que, equipados com os necessários instrumentos de observação, entraram já em funcionamento também.

No domínio da Climatologia, independentemente do uso a fazer por nós próprios das observações — e para fins diversos as temos já utilizado —, estamos contribuindo para a rede de observações das Estações e Postos da Província com as relativas à pressão atmosférica, temperatura, humidade relativa, evaporação, chuva, vento, nebulosidade e insolação, na Estação Meteorológica do Dundo, três vezes ao dia, às horas internacionais, ou sejam, para o efeito, as horas sinópticas: 6 horas, 12 horas e 18 horas (T. M. G.); com as da temperatura, humidade relativa, vento e chuva, uma vez por dia, às 8 horas (T. M. G.), nos Postos Climatológicos de Cassangudi, Andrada, Malúdi e Cossa; e com as da chuva nos Postos Udométricos do Chifuto, Luxilo, Mussolégi e Casala.

A existência de aparelhos registadores na Estação Meteorológica do Dundo tornou possível o cálculo dos valores médios da pressão atmosférica, temperatura do ar, humidade relativa e velocidade do vento tão rigorosamente como em qualquer Observatório, com base nos 24 valores horários daqueles elementos obtidos pelos gráficos, depois de corrigidos numericamente dos resultados das leituras dos correspondentes instrumentos de observação directa.

Não se limita, porém, a nossa colaboração com o Serviço Meteorológico de Angola à contribuição das observações acima referidas para o estudo da Climatologia da Província, mas, como sabeis, ela compreende, de igual modo, o das observações sinópticas que, adentro da Meteorologia Dinâmica, vimos efectuando no Dundo, com a indispensável regularidade, duas vezes ao dia, às duas primeiras horas citadas, transmitindo-as pela radiotelegrafia, depois de codificadas, para a Sede do Serviço Meteorológico no Observatório João Capelo, de Luanda. Ali são incluídas no «Meteo» de Angola e, pela difusão deste, vêm a ser seguidamente utilizadas pelos Serviços Meteorológicos da respectiva Associação Regional no traçado das Cartas Meteorológicas e Previsão do Tempo, nestas abrangida a destinada à aviação, para fins de protecção à navegação aérea.

Não se circunscreve ainda, como é do vosso conhecimento, a colaboração que vimos de referir, por nós prestada ao Serviço Meteorológico de Angola — e, por meio do «Meteo» por ela emitido, de igual modo dada aos Serviços Meteorológicos dos territórios africanos — às observações citadas, chamadas de superfície, que diariamente transmitimos pela T. S. F. àquele Serviço.

Independentemente delas, faz já a Estação Meteorológica do Dundo observações do vento em altitude, por meio de sondagens aerológicas com balões-pilotos, uma vez ao dia — domingos exceptuados —, observações que a seguir transmitimos ao Serviço Meteorológico de Angola e são por ele incluídas no «Meteo» da Província.

Só em meados de Junho do ano findo se pôde tornar efectiva esta nova modalidade da nossa participação na actividade meteorológica em Angola.

Desde o dia 22 de Março, data em que se lançou o primeiro balão-piloto no Dundo, até 3 de Abril, fizeram-se, com fins de adstramento do pessoal, vários lançamentos para observação dos «pilotos», com determinação das projecções das correspondentes trajectórias e sua codificação para a elaboração dos «Meteos» Pilot. Por avaria do manómetro do gerador de hidrogénio, tiveram as sondagens de ser suspensas para recomçarem, ainda com carácter de exercício, logo que aquele foi reparado, em 12 de Junho — e, finalmente, tendo sido dado por findo em 19 daquele mês o treino do pessoal, iniciámos diariamente a emissão do Pilot a seguir à da mensagem sinóptica relativa às observações das 12 horas (T. M. G.).

Assim ascendeu, nesta última data, à categoria de 1.ª classe a nossa Estação Meteorológica do Dundo.

Para o alto grau de eficiência por ela alcançado, não será de mais pôr em relevo o conjunto de circunstâncias que a tanto deu lugar, e que é do vosso conhecimento pela referência que lhe fizemos no relatório precedente — nomeadamente o âmbito do empreendimento que desde o começo se teve em mente e largueza de vistas que a ele presidiu, traduzido pela grandeza das próprias instalações e aparelhagem do seu equipamento e, sobretudo, pela preparação do pessoal com que garantir a perfeição, regularidade e continuidade das observações.

Este último objectivo tem sido permanente motivo de cuidados e da nossa melhor atenção, tudo tendo sido feito, dentro das possibilidades ao nosso alcance, para lhe dar adequado cumprimento ou realização. Por outro lado, é reconfortante verificar como o nosso pessoal, se bem que escolhido consoante a sua prévia, mas rudimentar preparação, se adaptou rapidamente a este novo serviço e procurou honrá-lo e desenvolvê-lo. São já dois dos nossos empregados — o que de início chefiou a Estação, e com acerto havia procedido à montagem de todos os seus instrumentos, e o que, então adjunto daquele, actualmente a chefa — que estagiam, no período de férias na Metrópole, no Serviço Meteorológico Nacional, onde, por amável deferência do seu Director, lhes têm sido facultados todos os elementos de estudo e conhecimentos inerentes a uma boa formação técnica e a prática necessária à aplicação desses conhecimentos no serviço a seu cargo.

Assim, foi-lhes dado visitar, no Instituto Geofísico do Infante D. Luis, em Lisboa, o Observatório Meteorológico e fazerem eles próprios as observações climatológicas; e, na sede do Serviço Meteorológico Nacional teve o actual Chefe da nossa Estação o ensejo de receber alguns ensinamentos sobre a frontologia, traçado das cartas e Previsão do Tempo, acompanhando, por fim, um e outro, no Centro Meteorológico da Portela de Sacavém, a execução das observações sinópticas horárias, especialmente destinadas à preparação das cartas em altitude e protecção da navegação aérea.

Ali tiveram ambos ocasião de proceder ao lançamento de balões-pilotos e observações do vento em altitude, tendo o segundo deles tido, até, a oportunidade de assistir a uma radiossondagem e de ali lhe ser dado conhe-

cer a estrutura de uma radiossonda e o princípio em que assenta o seu funcionamento. No regresso à Lunda, terminado o período de descanso na Metrópole, proporcionámos aos dois citados empregados a permanência em Luanda durante os dias necessários a novos estágios, agora no Observatório João Capelo, daquela cidade, com a vantagem de ali poderem praticar nos próprios serviços com que iam directamente colaborar.

Deste modo, se procurou, por um lado, assegurar ao pessoal da Estação a conveniente preparação técnica para os trabalhos que foi chamado a desempenhar, e, por outro, o seu perfeito conhecimento dos Serviços oficiais — sendo, na verdade, para nos congratularmos o facto de poder dar-vos conta de que um e outro dos dois objectivos vêm sendo plenamente atingidos.

A Casa do Pessoal dos Empregados da Companhia continuou a funcionar nos moldes habituais, proporcionando aos seus sócios e famílias a prática de actividades de natureza recreativa, cultural e desportiva.

Pode considerar-se terminada a construção do vasto edificio da Sede da Casa, no Dundo, de que já vos temos falado em relatórios anteriores, e completado o equipamento das suas salas e dependências. Em Andrada, como as instalações da respectiva Delegação se mostrassem insuficientes e um tanto antiquadas, procedeu-se, a partir de Março, à construção de um novo e amplo imóvel, o qual se encontra quase concluído à data em que estamos escrevendo. Nas outras Delegações introduziram-se melhoramentos diversos e na Piscina do Mussungue procedeu-se a trabalhos de consolidação e aperfeiçoamento. Para algumas salas e esplanadas do Dundo e Delegações mandámos fazer cerca de 600 cadeiras de armação metálica.

Com o sucesso costumado, realizou a Casa do Pessoal a XII Exposição de Artes e Offícios, que reuniu 14 concorrentes, a VII Exposição de Floricultura, a VI Exposição de Fruticultura, Horticultura e Pecuária e a V Exposição Filatélica, todas com atribuição de prémios. Teve lugar também, na época habitual, a V Festa das Amarelhas, que é um concurso de índole literária.

O cinema constituiu espectáculo sempre bastante concorrido e entre os filmes exibidos devemos mencionar a grande produção histórica «Sansão e Dalila», cuja ida às Explorações facilitámos. No Dundo foi levada à cena uma peça de teatro infantil e, em Cassanguidi, representada por um grupo de amadores, sócios da Casa, uma comédia em três actos.

Os desportos mais praticados foram o ténis, de que existem actualmente 15 campos, o voleibol, a natação nas piscinas, o croquet, o hóquei em patins e o pingue-pongue. Como de costume, realizaram-se os torneios anuais para disputa da taça «Conselho de Administração», na qual participaram 86 jogadores.

A semelhança dos outros anos, houve diversas festas, como, por exemplo, as de Carnaval, as dos Santos Populares e as do Natal. As crianças tiveram reuniões privativas e pequenos concursos com prémios. Em 31 de Dezembro, com a presença da quase totalidade dos empregados, realizou-se a já tradicional Festa do Fim do Ano, com jantar de confraternização, seguido de baile.

Manteve o habitual movimento a Biblioteca da Casa, a qual foi enriquecida, durante o exercício, com 537 novos livros. Como de costume, as obras adquiridas, que abrangem vários géneros, desde o clássico às publicações sobre assuntos caseiros, foram convenientemente seleccionadas, de forma a que os sócios possam dispor sempre de livros com verdadeiro merecimento ou utilidade. Foi de 7243 o total das obras

requisitadas em 1952. Nas salas de leitura, tanto do Dundo, como nas dos edificios onde funcionam as Delegações, tiveram também muita procura as revistas e demais publicações periódicas recebidas por assinatura.

A Biblioteca, que está instalada, como sabeis, em duas espaçosas salas do novo edificio da Sede do Dundo, passará a ter, em breve, armários de construção de aço, de modelo cuidadosamente estudado, que aqui mandámos fabricar.

A Folha de Informações, órgão da Casa, saiu com regularidade e apresentou interessante e variada colaboração, de cerca de 40 empregados ou pessoas de família, entre as quais diversas senhoras. Alguns dos trechos publicados, tanto em prosa como em poesia, impõem-se pelo seu valor literário.

A Estação de radiodifusão da Companhia transmitiu programas culturais diários, nos quais colaboraram, igualmente, muitos empregados e seus parentes. A fim de lhe assegurar a possibilidade de renovar o seu fundo de música clássica, de concerto, regional e de dança, tem ela sido abastecida com discos dessas classes de música, de acordo com o que, neste capítulo, de mais moderno se produz. Um lote de discos encontra-se sempre disponível para utilização nas festas da Casa do Pessoal e nas reuniões particulares, em casa de empregados. A discoteca da Estação compunha-se, em 31 de Dezembro passado, de 2739 discos. Muitos dos programas incluíram interessantes palestras de divulgação cultural e peças radiofónicas.

O «Cinema para indígenas», de que pela primeira vez vos demos conta no relatório antecedente e que constitui uma das mais interessantes realizações da Companhia em benefício dos povos da região, tão grande é a projecção de que ele se reveste como instrumento de civilização e de formação mental do indígena, vem funcionando com a devida regularidade desde a sua estreia, que teve lugar, como sabeis, em 19 de Março do ano findo, data em que, com grande sucesso, se deu início, na mina de Chitotolo, ao primeiro ciclo mensal das respectivas sessões.

Desde aquela data até ao fim do exercício de que estamos tratando, receberam-se 19 programas, uma parte dos quais nos foi fornecida pela «Section de l'Information du Gouvernement Général du Congo Belge», de Léopoldville, e outra pelo «Centre Congolais d'Action Catholique Cinématographique», de Luluabourg. Todos eles previamente sujeitos à fiscalização da nossa Direcção-Geral na Lunda e compostos por filmes educativos e de recreação adaptados à mentalidade do indígena, atraíram milhares deles aos locais da exibição, com pleno êxito dos fins que com tão útil realização se tiveram em vista.

Por vezes se filmaram, com os recursos, por enquanto modestos, de que se dispõe nas Explorações, trechos do serviço nas minas e cenas da vida familiar indígena, constituindo atraentes documentários locais, como o relativo à última «Festa Grande», que despertaram ao máximo o entusiasmo dos espectadores. São na realidade as películas de maior êxito — aquelas em que os indígenas podem ver-se no écran, nos seus trabalhos, nas suas festas e vida familiar, e reconhecerem-se a si próprios e aos seus companheiros. Dentro desta realidade, estamos tratando de adquirir o material de filmagem adequado a dotar os serviços fotográficos do Dundo de modo a produzir documentários do género indicado.

Os filmes que regularmente recebemos do Congo Belga, e de que nos servimos para as nossas exhibições, satisfazem, sem dúvida, no que respeita à técnica da execução e, em relação aos assuntos e sua substância, não deixam, também, por via de regra,

ainda que em menor grau, de satisfazer, tanto quanto é possível e de desejar da própria natureza deles e da sua proveniência. Falta-lhes, porém, como é natural, o sentido nacionalizador exigido pela obra de colonização em que estamos empenhados e em cujo quadro tem lugar de relevo o cinema como valioso meio de acção.

Acontece, por vezes, serem os próprios indígenas, a propósito de documentários sobre factos, terras e costumes de estranhos que passam no *écran*, a perguntarem como é Portugal ou como se manifesta no nosso País um ou outro aspecto das cenas que mais lhes despertam a curiosidade ou prendem a atenção. Isto nos levou a procurar obter na Metrópole filmes sobre assuntos portugueses com que suprir os inconvenientes que, para espíritos em formação como os dos nativos, podem derivar da exaltação das virtudes de estranhos — entreameando os do Congo Belga com motivos nacionais que possam despertar nos indígenas sentimentos de amor pátrio e de admiração por Portugal.

Não tem sido tarefa fácil, por pouco generalizada que está, em realizações cinematográficas no País, a medida de 16 mm, correspondente ao material de projecção do cinema ambulante para indígenas que temos ao serviço nas Explorações. No entanto, alguns desses filmes foi possível obter, como os da «Coroação de Nossa Senhora de Fátima», «Encerramento do Ano Santo», «Grande Cortejo Histórico de Lisboa», integrado nas Festas dos Centenários, e outros recentemente enviados para a Lunda, com indicação de sermos informados do seu acolhimento por parte dos indígenas, em especial das suas reacções perante eles, e do grau em que, por efeito dessas reacções, os filmes se mostrem adequados ao fim que se tem em vista.

Do que vem dito se conclui a necessidade de o Ministério do Ultramar criar em Lisboa um órgão central de preparação de filmes próprios para indígenas do nosso território ultramarino, não só para uso oficial mas também dos particulares que desejarem proporcionar aos seus trabalhadores, por esse processo, ensinamento e distração.

Dotámos, também, recentemente o nosso «Cinema para indígenas» com uma série de filmes coloridos e sonorizados em português, que adquirimos aos «Padres Brancos — Missionários de África», por intermédio da sua Procuradoria em Lisboa. Assistimos, previamente, à passagem de todos eles e são, na realidade, modelo, no género, de produção cinematográfica, pela perfeição técnica de que se reveste a escolha dos temas versados — tudo fazendo prever que a sua exibição se traduza em verdadeiro êxito entre os indígenas, independentemente da finalidade educativa que, em alto grau, eles são de molde a satisfazer.

Toda a actividade do «Cinema para indígenas» nas Explorações continuou confiada ao Capelão da Companhia e ao seu Coadjuutor, os quais se têm desempenhado desta nova missão com zelo e a nosso inteiro contento.

Durante o exercício que nos ocupa, e só em parte dele, menos de 10 meses, o cinema ambulante esteve em funcionamento, tendo percorrido 10 217 km e dado 171 exhibições com a duração total de 151 horas — e com elas se atraíram 75 552 espectadores, ou seja, uma média de 442 por exhibição.

Sessões houve com assistências compreendidas entre 900 e 1 300 indígenas — e se outras se mostraram menos concorridas foi por motivo de chuvas e em razão de muitas delas se realizarem em locais pouco povoados, como de justiça era que se fizesse, também.

A assistência religiosa esteve a cargo do nosso Capelão e do seu Coadjuutor, que fo-

ram auxiliados, como habitualmente, pelos padres da Missão Católica de Saurimo, e ainda pelo Superior da do Minungo. Estiveram abertas ao culto as capelas do Dundo, Andrada, Cassanguidi e Malúdi, além das pequenas capelas de adobe, situadas nas imediações do Dundo.

A actividade religiosa da Capelania, durante o ano de 1952, traduziu-se, grosso modo, por 212 baptismos, 26 casamentos e 10 649 comunhões.

Com destino à Capela do Dundo adquirimos, ultimamente, um novo órgão, devendo transitar para a de Andrada o que ali se encontrava.

Os trabalhos de urbanização e saneamento nas nossas Explorações da Lunda continuaram a merecer-nos os cuidados habituais, havendo apenas a notar que, tendo eles de seguir, e muitas vezes até de anteceder, o incremento dado a alguns outros serviços, tornam-se, necessariamente, eles próprios, de ano para ano, mais desenvolvidos também. Contudo, a prática adquirida, aliada à eficiência do pessoal encarregado desses trabalhos, permite assegurar não só a boa conservação e manutenção dos centros urbanos já existentes e suas avenidas, jardins e logradouros, mas ainda a preparação e criação, em moldes seguros e rápidos, de novos locais a urbanizar. Para se avaliar deste esforço, convém lembrar que, além dos grandes centros, como o Dundo e Andrada, ocupando áreas bastante extensas, existem os de 1.ª classe de Cassanguidi e Malúdi, e mais 15, de 2.ª classe, espalhados pelas nossas zonas de trabalho. Por outro lado, devemos ainda ter presentes as numerosas instalações, levadas a efeito nestes últimos anos, de «hospitais-dispensários» e «postos de compra e venda» a indígenas, e correspondentes casas de habitação para europeus e assimilados, nas sedes dos Postos Administrativos da Circunscrição, para onde temos tido, por consequência, que destacar equipas daqueles serviços.

Quanto a construções, dar-vos-emos uma ideia aproximada do labor realizado, dizendo que se concluiu, durante o exercício, o grande hall de montagem na Oficina Geral de Mecânica, no Dundo, e duas casas de habitação para empregados, em Andrada; e que se iniciaram, tendo ficado na sua maior parte concluídas até 31 de Dezembro, 19 casas de habitação para empregados brancos e 7 para assimilados, as novas e extensas instalações para a Secção de Transportes e Alfândega, com os seus parques cobertos de recolha de viaturas, cais de descarga, escritórios e armazéns, 1 armazém-depósito para a Secção Químico-farmacêutica, uma parte importante das novas acomodações da Secção de Armazéns de Viveres e Mercadorias no Dundo, a ala principal da nova delegação da Casa do Pessoal de Andrada, os grandes silos para armazenagem de milho e feijão e o hall de reparação e montagem de pás mecânicas, também em Andrada, e 1 hospital-dispensário, para 22 camas, no Luia. Nas obras de maior envergadura, como o hall de montagem da Oficina Geral de Mecânica e os silos de Andrada, utilizámos o betão armado nas estruturas principais; nas restantes, aplicámos os mesmos materiais e processos dos anos anteriores.

Devemos referir, ainda, algumas modificações de vulto em edifícios antigos, entre os quais citaremos as da Casa da Representação, no Dundo, e a ampliação do Armazém de Viveres Indígenas, de Malúdi. No conjunto, e incluindo o custo de reparação e conservação dos imóveis em geral, as obras importaram em cerca de 7 500 contos.

Para 1953, também o respectivo programa de construções se apresenta vasto. Na verdade, esperamos poder concluir as novas instalações, já atrás referidas, destinadas à Secção de Armazéns de Viveres e Merca-

dorias, a Casa do Pessoal de Andrada, os silos para armazenagem de cereais e o hall de reparação e montagem de pás mecânicas, em Andrada, a remodelação do armazém contíguo à fábrica de descasque de arroz de Malúdi e a ampliação, nessa mesma localidade, do Armazém de Viveres Indígenas; e iniciar a construção de 15 casas de habitação para empregados, 14 geminadas, para assimilados, 1 instalação para filtração de água, 1 oficina para os trabalhos de água e luz e parte da nova aldeia para contratados em trânsito, no Dundo, a ampliação e modificação da delegação da Casa do Pessoal em Cassanguidi, 1 armazém de compra e venda, no Luia, e 1 hospital-dispensário e 1 armazém, também para compra e venda, no Lóvuia, construções estas que importarão, igualmente, em cerca de 7 000 contos.

No capítulo dos arruamentos, logradouros e jardins, além dos trabalhos normais de conservação e limpeza, sempre muito importantes durante todas as épocas do ano — na das chuvas, por efeito das intensas quedas de água, e, no ocimbo, pela necessidade de regar abundantemente e proteger a vegetação mais delicada —, procedeu-se a ajardinamento, junto dos novos edifícios construídos, e beneficiaram-se os campos desportivos do Dundo e de Andrada, assim como o terreiro de exhibições folclóricas, no qual se construíram bancadas de pedra e cimento, destinadas à assistência indígena.

A parte relativa à arborização e floricultura mereceu aos respectivos serviços, entre os quais os da Concessão do Dundo, de que vos falámos longamente no relatório antecedente, os cuidados habituais. Continuam, pois, justificando, só por si, uma visita à Lunda os já afamados jardins dos nossos centros urbanos, pela beleza dos seus relevados, das plantas floríferas que neles se vêem, algumas de espécies raras, da mesma forma que a vegetação em geral, onde o amador da Natureza e, até, os técnicos de Botânica encontram motivos de encanto e do maior interesse. De ano para ano vão sendo mais numerosas, nas povoações da Companhia, as essências aclimadas nos viveiros do Dundo e Andrada. Por seu lado, melhorado e enriquecido com novas espécies, o Parque de Aclimação do Dundo, pequeno jardim botânico, constitui um muito aprazível local de recreio e instrução para o visitante.

Em Vila Henrique de Carvalho, o Bairro da Companhia, terminadas de há muito as importantes obras de ampliação da Agência, tem sido melhorado na sua decoração interior, equipamento e jardins, e figura como uma das mais interessantes realizações sitas na capital da Lunda.

Quanto às construções da Companhia, em Luanda, tereis satisfação em saber que se iniciaram, em Outubro passado, as obras do Bairro para servidores indígenas e, no começo do presente exercício, as do chamado Bairro residencial, estas últimas a cargo da sociedade «Obras Metálicas Electro-Soldadas, L.ª (Omes)», à qual foram adjudicadas. Uma e outras estão bastante adiantadas, e, para as casas que compõem aquele primeiro bairro, vamos mandar construir móveis de aço, a fim de lhes assegurar mais rigorosas condições de higiene. Para o segundo, começámos já tratando, também, da parte relativa a mobiliário.

Por falta de terreno com localização e dimensões adequadas, não começámos, ainda, a construção, em Luanda, do edifício para escritórios da Representação. A este respeito, estareis lembrados de que, por decisão da Câmara Municipal, não pudemos utilizar o talhão do Largo do Infante D. Henrique, que para tal efeito lhe adquirimos. Não perdemos a esperança, contudo, de vir a encontrar um terreno, na parte antiga da ci-

dade, onde podemos realizar o projecto da construção que para aquele fim idealizámos.

A semelhança dos anos anteriores, distribuímos, em 1952, diversos auxílios e donativos às Missões Católicas e Instituições de benemerência, culturais ou desportivas, tanto de Angola, como da Metrópole, num total de 3 450 contos, o que mostra um aumento de 649 contos sobre a verba correspondente de 1951. Como já vos dissemos nos relatórios anteriores, é com grande satisfação que procedemos a tais auxílios, pois a ajuda assim concedida se traduz, para as instituições contempladas, em poder com maior segurança realizar obras de utilidade ou alargar os seus meios de acção, no prosseguimento das elevadas ou úteis finalidades que se propuseram.

Transportes — Vias de comunicação

O acesso às áreas em que trabalhamos realiza-se, como é sabido, normalmente por estrada e excepcionalmente pela via aérea. Em geral os grandes percursos de avião com início na Europa, na América ou mesmo em outras partes de África são completados por viagens de viatura automóvel desde os aeródromos mais próximos (Vila Luso, Nova Lisboa, Luanda, Malange ou Tshikapa) até ao Dundo, uma vez que o campo de aterragem desta nossa povoação só é utilizado em casos especiais e por pequenos aviões.

As mercadorias e passageiros vindos do exterior da Província continuam a utilizar os portos de Luanda e Lobito — este muito mais do que o primeiro — e, em seguida, o caminho de ferro, respectivamente até Malange e até Vila Luso. As mercadorias e passageiros entrados pela fronteira do Congo Belga são transportados por estrada, pelos nossos serviços próprios, desde Tshikapa.

O movimento da carga recebida do exterior em 1952, e encaminhado pelas três vias de acesso fundamentais, vai reproduzido no quadro seguinte, em que se faz o confronto com o ano antecedente:

Via	Carga (em toneladas)	
	1951	1952
Tshikapa	32	38
Vila Luso	4 210	6 826
Malange	200	310
Total	4 442	7 174

Esta carga discrimina-se pela forma seguinte:

Espécie	Peso (em toneladas)	
	1951	1952
Material	2 672	4 174
Viveres, bebidas e tabacos	1 449	2 534
Artigos de venda	193	321
Medicamentos	53	54
Passageiros e bagagens	51	37
Diversos	25	53

O peso da carga recebida em 1952 excedeu o da recebida em 1951 em 56 por cento, sendo o seu transporte efectuado:

164 t, pelos serviços próprios da Companhia;
1 917 t, pela Companhia Agrícola-Pecuária de Angola (Capa);
5 098 t, por outras entidades.

Por seu turno, a carga enviada para o exterior atingiu 721 t, assim transportadas:

85 t, pelos serviços próprios da Companhia;
121 t, pela Companhia Agrícola-Pecuária de Angola (Capa);
535 t, por outras entidades.

O transporte automóvel dos trabalhadores indígenas contratados, e o de pessoas de família que eventualmente os acompanham, esteve durante o ano de 1952 confiado por contrato a um industrial de camionagem. O serviço decorreu com normalidade, não obstante as dificuldades resultantes do grande aumento dos contingentes de trabalhadores que houve necessidade de movimentar (em virtude da redução do período de contrato estabelecida oficialmente), e do considerável atraso que se verificou no recrutamento realizado em certas regiões, nomeadamente no Concelho de Saurimo.

E de frisar também que a despesa média com o transporte de cada homem recrutado continua a subir: de ang. 49,20 em 1948 passou para ang. 92,50 em 1952.

O ano de 1952 marcou um acréscimo de 81,750 km na rede de estradas estabelecida pela Companhia para o exercício da sua actividade na zona das Explorações, acréscimo que corresponde à abertura de novos troços e variantes, totalizando 84,150 km (2,500 km de estradas principais e 81,650 de secundárias) e ao abandono de 2,400 km de vias antigas (2,000 km da estrada principal Dundo-Malúdi e 0,400 km da estrada secundária Andrada-Camule, substituídos por vantajosos desvios). A rede passou, assim, de 867,610 km em 31 de Dezembro de 1951 para 949,860 km no final do exercício.

Quanto a obras de arte e outras melhorias há especialmente a assinalar, no ano que passou, a montagem sobre o rio Chicapa, na estrada do Lóvua, duma ponte metálica, tipo «Buttenley», de 80 pés entre apoios, e a instalação no rio Chiumbe duma jangada para facilitar o acesso à serração de Luapasso.

No que diz respeito aos serviços de manutenção da rede, é agradável frisar que, graças à sua boa organização e à constante vigilância superiormente exercida, foi possível manter em perfeito estado de conservação e em boas condições de trânsito, não só os percursos correspondentes às estradas da Companhia, mas ainda os de determinados troços das estradas construídas pelas autoridades locais e que para tal efeito foram transitóriamente entregues àqueles serviços.

Ainda em relação às infra-estruturas, convém notar, sem todavia esquecer o carácter precário de tais trabalhos, que os serviços de prospeção abriram no decurso de 1952 cerca de 306 km de picadas (178 na Lunda e 128 no Moxico) e refizeram e limpam 146 km de picadas antigas (85 na Lunda e 61 no Moxico), permitindo por tal forma a penetração em certas zonas onde actualmente se desenvolvem os nossos trabalhos de pesquisa.

Finalmente, ao encerrar esta breve notícia sobre a rede de comunicações criada na Lunda pela Companhia, deve fazer-se referência às aquisições realizadas em 1952 e ligadas à mecanização dos trabalhos de estradas: uma grade niveladora, três cilindros compressores e um camião-cisterna. Do mesmo modo há ainda a lembrar que encomendámos cinco jangadas — três no final do ano e duas já no actual exercício — destinadas a permitir a travessia, em condições de segurança, dos caudalosos rios da região.

Em 31 de Dezembro de 1952 o nosso parque de material automóvel contava 225 ve-

culos, que, segundo as suas características, se podem classificar do seguinte modo:

a) Ligeiros:	
Motocicletas	35
Carros de turismo	40
Carrinhas	79
b) Pesados:	
Camiónes de 3,5 t	29
Camiónes de 5 t	12
Camiónes de 6 e 8 t	16
Camiónes de mais de 10 t	12
Autocarro	1
Autotanque	1

Durante o ano referido, haviam sido abatidos 25 veículos (3 motocicletas, 8 carros de turismo, 7 carrinhas e 9 camiónes) e recebidos 69 (5 carros de turismo, 2 «station wagons», 29 carrinhas e 33 camiónes). Entre estes últimos deve especialmente mencionar-se, pelo seu interesse, uma série de 8 camiónes basculantes «Euclid» para o transporte de cascalho, uma frota de 12 carrinhas «Jeep Land-Rover», uma ambulância «Volkswagen» e um autotanque «White». O reforço do nosso parque permitiu, assim, pôr fora do serviço unidades velhas ou ineficientes e melhorar a situação geral no que respeita a transportes internos. Em 31 de Dezembro os veículos em serviço (não incluindo os camiónes pesados de mais de 10 t) agrupavam-se, segundo as quilómetros percorridas, pela forma seguinte:

Com menos de 50 000 km	80
De 50 a 100 000 km	48
De 100 a 150 000 km	36
De 150 a 200 000 km	11
De mais de 200 000 km	5

As viaturas do nosso parque (não incluindo as motocicletas) efectuaram durante o ano percursos que totalizam 8 522 milhares de quilómetros, número que se pode confrontar com o do ano de 1951, representado por 8 168. Ao excesso de quilómetros percorrida corresponde, como é óbvio, um aumento de consumo de combustíveis e lubrificantes: em 1952 cerca de 1 150 000 l de gasolina e 24 000 l de óleo, contra 1 000 000 l e 22 000 l, respectivamente, em 1951.

Com a utilização do material que atrás ficou descrito realizaram-se os transportes internos necessários ao funcionamento dos nossos trabalhos de exploração mineira e serviços conexos, transportes que compreendem as ligações do Dundo com os grupos e vice-versa (passageiros e bagagens, materiais, viveres, etc.) e as ligações intergrupos (concentrados e viveres para indígenas remetidos dos postos de compra e venda).

Da evolução dos transportes internos nos últimos três anos dá ideia o quadro que segue:

Natureza do serviço	Carga transportada (em toneladas)		
	1950	1951	1952
Dundo-Grupos	3 877	5 050	6 278
Grupos-Dundo	2 605	3 117	4 204
Concentrados	3 993	5 110	5 316
Viveres dos postos	1 881	2 170	2 550
Total	12 356	15 447	18 348

Se tomarmos os dados respeitantes a 1950 para base de avaliação da forma como se tem desenvolvido o serviço de transporte de carga nos anos subsequentes, obtemos os números-índices adiante reproduzidos, pelos quais se mostra a rápida expansão do

mesmo serviço em função de necessidades de abastecimento cada vez mais importantes:

Natureza do serviço	Carga transportada (ano de 1950 = 100)	
	1951	1952
Dundo-Grupos	130	162
Grupos-Dundo	119	173
Concentrados	128	133
Viveres dos postos	115	135
Índice global	125	148

O movimento no último ano (1952) correspondeu a 1 579 752 toneladas-quilómetro. Tal valor justifica não só a importância do nosso parque de material circulante, mas ainda a necessidade de manter este em perfeito estado de funcionamento, de modo a garantir as melhores condições de exploração. Assim, para efeitos de revisão e reparação do material automóvel, a Companhia dispõe actualmente de duas oficinas bem apetrechadas no Dundo e em Andrada, onde entram durante o ano findo, para inspecção ou reparação, respectivamente 1 367 e 1 862 viaturas. Também no decurso do ano de 1952 entrou em serviço um carro pronto-socorro.

Abastecimentos

Conforme havíamos previsto, e vos anunciamos no relatório antecedente, aumentou de modo considerável o volume das compras efectuadas em 1952, para abastecimento dos nossos Serviços de África, que atingiu o quantitativo de 112 867 contos contra 66 260 em 1951.

Essa diferença explica-se principalmente pelo facto, a que também já então aludimos, de a Companhia estar a proceder à mecanização progressiva da sua lavra mineira e serviços conexos, com os elevados encargos que acarreta um empreendimento de tal natureza.

Por nos parecer de interesse, indicamos a seguir as importâncias despendidas nas aquisições de materiais e mercadorias nos últimos seis anos:

Anos	Contos.
1947	54 055
1948	56 489
1949	84 126
1950	51 007
1951	66 260
1952	112 867
Total	424 804

Verifica-se dos números apresentados que a marcha ascensional de valores só é interrompida em 1950 e 1951, e isto como resultado das providências postas em prática, no primeiro daqueles anos, para a redução da nossa actividade geral, caso de que então vos informámos.

Quanto à verba, já atrás mencionada, de 112 867 contos, correspondente ao valor global das aquisições realizadas durante o exercício, 103 563 contos representam o custo das compras e 9 304 o dos direitos e transportes pagos na Província, pelas mercadorias por nós importadas.

Por outro lado, daqueles 103 563 contos, 41 617 respeitam às compras em Angola e 16 096 às efectuadas na Metrópole. A adição dos dois números indicados perfaz 57 715 contos, ou sejam, 56 por cento do total despendido; os restantes 44 por cento — 45 848 contos — são relativos a mercadorias obtidas em países estrangeiros.

Continuaram, pois, os dois mercados, metropolitano e local, em conjunto, a prover

a grande parte das nossas necessidades, situação que resulta do princípio, sempre por nós seguido, de só recorrermos aos centros abastecedores estrangeiros para obtenção de mercadorias que a indústria nacional não produz, ou que neles se encontram em condições muito favoráveis de preço ou de qualidade.

Cabe aqui referir que as aquisições em Angola compreenderam 19 877 contos de produtos e artigos originários da Província — entre eles 3 022 cabeças de gado bovino, peixe seco e diversos outros víveres para europeus e indígenas — e 21 740 contos de mercadorias diversas (na sua grande maioria de procedência estrangeira), entre as quais se contam 59 viaturas automóveis, carburantes, lubrificantes e materiais de construção.

Sobre as aquisições em território estrangeiro, podemos dizer-vos que do total de 45 848 contos, atrás indicado, 70 por cento respeitam a compra de material técnico e 30 por cento à de equipamento para o Serviço de Saúde, e de tecidos e artigos diversos, em grande parte destinados a satisfazer as necessidades da população indígena.

Segundo a proveniência das mercadorias, aquela verba decompõe-se como segue:

	Contos
Inglaterra	19 189
América do Norte	15 177
Bélgica	8 108
Outros países e territórios (13)	3 374
Total	45 848

Decerto vos interessará também saber que o montante das vendas por nós efectuadas foi de 14 853 contos, a mais alta verba até agora atingida e que se compara com a de 11 780 relativa ao ano antecedente, facto que atesta aumento de poder de compra das populações indígenas e consequente elevação do seu nível de vida, que, de ano para ano, se acentua como fruto dos reais benefícios por elas auferidos nas suas relações com a nossa Empresa.

E, por falarmos em maior poder de compra, não deixaremos de salientar que para ele muito continua a concorrer o desenvolvimento da produção de géneros agrícolas cultivados pelos indígenas e adquiridos pela Companhia. No exercício a que nos estamos referindo, tal produção traduziu já 43 por cento do valor dos produtos que foi necessário obter para alimentação de trabalhadores e realização de sementeiras.

No tocante a expedições efectuadas por actuação da Sede, quer da Metrópole quer do estrangeiro, que totalizaram 1 981 toneladas, com o valor de 56 478 contos, destacam-se, como mais importantes, a de 35 134 contos de material técnico (8 camiões basculantes, 2 escavadoras mecânicas, 3 cilindros compressores e 1 grade niveladora para estradas, 1 tractor com «bull-dozer», 1 camião-cisterna e grande número de acessórios para automóveis, máquinas e motores), a de 13 268 contos de tecidos, artigos de uso doméstico e de equipamento e ainda a de 2 950 contos de medicamentos e material para o Serviço de Saúde.

Pelo transporte marítimo daquelas expedições pagou a Companhia 2 759 contos de fretes e 1 333 de prémios de seguro, tendo recebido dos seguradores indemnizações, por faltas ou avarias, no valor de 214 contos; e com o desembaraço aduaneiro das mercadorias no Lobito e seu transporte até ao Dundo, não incluindo direitos, despenderam-se 6 391 contos.

Estes últimos serviços, que continuaram entregues à Companhia Agrícola-Pecuária de Angola, compreenderam o despacho de

1 975 t de carga recebida no Lobito em 1952 e o transporte da enviada para as nossas explorações mineiras. Da referida carga, apenas 159 t aguardavam transporte naquele porto no fim do ano; em Vila Luso existiam na mesma ocasião 87 t a expedir para o Dundo.

Com vista à apreciação do contributo da Companhia em benefício de actividades nacionais, por efeito das aquisições realizadas em 1952, que podemos calcular em cerca de 64 000 contos, apresenta-se a seguir a discriminação desta verba:

	Contos
Por compras feitas à indústria e comércio de Angola	41 600
Idem à indústria e comércio metropolitanos (custo das mercadorias e seguro até destino final)	15 400
Por fretes pagos a companhias de navegação portuguesas	700
Pelo transporte de mercadorias Lobito-Vila Luso; efectuado pelo Caminho de Ferro de Benguela	2 390
Pelo desembaraço aduaneiro de mercadorias no Lobito e seu transporte Vila Luso-Dundo, serviços a cargo da Companhia Agrícola-Pecuária de Angola	4 000

Não queremos encerrar este capítulo sem vos dizer que os serviços de abastecimento foram de certo modo facilitados durante o exercício, por terem melhorado, na generalidade, as condições de compra, principalmente quanto a prazos de entrega.

Por outro lado, assistiu-se à baixa de custo de materiais, nomeadamente dos ferrosos, em vários mercados europeus, tais como os do Luxemburgo e da Bélgica, onde nos foi possível adquirir perfilados e chapas a preços sensivelmente inferiores aos obtidos nos últimos anos; e, em Angola, fenómeno idêntico se observou no tocante a certos géneros de produção agrícola.

Mercado de diamantes

O ano de 1952 excedeu as previsões mais optimistas no que respeita a absorção de diamantes pelo mercado internacional. O boom de 1950, consolidado em 1951, pôde ainda dilatar-se durante o ano que findou e que representa o de maiores vendas de todos os tempos.

Os números registados pela «Central Selling Organisation», e que a seguir se reproduzem, mostram a evolução do comércio de pedras nos últimos anos e elucidam sobre a marcha das vendas, tanto no que respeita a diamantes de joalharia como a industriais:

Anos	Valor das pedras vendidas (em milhões de libras)		
	Diamantes de joalharia	Diamantes industriais	Total
1944	13,2	3,8	17
1945	21	3,5	24,5
1946	26,1	3,5	29,6
1947	20,1	4,4	24,5
1948	26,8	11,3	38,1
1949	19,9	8,5	28,4
1950	38,3	12,6	50,9
1951	46,8	18,3	65,1
1952	45,8	23,8	69,6

Afigura-se que a discriminação das vendas realizadas em época recente pode, de certo modo, ajudar a definir as características do movimento acima apontado e proporcionar alguns elementos que permitam referenciar o sentido em que o mesmo se

irá agora provavelmente orientar. Isso leva a completar os dados do mapa antecedente com os respeitantes à distribuição por trimestres das vendas realizadas desde 1951, acrescentando-lhe os valores correspondentes ao período Janeiro-Março próximo passado:

Anos	Trimestres	Valor das pedras vendidas (em milhares de libras)		
		Diamantes de joalharia	Diamantes industriais	Total
1951	1.º	11 296	2 888	14 184
	2.º	14 190	6 222	20 412
	3.º	10 477	4 621	15 098
	4.º	10 817	4 546	15 363
1952	1.º	13 088	5 780	18 868
	2.º	11 284	8 137	19 421
	3.º	10 058	5 354	15 412
1953	4.º	11 339	4 621	15 960
	1.º	14 507	4 066	18 573

Assim, verifica-se neste primeiro trimestre do ano em curso:

- Que se estabeleceu um novo *record* de vendas de diamantes de joalharia;
- Que as vendas de industriais se fixaram no mais baixo nível encontrado de há dois anos a esta parte (de 1 de Abril de 1951 a 31 de Março de 1953);
- Que o volume global de vendas apurado enfrenta, nestes dois últimos anos, três trimestres com montantes superiores (2.º trimestre de 1951 e 1.º e 2.º trimestres de 1952).

Como comentário à situação que fica referida, resta-nos acrescentar que há grandes probabilidades de que o valor das pedras de joalharia transaccionadas no primeiro trimestre de 1953 represente uma «ponta» e que, em breve, se note descida substancial, uma vez que as actuais condições do Mundo — pelo menos as aparentes — justificam de certa forma que enfraqueça a tendência para o entesouramento daqueles diamantes por parte dos particulares: risco de guerra, menos iminente, e simultânea redução do poder de compra.

Quanto aos industriais deve apontar-se que o começo da quebra das vendas coincidiu com a expedição de certas providências por parte do Governo dos Estados Unidos, pelo seu Departamento do Comércio, quer no sentido da recuperação das pedras e seus resíduos, quer no emprego sistemático de outros abrasivos sempre que isso seja justificável, quer, ainda, na limitação dos *stocks* de posse das empresas que trabalham o aço.

Nestas condições julga-se que há necessidade de manter uma prudente reserva sobre as perspectivas do ano que decorre.

Em relação ao ano passado, devemos dizer que ele foi dos mais progressivos da já longa vida desta Companhia. É certo que, por circunstâncias estranhas à nossa vontade, as produções dum certo número de meses se acumularam na Luanda, sem lhes podermos dar escoamento, o que nos criou sérias dificuldades e graves preocupações. Os problemas que se prendiam com tal retenção vieram a ter solução conveniente e chegámos ao fim de 1952 com a situação normalizada.

Mais: a Companhia de Diamantes de Angola, obtendo comparticipação em «The Diamond Trading Company, Limited» e na «The Diamond Purchasing and Trading Company, Limited», viu coroada de êxito uma orientação por que de longa data vinha pugnando, e que produziu já nas suas receitas favorável influência.

Por outro lado, deve ainda apontar-se a assinatura dum contrato em que foram participantes o Governo dos Estados Unidos, a Companhia, a «Industrial Distributors (1946), Limited» e a «Industrial Distributors (Sales), Limited», pela qual nos comprometemos a fornecer àquele Governo 200 000 quilates de *crushing board*. Este contrato está a ser cumprido com o melhor entendimento.

Roubo de diamantes

Prosseguindo na orientação, desde sempre adoptada, de não considerar como definitivas as disposições anteriormente postas em prática para a repressão do furto e tráfico ilícito de diamantes, outras fizemos estudar após a publicação do relatório antecedente, com o fim de, se possível, tornar mais eficiente aquela repressão.

Em África, a acção desenvolvida pelos Serviços repressivos da Companhia levou, durante o exercício de que estamos tratando, à descoberta do conluio de certos indivíduos para o exercício, em Angola, do referido tráfico, de que oportunamente foi dado conhecimento à Polícia de Investigação Criminal de Luanda, a qual, pelas investigações a que procedeu, organizou o respectivo processo, dando lugar a que tivessem sido arguidos quatro europeus, um como autor do furto de um lote de dez diamantes, com o peso total de 10,5 quilates, e os três restantes como encobridores do mesmo.

Foi o processo, juntamente com aqueles indivíduos, apresentado, em 23 de Julho do ano findo, no Tribunal da Comarca de Luanda, e ali seguiu os seus trâmites até o julgamento, que veio a realizar-se já depois do termo do exercício a que o presente relatório se refere.

Pela sentença proferida em 21 de Abril último, foi o autor do furto das pedras condenado na pena de três anos de degredo e pagamento da multa de dez mil angolares, tendo a dois dos três restantes réus sido imposta a pena de dezoito meses de prisão correcional, com multa, a cada um, de dois mil angolares, e o terceiro sido absolvido.

Além das diligências que originaram a organização do processo que acabamos de mencionar, outras foram efectuadas em Angola e na Metrópole, respectivamente, pela Polícia de Investigação Criminal daquela Província ultramarina e pela Polícia Judiciária de Lisboa, as quais, embora não tenham conduzido à apreensão de pedras nem à inermiação de quaisquer pessoas indicadas como suspeitas de se entregarem ao seu tráfico ilícito, forneceram, contudo, indicações de certa utilidade para subseqüentes investigações.

Continuam pendentes no Tribunal da Comarca de Luanda os cinco processos por tráfico ilícito de diamantes a que aludimos no relatório precedente e, no que respeita às diligências, que, como vos dissemos, estavam sendo efectuadas para completa execução da sentença preferida naquele Tribunal, em 20 de Setembro de 1949, relativamente a outro processo pelo mesmo tráfico, só temos a acrescentar que nelas se prosseguiu, sem que, contudo, até agora tenha sido possível conseguir-se o fim em vista.

Com a valiosa colaboração das autoridades de Angola e do Congo Belga, assim como dos serviços da «Forminière», continuámos a exercer activa vigilância nas zonas de Exploração e de Protecção para a repressão das actividades suspeitas dos indígenas que por elas transitam.

O peso total, aproximado, dos diamantes recuperados, no momento em que escrevemos, é de cerca de 9 691 quilates, ou seja, o indicado no relatório do exercício antecedente, adicionado do peso, também aproximado, de 10,5 quilates, relativo à última apreensão efectuada.

Relações financeiras com a província de Angola

Como vos dissemos no relatório de 1951, a importância total recebida da Companhia pela Província de Angola, depois de lhe terem sido entregues o dividendo complementar de 1950 (cupão n.º 35), o *acompte* sobre o dividendo de 1951 (cupão n.º 36) e a participação nos lucros desse mesmo ano, ficou sendo de £ 8.548:912-09-02, assim distribuída:

Participação nos lucros dos exercícios de 1921 a 1951, inclusive	£ 6.134:234-01-07
Dividendo e bônus às acções que possui relativos aos exercícios de 1921 a 1950 e <i>acompte</i> sobre o dividendo de 1951	£ 367:318-06-06
Empréstimos constituídos pela totalidade dos créditos abertos até 30 de Janeiro de 1935, inclusive	£ 797:360-01-01
Importância total do crédito aberto de conformidade com o artigo 8.º do contrato de 31 de Julho de 1937	£ 250:000-00-00
Crédito de 100 000 contos aberto por efeito do artigo 1.º do contrato de 24 de Junho de 1946	£ 1.000:000-00-00
	<u>(a) £ 8.548:912-09-02</u>

Se as contas que temos a honra de vos apresentar merecerem a vossa aprovação, a participação da Província de Angola nos lucros da Companhia, em relação ao exercício de 1952, será de 86:536.332\$80.

Juntando as importâncias do dividendo complementar e do bônus relativos ao exercício de 1951, a do *acompte* sobre o dividendo de 1952, representados, respectivamente, pelos cupões n.º 37 (2:500.000\$), n.º 38 (2:000.000\$) e n.º 39 (1:500.000\$), postos a pagamento em 15 de Julho de 1952, 9 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1953, e a da participação nos lucros de 1952 (86:536.332\$80) à soma acima apurada, dá £ 8.548:912-09-02, fica esta elevada ao total de £ 9.698:432-02-05.

Tal será, pois, a importância com que a nossa Empresa, em um período de trinta e três anos, terá directamente contribuído para as finanças e economia da Província, além de todos os outros benefícios que, sob múltiplas formas, para essa economia têm resultado da sua actividade em Angola.

Parece-nos interessante indicar aqui, separadamente, as importâncias recebidas ou a receber pela Província, de participações nos lucros da Companhia nos seus últimos cinco exercícios, e as de dividendos e bônus. As cifras correspondentes são de 340:295.794\$94 e 22:000.000\$, perfazendo um total de 362:295.794\$94.

Referindo-nos, mais especialmente, ao contributo da Companhia para o fornecimento de coberturas, de que a Província precisa para fazer face a aquisições e outros encargos que ela tem a suportar no exterior, cabe dizer, ainda, que lhe teremos entregado, desde Janeiro de 1931 até à data deste relatório, sob a forma de cheque sobre Londres ou de créditos ali abertos, e ainda em escudos (compreendidas

(a) Continuamos a apresentar esta discriminação em esterlino, por isso que uma grande parte das quantias recebidas pela Província o foram nessa moeda, mas com equivalências variáveis em moeda nacional.

as participações, dividendo, bônus e empréstimos), uma importância correspondente a £ 14.314.907-00-00, ou seja, na média mensal de £ 53.215-00-00.

Em conformidade com as disposições contratuais vigentes, do saldo de 44:225.418\$, referido no relatório antecedente, dos empréstimos antigos feitos pela Companhia à Província de Angola até 30 de Janeiro de 1935 e em cumprimento do contrato de 31 de Julho de 1937, foi efectuado, em 1952, o pagamento de mais uma anuidade e juros, por encontro na participação de 1951.

Do empréstimo de 100 000 contos, efectuado nos termos do contrato de 24 de Junho de 1946, foi a Companhia reembolsada, em 1952, da quinta anuidade de amortização e dos juros devidos, também por encontro na participação nos lucros do exercício antecedente.

Realizados os reembolsos que vêm mencionados, o débito total da Província de Angola à Companhia ficou sendo de 121:180.813\$64, dos quais 42:014.147\$10 respeitam aos empréstimos antigos e 79:166.666\$54 ao de 100:000 contos.

Impostos

Foram pagos ao Estado, na Metrópole, de impostos diversos, em Julho de 1952, 10 867 contos, aproximadamente, em relação ao dividendo complementar de 1951; em Janeiro de 1953, cerca de 8 685 contos, referentes ao bônus posto a pagamento nesse mesmo mês, e, em Março de 1953, 6 514 contos respeitantes ao *acompte* que começou a ser pago em Fevereiro.

Se for votado o dividendo complementar de 25\$ por acção, adiante proposto, a importância dos impostos a pagar, em breve, deverá ser de 10 856 contos.

Balço

Junto a este relatório encontrareis os mapas do Balço e de Ganhos e Perdas referidos a 31 de Dezembro de 1952.

Como podereis notar, a cifra respeitante aos títulos em carteira que figura no Balço de 1952, é de 54:594.783\$27, contra 10:446.701\$29 em 1951. O acréscimo verificado corresponde ao valor da nossa participação no capital da «The Diamond Trading Co., Ltd.» e no da «The Diamond Purchasing and Trading Co., Ltd.», a que já aludimos no presente relatório.

O exercício de que estamos tratando fechou com o lucro de 120:472.149\$57, líquido das habituais amortizações e indispensáveis provisões e dos encargos estatutários e contratuais, entre os quais figura a participação da Província de Angola, que, como dissemos, se cifra em 86:596.332\$80.

Do lucro líquido acima indicado tem de ser deduzida a importância destinada a fundo de reserva legal, ou sejam, 11:311.938\$92, ficando, portanto, esse lucro reduzido a 109:160.210\$65. Juntando a este saldo o remanescente dos exercícios anteriores, 135:433.185\$25, obtém-se o total de 244:593.395\$90, do qual deverão ser abatidos 32:600.000\$, correspondentes ao bônus posto a pagamento em 9 de Janeiro de 1953 (cupão n.º 38), e 24:450.000\$, relativos ao *acompte* que começou a ser pago em 20 de Fevereiro de 1953 (cupão n.º 39). A importância que fica à disposição dos Srs. Accionistas é, pois, de 187:543.395\$90.

Propõe-vos o vosso Conselho de Administração que dessa importância seja distribuído um dividendo complementar de 25\$ por acção, oativo de impostos, em troca do cupão n.º 40, o que representa uma aplicação de mais 40 750 contos.

Efectuadas as atribuições de lucros acima referidas, no total de 97 800 contos, resta à disposição dos Srs. accionistas a importância de 146:793.395\$90, que vos propomos passe ao exercício de 1953.

Corpos gerentes

Termina em curto prazo o mandato dos Administradores Srs. Albert Thiele, António Lopes Mateus, Firmin Van Brée, Harry Joel Joel e Raúl Empis.

Por força do disposto no § 1.º do artigo 8.º dos Estatutos, teréis de providenciar sobre o preenchimento das cinco vagas que acabamos de indicar, entendendo-se que é permitida a reeleição, ao abrigo do citado artigo.

Ao Conselho Fiscal queremos deixar aqui exarados os nossos agradecimentos pela útil e valiosa colaboração que durante este exercício mais uma vez nos prestou.

Salvo raras excepções, o pessoal da Companhia, tanto na Europa como em África, continuou, pelo zelo e dedicação com que serviu, a mostrar-se credor do nosso reconhecimento, que aqui lhe manifestamos.

Lisboa, 11 de Junho de 1953. — O Conselho de Administração.

Balço em 31 de Dezembro de 1952

ACTIVO		
1.º estabelecimento, concessão e direitos mineiros		45:836.686\$23
Material, mercadorias e produtos		92:228.502\$61
Caixas e bancos		807:490.834\$59
Títulos em carteira		54:594.783\$27
Devedores gerais:		
Província de Angola (empréstimos)	121:180.813\$64	
Contas diversas	22:831.901\$90	
		144:012.715\$54
Prejuizo em câmbio resultante da conversão em escudos de empréstimos à província de Angola		7:794.264\$93
Diamantes por entregar relativos a vendas provisórias		110:057.578\$87
Valores depositados		918.500\$00
		<u>1.262:933.866\$04</u>
PASSIVO		
Capital (1.630:000 acções)		179:300.000\$00
Reserva legal		78:797.858\$38
Provisão para assistência à população indígena e obras de utilidade pública na Lunda		18:304.216\$08
Reserva para prejuizos em câmbio, outras reservas e provisões diversas		401:913.690\$64
Credores gerais:		
Província de Angola (participação em lucros)	86:536.332\$80	
Dividendos a pagar	2:045.281\$97	
Contas diversas	39:069.093\$61	
		127:650.708\$38
Vendas de diamantes a apurar		90:085.978\$87
The Diamond Corporation, Ltd. (conta diamantes por entregar relativos a vendas provisórias)		110:057.578\$87
Depositantes de valores:		
Em garantia de administração	880.000\$00	
Diversos	38.500\$00	
		918.500\$00
Lucros:		
Transportados do exercício precedente	135:433.185\$25	
Do exercício	120:472.149\$57	
		255:905.334\$82
		<u>1.262:933.866\$04</u>

Lisboa, 11 de Junho de 1953.— O Administrador-Delegado, Ernesto de Vilhena. — O Chefe do Serviço de Contabilidade, Alberto Henrique de Sousa.

Ganhos e perdas

DÉBITO		
Reserva legal relativa ao exercício de 1951	10:567.926\$39	
Dividendo relativo a 1951 (a pagamento em 28 de Janeiro e 15 de Julho de 1952)	65:200.000\$00	
		75:767.926\$39
Despesas gerais, estatutárias e contratuais		115:937.593\$44
Lucros:		
Remanescente dos lucros transportados do exercício precedente	135:433.185\$25	
Lucro do exercício de 1952	120:472.149\$57	
		255:905.334\$82
		<u>447:610.854\$65</u>
CRÉDITO		
Saldo de 1951		211:201.111\$64
Lucro bruto da exploração		196:832.056\$66
Resultados financeiros		39:577.686\$35
		<u>447:610.854\$65</u>

Parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas. — Conforme estabelecida a Lei e os Estatutos, procedemos ao exame da contabilidade da Companhia, tendo verificado a sua perfeita coordenação e concordância com o Balço e Conta de Ganhos e Perdas, relativos ao exercício que

terminou em 31 de Dezembro de 1952, que vos são apresentados.

Na forma do costume, e com a minuciosidade compatível com a natureza do documento, o Conselho de Administração dá-vos, no seu Relatório, as informações suficientes para poderdes apreciar como de-

correram os trabalhos neste trigésimo sexto exercício da vossa Companhia.

Por ele tereis visto que o programa anual dos trabalhos de exploração foi cumprido como fora projectado, e com resultado superior ao previsto, o que é de justiça salientar, pelo interesse que tem, e por confirmar a oportunidade das disposições tomadas pelo Conselho de Administração para o aumento e aperfeiçoamento do equipamento industrial, e, ainda, quanto ao pessoal, pelo esforço e boa vontade na execução desse programa.

A conjunção destes elementos, fundamentais na eficiência do trabalho realizado, com a circunstância favorável de a situação do mercado internacional ter facilitado a absorção de diamantes, traduziu-se, no que respeita à vossa Companhia, no bom resultado do exercício cujas contas vos são submetidas.

Continua o vosso Conselho de Administração, no meio das suas preocupações de carácter administrativo da actividade industrial e comercial, empenhando-se em que a Companhia prossiga exercendo uma acção humanitária e social junto dos povos da região onde tem as suas explorações, e em muitos casos mais além, e consegue-o amplamente, graças ao tacto administrativo e aos vastos conhecimentos de distinto colonial bem orientado que é o seu Administrador-delegado, o qual no desempenho da sua missão põe as suas grandes faculdades de trabalhador incansável.

Depois de satisfeitos os encargos estatutários e contratuais, incluindo nestes o da participação de 86:536.332\$80 da Província de Angola, de fazer as amortizações habituais e de separar as provisões julgadas necessárias, o lucro líquido deste exercício foi de 120:472.149\$57, que, acrescidos de 135:433.185\$25, remanescente dos exercícios anteriores, perfazem 255:905.334\$82, saldo que figura na Conta de Ganhos e Perdas.

Como complemento da importância posta a pagamento em 20 de Fevereiro último, por conta do exercício, propõe-vos o Conselho de Administração, a distribuição de 25\$ por acção, cativos de impostos, contra a entrega do cupão n.º 40.

Segundo as disposições dos Estatutos, terminam os mandatos de cinco Administradores, e, do Conselho Fiscal, termina, também, o período normal dos mandatos dos Srs. Joseph Mathy e Ernesto Empis; tereis pois de deliberar sobre a substituição ou reeleição destes membros dos dois Conselhos, todos eles reelegíveis.

Concordando inteiramente com os termos e propostas do Relatório que estamos apreciando, somos de parecer:

1.º Que ratifiqueis todos os actos da gestão do vosso Conselho de Administração durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1952 e que aproveis o Relatório, Contas e Balanço do exercício, tais como vos são apresentados;

2.º Que do saldo da Conta de Ganhos e Perdas, que é de 255:905.334\$82, seja separada a quantia de 11:311.933\$92 e levada à Reserva Legal;

3.º Que da quantia restante, depois de deduzidos 32:600.000\$, importância do bônus posto a pagamento em 9 de Janeiro de 1953, e 24:450.000\$, relativos ao *acompte* correspondente ao cupão n.º 39, seja destinada a quantia de 40:750.000\$ ao pagamento dum dividendo complementar de 25\$ por acção, cativo de impostos, contra entrega do cupão n.º 40;

4.º Que, depois de feitas estas deduções, passe a conta nova o saldo restante;

5.º Que aproveis um voto de louvor ao vosso Conselho de Administração, pelo proficiente e zeloso desempenho das suas funções, mencionando em especial o Administrador-delegado, Sr. Ernesto de Vilhena, que, com a sua esclarecida inteligência e persistente esforço, tão brilhantemente continua orientando a actividade da vossa Companhia, e consolidando o elevado conceito em que, merecidamente, é tida;

6.º Que delibereis sobre o preenchimento de cinco vagas no Conselho de Administração e de duas no Conselho Fiscal.

Lisboa, 12 de Junho de 1953. — O Conselho Fiscal. (8 056)

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA, LTD.

40, Rua Áurea, 48 — LISBOA

Balancete em 30 de Junho de 1953

ACTIVO		PASSIVO	
Caixa:		Capital	11.000.000\$00
Dinheiro em cofre	23.392.052\$97	Depósitos à ordem:	
Dinheiro depositado em outros bancos	66.279.801\$50	Escudos	173.461.678\$02
	89.671.854\$47	Moeda estrangeira	1.813.276\$50
Propriedades	9.100.000\$00		175.274.954\$52
Letras descontadas e transferências	52.141.194\$60	Depósitos a prazo:	
Letras a receber de conta alheia	26.748.327\$41	Escudos	9.703.040\$65
Empréstimos e contas correntes com caução	47.211.893\$88	Moeda estrangeira	—
Devedores gerais	33.849.757\$79		9.703.040\$65
Agências e correspondências	8.748.995\$67	Letras a pagar	4.741.189\$18
Contas de ordem	567.308\$32	Credores gerais	37.865.492\$74
Garantias por contas caucionadas	12.190.496\$62	Credores por letras a receber de conta alheia	96.748.327\$41
Valores depositados por conta de terceiros	163.792.688\$10	Agências e correspondências	2.706.327\$64
	444.022.516\$86	Valores em caução e em depósito	175.983.184\$72
			444.022.516\$86

Lisboa, 30 de Junho de 1953. — O Gerente, *Álvaro Fernandes*. — O Guarda-Livros, *D. Waddams*.

(8 100)

BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA, LTD.

SUCURSAL DO PORTO

Avenida dos Aliados, 2 — Porto

Balancete em 30 de Junho de 1953

ACTIVO		PASSIVO	
Caixa:		Capital	2.750.000\$00
Dinheiro em cofre	13.424.867\$22	Depósitos à ordem:	
Dinheiro depositado noutros bancos	30.077.973\$26	Escudos	96.536.616\$94
	43.502.840\$48	Moeda estrangeira	147.861\$70
Câmbios	40\$00		96.684.478\$64
Letras descontadas e transferências	55.641.743\$61	Depósitos a prazo	18.945.159\$98
Letras a receber de conta alheia	17.138.871\$99	Letras a pagar	2.508.770\$98
Empréstimos e contas correntes com caução	18.564.214\$10	Credores gerais	1.092.630\$35
Devedores gerais	509.300\$80	Agências e correspondências	399.185\$45
Agências e correspondências	4.162.86\$31	Contas de ordem	9.776.585\$23
Contas de ordem	9.776.585\$23	Valores caucionados e em depósito	80.291.454\$30
Garantias por contas caucionadas	20.034.121\$50	Credores por letras a receber de conta alheia	17.188.871\$99
Valores depositados por conta de terceiros	60.257.332\$80		
	229.587.136\$85		229.587.136\$85

Porto, 30 de Junho de 1953. — Pelo Bank of London & South America, Ltd., o Gerente, *L. E. A. Seadon*. — O Guarda-Livros, *Duarte Santos*.

(8 161)

BANCO ALIANÇA

PORTO

Balancete em 30 de Junho de 1953

ACTIVO		PASSIVO	
Caixa:		Capital	20.000.000\$00
Em cofre	15.486.431\$05	Fundo de reserva	10.500.000\$00
Depositado em outros bancos	40.278.571\$11	Reserva para flutuação de valores	8.000.000\$00
	55.765.002\$16	Depósitos à ordem	105.754.938\$20
Carteira comercial	52.464.748\$84	Depósitos a prazo	9.356.283\$76
Ações de conta própria	498.250\$00	Contas credoras	11.951.773\$61
Carteira de títulos	23.470.003\$60	Contas de ordem	57.430.513\$54
Empréstimos e contas correntes c/ caução	16.814.942\$60		
Agentes e correspondentes	4.656.519\$06		
Contas devedoras	11.893.429\$31		
Imóveis	100\$00		
Contas de ordem	57.430.513\$54		
	222.993.509\$11		222.993.509\$11

Porto e Banco Aliança, 30 de Junho
O Guarda-Livros, A. T. Lopes de Almeida.

de 1953. — Os Directores: Manuel Magalhães — Adriano Guerreiro — Vasco Mourão. —
(3 175)

Em harmonia com a lei em vigor se anuncia que no dia 17 do próximo mês de Agosto e dias seguintes, pelas 14 horas, se fará leilão de todos os penhores que devam três ou mais meses de juros na casa de penhores A Providencial, L.^{da}, sita na Rua de S. Bento, 420.

N. B. — Este leilão realiza-se no armazém da casa, situado na mesma Rua, 179-181.

Lisboa, 13 de Julho de 1953. — Eduardo da Silva Correia. (3 174)

De harmonia com a lei se anuncia que nos dias 17 e seguintes do próximo mês de Agosto, pelas 14 horas, se fará leilão de todos os penhores que devam três ou mais meses de juros na casa de penhores da Rua do Prior do Crato, 45, 1.^a — Prazeres & Ruivo, L.^{da} (3 177)

— OBRAS À VENDA —
NA IMPRENSA NACIONAL

Processo Sumário para Acções de Pequeno Valor (Decretos n.º 18 552 e 18 927). — Pelo correio, 2\$50.

Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense. Escritos dispersos (xvi da coleção «Subsídios para a História da Arte Portuguesa»), por Henrique de Campos Ferreira Lima. — Pelo correio, 39\$.

Boletim da Direcção-Geral das Contribuições e

Impostos. Publicação trimestral: ano de 1935, suplemento aos n.º 1 e 2 e índices, 13\$; 1936, 37\$; 1937, n.º 8 e índice, 13\$; 1938, n.º 13 e 14 e índices, 19\$; 1939, 39\$; 1940, 38\$; 1941, 46\$; 1942, 39\$; 1943, 41\$; 1944, 52\$; 1945, 65\$; 1946, 68\$; 1947, n.º 48 a 51 e índices, 72\$50; 1948, n.º 52 a 55 e índices, 76\$; 1949, n.º 56, 80\$; 1950, n.º 57, 63\$50; n.º 58, 63\$; n.º 59, 63\$; n.º 60, 54\$; n.º 61, 94\$; n.º 62, 54\$; índice geral dos anos de 1935 a 1939, 25\$.

Oito Anos de Legislação Financeira, 1931-1938 (separata), vols. I e II, pelo correio, 22\$50 cada.
Os Cinco Anos de Legislação, 1938-1943 (separata), vol. I, pelo correio, 37\$; vol. II, pelo correio, 48\$.
Os Cinco Anos de Legislação Financeira, 1944-1948 (separata), vols. I e II, pelo correio, 31\$ cada; vol. III, pelo correio, 36\$.
Imposto sobre as sucessões e doações e cta. vol. I, 30\$.

Notícia dos Inquéritos de Higiene Rural e sobre Águas e Esgotos:

Volume I. — Higiene rural. 1935. Questionário e respostas à circular n.º 15-A da Direcção-Geral de Saúde, de 6 de Janeiro de 1931. — Pelo correio, 52\$.

Volume II. — Águas e esgotos. 1935. (Questionário e respostas à circular n.º 1 067 da Direcção-Geral de Saúde, de 7 de Dezembro de 1932, informações complementares, pareceres do Conselho Superior de Higiene e da Junta Sanitária de Águas). — Pelo correio, 48\$50.

Ensino industrial (Decreto-Lei n.º 33 031 e Decreto n.º 38 032). — Pelo correio, 8\$.

Contabilidade Pública, por Leopoldo Meneses Gonçalves. (Anotações para actualização da edição de 1945). — Pelo correio, 51\$.

Cancioneirinho de Fox Côa (xx da coleção «Subsídios para a História da Arte Portuguesa»), por Edmundo Correia Lopes. — Pelo correio, 37\$.

Ensino técnico médio agrícola. (Decreto-Lei n.º 38 028 e Decreto n.º 38 028). — Pelo correio, 13\$.

Tribunal de Contas (organização). Decretos n.º 29 257, 26 340, 26 341, 26 326, 27 327 e 29 174. — Pelo correio, 5\$50. — Instruções para a organização e documentação das contas. — Pelo correio, 8\$.

A Aegleana (Idanha-a-Velha). Estudo etnográfico, por Crispiniano da Fonseca. — Pelo correio, 10\$50.

Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados

Jesuitas. Edição de 1771, em linho. (Existência diminuta). — Pelo correio, 604\$.

Testes Noções elementares de cálculo estatístico aplicável às medidas escolares, pelo Dr. Oliveira Guimarães. — Pelo correio, 5\$50.

Novas Disposições sobre o Exercício da Caça (Decreto n.º 37 983). — Pelo correio, 1\$50.

Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica Trechos coligidos em obras escritas desde o começo do século XIII até aos primeiros anos do século XVI, por José Joaquim Nunes. — Pelo correio, 31\$50.

Lei do divórcio (publicada no Diário do Governo de 4 de Novembro de 1910). — Pelo correio, 3\$.

Bandeira Nacional. Modelo aprovado pelo Governo Provisório da República Portuguesa. 1910. 8.º gr. — 1\$50. — Edição especial, cartonada, 8.º gr. — 5\$.

Dicionário Bibliográfico Português, de Inocêncio Silva:

Tomo I, que há muito se encontrava esgotado, 2.ª edição, 70\$ (tiragem reduzida). Acrescidos dos portes do correio.
Tomo II, 2.ª edição, 70\$ (tiragem reduzida). Acrescidos dos portes do correio.
Tomos I a XXI, 30\$ cada exemplar. Acrescidos dos portes do correio.
Tomo XXII, 50\$. Acrescidos dos portes do correio.

Etnografia Portuguesa, pelo Dr. Leite de Vasconcelos. — Estudo minucioso da vida tradicional portuguesa nos seus múltiplos aspectos:

Vol. I, pelo correio, 33\$. Vol. II, pelo correio, 55\$
Vol. III, pelo correio, 77\$50.

Quadros navais, pelo almirante Joaquim Pedro Costantino Soares. Relato de feitos históricos de navegação e de combates presenciados ou ouvidos de fresco pelo autor. Reimpressão de parte da obra — 1943. — Pelo correio, 32\$50.

Barristas (Os) Portugueses nas Escolas e no Foye (xv da coleção «Subsídios para a História da Arte Portuguesa»), por Luís Chaves. — Pelo correio, 16\$50.

Faltas e Licenças — Assistência aos Funcionários Civis Tuberculosos (Decretos n.º 19 478 e 31 069 e Decretos-Leis n.º 26 394, 26 547, 26 549 e 26 155), por Joaquim Sacramento Grade. — Pelo correio, 31\$.

Novos Estudos Filológicos e Críticos (filosofia geral, crítica literária, miscelânea), pelo Dr. Alfredo Pimenta. Volume de xv + 732 páginas. — Pelo correio, 38\$.

Índice Analítico da História da Administração

Pública em Portugal, de Gama Barros, pelo Prof. Augusto Reis Machado. — Pelo correio, 10\$80.

Soluções Críticas, por Manuel Anselmo. — Pelo correio, 11\$.

Obras. Pedro Nunes (Academia das Ciências de Lisboa):

Vol. I. — *Tratado da Sphera & Astronomiae Introductio* de *Spacia Epitome*. — Pelo correio, 95\$.
Vol. II. — *De Organosulcia*. — Pelo correio, 105\$.
Vol. VI. — *Libro de algebra in arithmetica et geometria*. — Pelo correio, 170\$.

Regulamentação dos Serviços do Orçamento, Contabilidade e Tesourarias das Juntas Gerais de Distrito e Câmaras Municipais (Decretos n.º 23 580 e 22 521, de 13 de Maio de 1933). — Pelo correio, 2\$50.

Castilho e Camilo. Correspondência trocada entre os dois escritores, com um prefácio e notas de João Costa. — Pelo correio, 16\$50.

Leis da Família, Poder Paternal e Abandono da Família, «Defesa da Família» (Decretos n.º 1 e 2 de 25 de Dezembro de 1910; 11 719, de 12 de Junho de 1926; 12 353, de 22 de Setembro de 1926, e 20 431, de 24 de Outubro de 1931, e Decreto-Lei n.º 25 936, de 12 de Outubro de 1935, 3.ª edição. — Pelo correio, 5\$50.

Acidentes de Trabalho ou Doenças Profissionais (Lei n.º 1 942, que regula o direito às indemnizações por efeito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, Decretos n.º 27 649, sobre indemnizações, 31 664, com a nova redacção do Código de Processo nos Tribunais do Trabalho, e 31 645, que modifica os diplomas anteriores). — Pelo correio, 10\$70.

Índia Portuguesa (A). Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia, por A. Lopes Mendes. Volumes I e II. 1898. 8.º gr. (Os dois volumes, nitidamente impressos, são ilustrados com 382 gravuras e 7 mapas). — Pelo correio, 47\$50.

Frutos de Vário Sabor, por Francisco Gomes de Amerim, 1876. — Pelo correio, 5\$60.